

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA – PROLING

**DISCURSOS SOBRE O MUNDO DOS ENGENHOS:
UMA LEITURA DAS OBRAS DE ANTONIL E MÁRIO SETTE**

NATHASSIA MARIA DE FARIAS GUEDES

João Pessoa – Paraíba
2009

NATHASSIA MARIA DE FARIAS GUEDES

**DISCURSOS SOBRE O MUNDO DOS ENGENHOS:
UMA LEITURA DAS OBRAS DE ANTONIL E MÁRIO SETTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística – PROLING – da Universidade Federal da Paraíba, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de Concentração: Linguística e Ensino

Linha de Pesquisa: Oralidade e Escritura

Orientação: Profa. Dra. Wilma Martins de Mendonça

**João Pessoa – Paraíba
2009**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Dissertação: DISCURSOS SOBRE O MUNDO DOS ENGENHOS: UMA LEITURA DAS OBRAS DE ANTONIL E MÁRIO SETTE, de Nathassia Maria de Farias Guedes, defendida e **APROVADA** no dia 27 de JULHO de 2009, como condição para a obtenção do título de Mestre em Lingüística, pela Universidade Federal da Paraíba.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Wilma Martins de Mendonça – UFPB (Orientadora)

Profa. Dra. Francisca Zuleide Duarte - UEPB (Examinadora)

Prof. Dr. Neroaldo Pontes de Azevedo – UFPB (Examinador)

Profa. Dra. Lucila Nogueira – UFPE (Examinadora Suplente)

Ao meu pai, Flávio Cardoso Lopes de Moura, em memória.

Com admiração, a Wilma Martins de Mendonça que com zelo incondicional contribuiu para a elaboração deste trabalho e aprimoramento de minha formação acadêmica, ensinando insistentemente o valor de nossa crítica literária, dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço sinceramente ao nosso amado Pai Celestial, pela grande dádiva à vida e nela todos os grandes encontros com seus filhos.

Aos meus pais, Flávio e Mércia por terem segurado em minhas mãos me guiando com liberdade deixando-me escolher o melhor caminho – do saber.

A Stellinha, garantia de minha posteridade, aos meus irmãos, Nathiele e Henrique, lembranças de infância e gratidão no amadurecimento.

A tia Célia, meu espelho, pela imagem refletida de lealdade, carinho, força, persistência, paciência e tolerância.

A meu amor Jacob, pelo ombro carinhoso sempre disponível para me acolher e à palavra de carinho a me acalantar.

À minha grande família Rodrigues Albuquerque Farias Guedes, onde tudo começou.

À professora Francisca Zuleide Duarte, pelo especial carinho ao aceitar contribuir para minha formação, participando desta Banca.

Ao professor Neroaldo Pontes de Azevedo, pela competência em ministrar seus conhecimentos e pela presença singular nesta Banca.

A Rinaldo Fernandes, pelas valiosas lições de Teoria na Graduação em Letras e enquanto examinador na Qualificação do Mestrado.

A Semadá Ribeiro, pela dedicação e respeito em Recife/PE.

Ao PROLING e ao PPGL, pela minha formação acadêmica.

Aos colegas do Grupo de Brasilidade e ao Fórum de Mulheres da UFPB por todos os momentos de pesquisa, conquistas e euforias que tanto ajudam a vencer as adversidades e nos impulsionam a seguir em frente.

Ao meu amigo Ícaro Lins da Cunha, pelo auxílio na reta final deste trabalho.

E, finalmente a minha orientadora Profa. Dra. Wilma Mendonça, pela impecável atenção, pelo grande conhecimento cultural, pela simplicidade e carinho com que arranja tempo para nos ensinar. E, acima de tudo, pelo seu olhar criterioso à nossa literatura.

RESUMO

O mundo do engenho no Brasil tem, desde o período da conquista e da colonização, se constituído como tema privilegiado dos discursos europeus, a exemplo das crônicas quinhentistas, de viajantes e colonizadores, além das inúmeras menções contidas nas Cartas jesuíticas, especialmente as de José de Anchieta e as de Manuel da Nóbrega, alcançando, em 1711, uma enorme visibilidade com a obra **Cultura e opulência do Brasil**, do Pe. Antonil. Presente nos mais variados discursos da fase colonial, a tematização da empresa lusitana do açúcar, no Brasil, perpassaria os textos dos períodos que sucedem a nossa autonomia, garantindo sua freqüentação tanto no discurso literário, quanto no discurso ensaístico e sociológico. Nos inícios do século XX, essa temática seria retomada, como centralidade, pelo pernambucano Mário Sette, com a obra **Senhora de engenho**. A publicação desse discurso romanesco, em 1921, tornaria Mário Sette o precursor do Modernismo no Nordeste e do Regionalismo nordestino do século XX e, conseqüentemente, num antecipador dos discursos ensaísticos de Gilberto Freyre e das narrativas romanescas de José Américo de Almeida e de José Lins do Rego, ícones literários do Modernismo nordestino. Longe de arrefecer, como motivação discursiva, a sociedade do açúcar seria novamente retomada, como discursividade romanesca, em fins do século XX, com a publicação da obra, **Coivara da memória**, de Francisco Dantas, publicada em 1991. Cientes da importância do universo açucareiro em nossos mais diversos discursos culturais, empreenderemos uma leitura comparativa entre as obras **Cultura e opulência do Brasil**, do Pe. Antonil, e **Senhora de engenho**, de Mário Sette, buscando observar os traços representativos que *informam* e *enformam* esses discursos sobre o mundo do engenho no Brasil. Para a realização de nosso propósito, nos valeremos de uma abordagem teórico-metodológica interdisciplinar, mais precisamente dos pressupostos da Crítica Integral, esboçada pelo crítico brasileiro Antonio Candido, desde os inícios da segunda metade do século passado.

ABSTRACT

The world of sugar plantation in Brazil, since the conquest and colonization, has been built as a favored subject of European speeches, as per example the 1500-s chronicles of European travelers and settlers, besides the innumerable mentions contained in the Jesuitic Letters, especially those from José de Anchieta and Manuel da Nóbrega, obtaining, in 1711, an enormous visibility with the work **Culture and opulence of Brazil**, from Father Antonil. Among the most varied speeches of colonial phase, the subject of the Portuguese sugar enterprise in Brazil would surpass the texts from periods after our autonomy, guaranteeing its frequency as much in literary speech as in essayistic and sociological speeches. In the beginning of 20th century, this subject would be retaken as central by the Pernambucan Mário Sette, with the work **Sugar plantation lady**. The publication of this novelistic speech, in 1921, would make Mário Sette the precursor of Modern School in Northeast and Northeastern Regionalism of 20th century and, consequently, a forerunner of the essayistic speeches of Gilberto Freyre and the novelistic narratives of José Américo de Almeida and José Lins do Rego, literary icons of Northeastern Modernism. Far from losing strength as speech motivation, the sugar society would be retaken as novelistic speech at the end of 20th century with the publication of the work **Bonfire of memory**, from Francisco Dantas, published in 1991. Knowing the importance of the sugar universe in our several cultural speeches, we undertook a comparative reading between the works **Culture and opulence of Brazil**, from Father Antonil, and **Sugar plantation lady**, from Mário Sette, seeking to observe the representative traits that *informam* and *enformam* these speeches about the world of sugar plantation in Brazil. To achieve our purpose we take refuge with an interdisciplinary theoretical-methodological approach, more precisely in the basis of Integral Critic outlined by the Brazilian critic Antonio Candido since the beginning of the second period of last century.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

CAMINHOS DA LEITURA.....	01
--------------------------	----

CAPÍTULO I

LITERATURAS DO AÇÚCAR: COLONIZAÇÃO, IGREJA E ENGENHO.....	07
---	----

CAPÍTULO II

APÓSTOLO DA COLONIZAÇÃO, DO AÇÚCAR E DA ESCRAVIDÃO: SENHORES, ESCRAVOS E LIBERTOS EM ANTONIL	29
---	----

CAPÍTULO III

VERDES MARES AÇUCAREIROS: O ENGENHO DE MÁRIO SETTE	62
--	----

CONSIDERAÇÕES FINAIS

COM AÇÚCAR, COM AFETO: O ENGENHO DE ANTONIL E MÁRIO SETTE	87
---	----

REFERÊNCIAS.....	90
------------------	----



E não há melhor resposta
que o espetáculo da vida:
vê-la desfiar seu fio,
que também se chama vida,
ver a fábrica que ela mesma,
teimosamente, se fabrica,
vê-la brotar como há pouco
em nova vida explodida;
mesmo quando é assim pequena
a explosão, como a ocorrida;
mesmo quando é uma explosão
como a de há pouco, franzina;
mesmo quando é a explosão
de uma vida Severina

João Cabral de Melo Neto

INTRODUÇÃO

CAMINHOS DA LEITURA

Uma crítica que se queira integral deixará de ser unilateralmente sociológica, psicológica ou linguística, para utilizar livremente os elementos capazes de conduzirem a uma interpretação coerente.

Antonio Candido

Ao lançar, em 1957, a sua obra **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos, redigida e organizada entre os anos de 1945 e 1951, Antonio Candido anunciaria, nas primeiras linhas de seu “Prefácio”, que cada literatura demanda um tratamento peculiar em face das especificidades que a informa, como também da relação que estabelece com literaturas outras.

Concebendo a literatura brasileira como um amálgama de tendências universalistas e localistas, Candido vai relevando as particularidades que marcaram os processos complexos e plurais, de formação e de inserção da literatura brasileira, no acervo literário ocidental, metaforizadas, em seu texto, como *aclimação penosa da cultura européia*, em nossas terras.

Assim, nos vai introduzindo em seu exame das peculiaridades que caracterizam nosso discurso literário, cuja gênese e sedimentação se dão a partir dos mais diversos diálogos com as metrópoles européias. Desse ângulo, indica a perspectiva histórica, como o caminho apropriado à compreensão de nossas letras, sinalizando, dessa forma, a interdisciplinaridade como instrumento de eficácia na interpretação e na apreensão dos nossos discursos:

Cada literatura requer tratamento peculiar, em virtude dos seus problemas específicos ou da relação que mantém com as outras. A brasileira é recente, gerou no seio da portuguesa e dependeu das influências de mais duas ou três para se constituir. A sua formação tem, assim, caracteres próprios e **não pode ser estudada como as demais, mormente numa perspectiva histórica**, como é o caso deste livro, que procura definir ao mesmo tempo o valor e a função das obras (CANDIDO, 1993, v.1, p. 9 – **grifos nossos**).

Nessa ótica estético-histórica, Antonio Candido analisa a produção elaborada no Brasil-Colônia, distinguindo as suas obras em dois universos: o das *manifestações literárias*, que globaliza as produções dos séculos XVI-XVII, e o da literatura propriamente dita, que se iniciaria com as fundações das Academias, ou seja, na primeira metade do século XVIII:

Convém principiar distinguindo *manifestações literárias*, de *literatura* propriamente dita, considerada aqui como um sistema de obras ligadas por denominadores comuns, que permitem reconhecer as notas dominantes duma fase. Estes denominadores são, além de características internas, (língua, temas, imagens), certos elementos da natureza social e psíquica, embora literariamente organizados, que se manifestam historicamente e fazem da literatura aspecto orgânico da civilização. Entre eles se distinguem: a existência de um conjunto de produtores literários, mais ou menos conscientes de seu papel; um conjunto de receptores formando os diferentes tipos de público, sem os quais a obra não vive; um mecanismo transmissor (de modo geral, uma linguagem, traduzida em estilos) [...]. São *manifestações literárias*, como as que encontramos, no Brasil, em graus variáveis de isolamento e articulação, no período formativo inicial que vai das origens, no século de XVI, com os autos e cantos de Anchieta, às Academias do século XVIII. Período importante e do maior interesse, onde se prendem as raízes de nossa vida literária e surgem, sem falar dos cronistas, homens do porte de Antonio Vieira e Gregório de Matos (CANDIDO, 1993, v.1, p. 23-24 – **grifos do autor**).

Ao reconhecer que as *manifestações literárias*, embora não sejam representativas do nosso sistema literário, mas se constituem, contudo, como o *esboço* dele, Candido aponta, num olhar dialético, para o concurso desses textos na formação de nossa literatura, sistema simbólico, organizado internamente pela freqüentação de determinadas soluções formais e preferências temáticas, num movimento de **raiz** e **avanço**, como se apreende de seu discurso crítico-teórico.

Dessa forma, Antonio Candido sinaliza para a permanência desses discursos em nosso *corpus* literário, seja em seus elementos formais, seja em seus assuntos. Essa freqüentação, segundo o crítico, assegura a continuidade e garante a nossa tradição literária, condição imprescindível à existência da própria literatura, conforme assinala em seu texto.

Tal perspectiva pode ser atestada pela recorrência à temática do mundo dos engenhos em nossa literatura, verificável em suas mais diversas fases e modalidades, especialmente nas letras de orientação regionalista do Nordeste. Tematizado desde a Colônia, o mundo do açúcar no Brasil chega aos fins do século XX, com a publicação de **Coivara da memória**, do sergipano Francisco Dantas, em 1991, numa demonstração de vitalidade de nossas raízes literárias, ou seja, de nosso esboço estético.

Exemplares desse enraizamento das *manifestações literárias*, em nosso acervo escritural, constituem as obras **Cultura e opulência do Brasil**, de André João Antonil, anagrama quase perfeito do jesuíta italiano João Antônio Andreoni, conforme esclarece Capistrano de Abreu (1988, p. 203) e **Senhora de engenho**, de autoria do romancista pernambucano, Mário Sette.

A primeira, escrita no período colonial, publicada em 1711, é considerada por Alfredo Bosi como *arte contábil, fruto sazonado do ideal mercantilista* (BOSI, 1992, p. 158). A segunda, publicada em 1921, se constitui como a escritura inaugural do Modernismo no Nordeste, embora

não tenha conquistado, oficialmente, essa primazia. Esse *status* caberia à narrativa do romancista paraibano, José Américo de Almeida, **A bagaceira**, escrita em 1928, também voltada para o universo do engenho nordestino.

Elemento recorrente de produção textual, funcionando, em nossos discursos culturais, como um verdadeiro *leitmotiv*, tanto nos discursos poéticos e ficcionais, quanto nos discursos de cunho sociológico, o mundo da cana-de-açúcar exibe a condição de traço tradicional, nos moldes do pensamento de Antonio Candido.

Com o propósito de examinar a representação do mundo dos engenhos em nossa literatura, procederemos a uma leitura das obras do Pe. Antonil e a de Mário Sette, buscando, essencialmente, flagrar os traços de *continuidade* e/ou de *descontinuidade* que irmanam ou afastam as duas narrativas, em suas construções e desconstruções discursivas.

Em relação aos caminhos e ângulos de nossa leitura, nos apoiaremos, basicamente, no modelo de análise discursiva de Antonio Candido. Nessa escolha reside a compreensão de que esse crítico brasileiro, na primeira década do segundo quartel do século passado, já expunha como método de leitura do discurso literário, o que hoje, graças à intervenção francesa, é chamado de Análise do Discurso.

Modelo de pesquisa criado por Michel Pêcheux, em 1960, a Análise do Discurso se assenta em três perspectivas, situando a leitura em três campos de conhecimento, no terreno do interdisciplinar, Linguística, Psicanálise e Materialismo Histórico, numa clara articulação dialética.

Nos anos de 80 e 90, as propostas de Pêcheux se aproximariam de outros fundadores de modos interpretativos de discursos, a exemplo de Foucault, de Bakhtin e de teóricos da Nova História que trazem a análise do discurso do cotidiano. Essas novas contribuições fariam com que Pêcheux, em seus últimos escritos, alterasse a nomeação de seu campo de pesquisa para *Análise de Discurso*, o que apontava uma aproximação com a Semiótica, conforme se atesta a seguir:

Na Linguística, com a problematização do corte saussureano, dando a Saussure o lugar de fundador da Linguística como ciência e retomando a sua idéia de ‘real língua’ na noção de sistema; mas ao mesmo tempo, centralizando a análise na semântica, com a idéia da não-transparência do sentido, da não-reflexividade entre signo/mundo/homem; no Materialismo Histórico, por meio da leitura althusseriana de Marx, com a idéia de que há um real da história que não é transparente para o sujeito, pois ele é assujeitado pela ideologia; na Psicanálise, por meio da releitura de Freud, com a idéia do sujeito na sua

relação com o simbólico, pensando o inconsciente como estruturado por uma linguagem [...]. Esse deslocamento leva Pêcheux, em seus últimos textos, a preferir falar em ‘análise **de** discurso’, em vez da fórmula tradicional análise **do** discurso’; ao mesmo tempo, o leva [...] a nuançar a aproximação com a Semiótica (BARONAS; GREGOLIN, 2003, p. 8-9 – **grifos do autor**).

Na compreensão da atualidade do modelo interpretativo de Antonio Candido, de sua pertinência aos objetivos de nosso trabalho, nos definimos por proceder a nossa análise dos discursos de Antonil e Mário Sette, a partir dessas contribuições teóricas e metodológicas, de caráter antecipador em nosso estudo dos discursos sobre os engenhos de açúcar.

Nessa orientação interdisciplinar, procuraremos identificar, nas construções discursivas recortadas para análise, os traços lingüístico-simbólicos, capazes de nos levar a uma interpretação harmonicamente coerente com as narrativas, como recomenda Antonio Candido e como já anunciamos em epígrafe de abertura, desse arrazoadado teórico-metodológico.

Assim, dividimos nosso trabalho em três momentos. No primeiro, observamos o enlace *inconteste* da grande empresa açucareira com o mundo do religioso, fator intrínseco ao projeto colonizador lusitano, conforme análise das crônicas de viajantes, a exemplo de Pero de Magalhães Gandavo, Gabriel Soares de Sousa e Jean de Léry, autores analisados à luz dos estudos de Wilma Mendonça.

Alicerçados pela análise crítica do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, do antropólogo mineiro Darcy Ribeiro e do historiador estadunidense Stuart Schwartz, contemplamos esse enlace como fator inerente não somente ao sucesso do projeto colonizador, como também decisivo à formação de nossa compleição social.

Em um segundo momento, analisamos a narrativa **Cultura e opulência do Brasil**, abordando aspectos de sua linguagem e conteúdo. Enlaçando esses a sua contextualização econômico-histórica, percebemos a importante contribuição produzida pelo jesuíta do açúcar, André João Antonil.

Nessa compreensão, notamos que de interesse dos mais variados campos do conhecimento, a escritura de Antonil tem sido estudada por literatos, historiadores e teóricos da Economia, das Ciências Políticas no Brasil, como também por aqueles que se interessam pela trajetória da Igreja em nosso país. Seu discurso, oriundo do espaço açucareiro, explicita a relação desenvolvida entre a Igreja e a Colonização, entre a Fé e o Mercado, entre a Fé e a Escravidão, relações que delinearam os três séculos de nossa formação.

Reconhecendo o pioneirismo de **Senhora de engenho** como a escritura que inaugura o Modernismo nordestino, atestamos, em um terceiro momento, a permanência do discurso sobre o mundo dos engenhos, apreciada anteriormente em **Cultura e opulência do Brasil**, notando, dessa maneira os traços de *continuidade* e/ou de *descontinuidade* que unem ambas as narrativas recortadas para análise.

CAPÍTULO I

A cana-de-açúcar, tão mais velha,
que o século dezoito, é o que expressa.

João Cabral de Melo Neto

LITERATURAS DO AÇÚCAR: COLONIZAÇÃO, IGREJA E ENGENHO

O Brasil é um dom do açúcar.
Caio Prado Jr.

Originária da Ásia, introduzida na Europa pelos árabes e cruzados, a cana-de-açúcar chegaria ao Brasil em 1532, com a vinda de Martim Afonso de Souza, fundador das vilas de São Vicente e Piratininga. Fidalgo de sangue real, Afonso de Souza, em consórcio com o holandês Johann van Hielst, representante da abastada família dos Schetz, que se destacava como armadores, banqueiros e grandes comerciantes em Amsterdã, se tornaria fundador das primeiras vilas no Brasil e senhor do primeiro engenho em nossas terras. Do êxito dessa primeira experiência de Martim Afonso e dos Schetz se multiplicariam as fábricas de açúcar no Brasil, como atesta o historiador Capistrano de Abreu:

À roda destas vilas fundaram engenhos, além dos portugueses, os flamengos Schetz ou Enquertes, como o pronunciava o povo, e os Dorias, genoveses. Diz-se até, porém não deve ser exato, que desta procedem as canas plantadas em outras capitanias. Tais engenhos, com distância e a raridade de comunicações, deviam ter desenvolvimento medíocre (ABREU, 1988, p. 85).

A dúvida expressa por Capistrano de Abreu, quanto à procedência da cana-de-açúcar em outras regiões brasileiras, nos parece ser dirimida por Gilberto Freyre. Porta-voz da sociedade açucareira do Brasil, Freyre situa 1532, como o ano do primeiro engenho no Brasil, visto como marco de mudança do eixo da colonização lusitana, tanto em São Paulo quanto em Pernambuco.

Antes, de base agrária, a exploração colonizatória passaria à mercantil, formando entre nós uma sociedade agrícola na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica e híbrida em sua composição, como ressalta Gilberto Freyre em trecho inicial de **Casa-Grande & senzala**:

Quando em 1532 se organizou econômica e civilmente a sociedade brasileira [...] Mudado em São Vicente e em Pernambuco o rumo da colonização portuguesa do fácil mercantil, para o agrícola [...]. Formou-se na América Tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio – e mais tarde de negro – na composição (FREYRE, 1987, p.4).

A perspectiva freyriana de que o ano de 1532 representa não apenas a alteração da política econômica da Coroa lusitana em sua Colônia tropical, mas que assinala, sobretudo, o momento inicial de nossa constituição como sociedade, seria retomada por Darcy Ribeiro, décadas depois.

Em sua obra **O povo brasileiro**, publicada em 1995, o antropólogo mineiro reafirma a intrínseca relação entre a formação da sociedade brasileira e a implantação da grande empresa lusitana, de cunho agroindustrial e exportador, ao mesmo tempo em que assinala a nossa distinção cultural.

Tanto na compreensão de Freyre, quanto no entendimento de Darcy Ribeiro, a cana-de-açúcar garante a formação da sociedade brasileira, em modelo diferenciado das sociedades estadunidenses e das européias, se constituindo como mestiça sua feição; atípica e crioula, como afirma Darcy Ribeiro:

A sociedade brasileira, em sua feição cultural crioula, nasce em torno do complexo formado pela economia do açúcar, com suas ramificações comerciais e financeiras e todos os complementos agrícolas e artesanais que possibilitavam sua operação. A massa humana organizada em função do açúcar se estrutura em uma formação econômico-social atípica com respeito às americanas e às européias de então. Muito mais singela, por um lado, por seu caráter de empresa colonial destinada a lograr propósitos econômico-mercantis claramente buscados. Nela, a formação de existência, a organização da família, a estrutura de poder não eram criações históricas oriundas de uma velha tradição, mas meras resultantes de opções exercidas para dar eficácia ao empreendimento (RIBEIRO, 2006, p. 251).

Essa mesma compreensão será partilhada por Josué de Castro, autor da obra, **Geografia da fome**: o dilema brasileiro pão ou aço, publicada em 1946. Esse livro tornar-se-ia num clássico sobre a fome, chancelando seu autor ao cargo de Diretor-Geral na Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), de onde é destituído, após março de 1964.

Para Josué de Castro, a cultura da cana-de-açúcar exerceu e tem exercido uma ação deletéria sobre o nosso solo, alterando-o em sua estrutura e esgotando-o em sua fertilidade. Mas, segundo esse autor, a ação mais destrutiva da economia açucareira em nosso país foi o da imposição de um modelo de exploração, de cunho monocultor e latifundiário. A esse sistema de exploração se deve o enraizamento e a consolidação da colonização portuguesa, em acordo com o discurso abaixo:

Contudo, mais destrutiva do que esta ação direta, através do sistema de exploração da terra que a economia açucareira impõe: exploração monocultura e latifundiária. Deve-se, sem nenhuma dúvida, ao desenvolvimento da cana-de-açúcar, com todos os seus nocivos exageros de planta individualista, com sua hostilidade quase mórbida por outras espécies vegetais, grande parte do trabalho de enraizamento e consolidação da colonização portuguesa nos trópicos, a qual já há cerca de um século vinha ensaiando outros processos menos frutíferos, sem conseguir, no entanto, estabelecer nada de mais firme do que simples feitorias comerciais nas costas da África, da América e do Oriente (CASTRO, 1984, p. 116).

Em 1985, o historiador estadunidense Stuart Schwartz, reconhece a organização moderna dos engenhos no Brasil colonial, ressaltando, a exemplo de Gilberto Freyre, de Darcy Ribeiro e de Josué de Castro, o papel decisivo que o açúcar e o engenho desempenharam na constituição e formação de nossa compleição social:

Embora desde o início sempre existissem outros grupos e outras atividades no Brasil português, o açúcar, o engenho e a escravidão desempenharam papéis cruciais na definição e conformação da sociedade brasileira. Assim foi não só porque o açúcar manteve-se como importante atividade econômica, mas também porque os princípios em que se assentou a sociedade açucareira foram amplamente compartilhados, adaptáveis a novas situações e sancionados pela Igreja e pelo Estado. O Brasil-colônia foi uma sociedade escravista não meramente devido ao óbvio fato de sua força de trabalho ser predominantemente cativa, mas principalmente devido às distinções jurídicas entre escravos e livres, aos princípios hierárquicos baseados na escravidão e na raça, às atitudes senhoriais dos proprietários e à deferência dos socialmente inferiores. Através da difusão desses ideais, o escravismo criou os fatos fundamentais da vida brasileira (SCHWARTZ, 1988, p. 209).

Persistente em sua leitura do processo formativo da sociedade brasileira, Gilberto Freyre anotaria que a expressiva presença de outros europeus, nos nascentes engenhos, decorria do papel da Igreja Católica que atuava como privilegiado indutor e propiciador dessa *liberalidade*. Não havia, segundo o sociólogo pernambucano, nenhum impedimento à integração de estrangeiros na colônia tropical da Lusitânia, desde que esses assumissem os postulados da Igreja Católica, batizando-se. Nessa interpretação, Freyre reforça o papel essencial desempenhado pela Igreja, na formação de nossa sociedade e do Brasil açucareiro, desde o seu nascedouro:

A nenhum inglês nem flamengo o fato, em si, da nacionalidade ou de raça impediu que fosse admitido na sociedade colonial portuguesa da América no século XVI. **O que era preciso é que fosse Católico-romano ou aqui se desinfetasse com água benta da heresia pestífera. Que se batizasse. Que professasse a fé católica, apostólica, romana [...]** a principal exigência para adquirir sesmaria no Brasil era professar o colono a religião Católica [...]. Parece-nos evidente a liberalidade para com o estrangeiro na América Portuguesa do século XVI (FREYRE, 1987, p. 200 – **grifos nossos**).

Crescendo na mesma proporção dos engenhos, os mosteiros, as igrejas e as vigarias portuguesas atestam, pelas suas simples presenças, o enlace entre o político-econômico e o religioso, no processo de colonização lusitana de nosso país. Esse enlace, decorrente dos lastros mercantis e barrocos do Cristianismo, tornaria o discurso religioso europeu em nossas terras, num texto pleno em contradição, num desvio da mensagem cristã, como acentua Alfredo Bosi, crítico-teórico, de nossa literatura:

Estranha religião meio barroca meio mercantil! Religião que acusa os vencedores, depois entrega os vencidos à própria sorte. Religião que abandona o verbo divino, frágil, indefeso, às manhas dos poderosos que dele saqueiam o que bem lhe apraz [...]. A mensagem cristã de base, pela qual todos os homens são chamados filhos do mesmo Deus, logo irmãos, contraria, em tese, as pseudo-razões do particularismo colonial: este fabrica uma linguagem utilitária, fatalista, no limite racista, cujos argumentos interesseiros calçam o discurso do opressor (BOSI, 1992, p. 35-36).

Na realidade, a união entre o profano e o sagrado é fundamental para o sucesso da expansão européia em terras americanas, conforme anotam os mais variados estudiosos dos discursos culturais brasileiros; sejam eles do campo da Sociologia, do terreno literário, da História e, mais recentemente, da Lingüística, como ilustram os discursos do crítico literário Alfredo Bosi, da historiadora Laura de Mello e Souza e da lingüista Bethânia Mariani:

Duas retóricas correram paralelas, mas às vezes tangenciaram-se nas terras coloniais, a retórica humanista-cristã e a dos intelectuais porta-vozes do sistema agromercantil. Se a primeira aproxima cultura e culto, utopia e tradição, a segunda amarra firmemente a escrita à eficiência da máquina econômica articulando cultura e *colo*. Postas em rígido confronto, a linguagem humanista e a linguagem dos interesses acordam sentimentos de contradição; mas examinadas de perto, no desenho de cada contexto, deixam entrever mais de uma linha cruzada (BOSI, 1992, p. 37).

Tornou-se lugar comum afirmar que a religião forneceu os mecanismos ideológicos justificatórios da conquista e colonização da América, encobrindo e escamoteando as atrocidades cometidas em nome da fé. É incontestável que assim foi. Mas se tanto foi dito acerca das relações entre infra-estrutura e superestrutura, quase não se procurou esmiuçar o mundo complexo da religiosidade. Nunca é demais lembrar que o fim da Idade Média e os inícios da Época Moderna caracterizaram-se por uma religiosidade funda, exacerbada, cheia de angústia. Portanto, sem que os propósitos materiais fossem acanhados, cristianizar era, de fato, parte integrante do programa colonizador dos portugueses diante do Novo Mundo. Mais do que isto: parte importante, dado o destaque que tinha a religião na vida do homem quinhentista (SOUZA, 1993, p. 32-33).

Essa aliança Estado-Igreja só se desfaz no século XVIII, como se discutirá mais adiante, com a expulsão dos jesuítas decretada pelo Marquês de Pombal por intermédio do já mencionado *Diretório dos Índios* (1857). Enquanto vigorou a referida aliança, predominou o uso da *língua geral* em várias regiões do país, sobretudo em São Paulo e nas capitanias do Maranhão e Grão-Pará (MARIANI, 2004, p. 97 – **grifos da autora**).

Desse consórcio, entre Fé e Estado, se originaria a sociedade açucareira do Brasil, simbolizada pela casa-grande. Bancada pela senzala, que garante o sucesso do engenho, a história da moradia dos senhores da cana, imagem simbólica do sistema econômico, social e político de Portugal no Brasil, é representada por Gilberto Freyre, como *história íntima de quase todo brasileiro*, representando, assim, a feição social de quase todos nós, como defende Freyre, em seu “Prefácio” à primeira edição de **Casa-Grande & senzala**:

A história social da casa-grande é a história íntima de quase todo brasileiro: de sua vida doméstica, conjugal, sob o patriarcalismo escravocrata e polígamo; de sua vida de menino; do seu cristianismo reduzido à religião de família e influenciado pelas credices da senzala [...]. Nas casas-grandes brasileiras foi até hoje onde melhor se exprimiu o caráter brasileiro; a nossa continuidade social (FREYRE, 1987, p. lxxv).

Em circulação desde os inícios do processo de expansão e de colonização portuguesa em nosso país, a temática do mundo da cana-de-açúcar já apareceria no relato do cronista francês, Jean de Léry, **Viagem à terra do Brasil**, elaborada desde o seu retorno à França, mas publicada apenas em 1578, devido à perda e extravio de suas anotações.

Essa narrativa, de cunho livresco, originada da convivência de seu autor entre os Tupinambá do Rio de Janeiro, no período de março de 1557 a janeiro de 1558, flagraria a cana-de-açúcar em seu nascedouro, em sua adequação e florescimento em nosso solo. Assim, Jean de Léry tornar-se-ia nosso primeiro informante do sucesso inicial da grande empreitada açucareira, como também da impossibilidade técnica francesa em seguir os passos dos portugueses:

Embora antigamente não existissem laranjeiras nem limoeiros nessa terra da América, como ouvi dizer, depois que os portugueses as plantaram perto da costa, essas plantas se multiplicaram de modo admirável [...]. A cana de açúcar cresce muito bem e em grande quantidade nesse país. Entretanto nós franceses não tínhamos nem a gente nem as coisas necessárias para dela extrair o açúcar, como fazem os portugueses em suas possessões. Por isso, como ficou dito, no capítulo IX, acerca das bebidas dos selvagens, só a usávamos em infusão para fazer água açucarada ou lhe chupávamos simplesmente o caldo (LÉRY, 1980, p. 176).

Na narrativa de Pero de Magalhães Gandavo, **Tratado da terra do Brasil**, publicada em 1576 e **História da província Santa Cruz**, também elaborada no século XVI, mas apenas publicada em 1826, a tematização da cana-de-açúcar é freqüente. Não obstante a publicação tardia de **História da província Santa Cruz**, as narrativas de Gandavo se constituem como as primeiras elaborações livrescas dos colonizadores sobre o universo brasileiro de então, sobre o mundo do engenho, portanto.

Produzidas no contexto das grandes guerras entre os brasileiros do século XVI e os lusitanos, ainda num período marcado pela curiosidade européia em face de nossos índios e de suas terras, as obras de Gandavo procedem a uma apreciação geral da possessão portuguesa no Atlântico, descrevendo as particularidades dos seus habitantes, as potencialidades da terra, as especificidades da flora, da fauna e dos metais.

Em meio a esse discurso generalizante sobre o Brasil do século XVI, Gandavo nos informaria do universo do engenho, temática que entrelaça à sua descrição da terra e das gentes do Brasil. Descreve a *plantation* em seu processo de industrialização, como se verifica em seu inventário dos engenhos da capitania da Bahia, principalmente os de Paripe, região próxima a Salvador e Ilhéus.

Nesse inventário, o cronista português nos certificaria das dificuldades enfrentadas pelo projeto açucareiro lusitano em nossas terras, em seus primórdios de industrialização, ao mesmo tempo em que aponta para a estreita ligação entre o mundo do engenho e o mundo religioso, como se deduz do fragmento abaixo:

Pode haver nesta capitania mil e cem vizinhos. **Tem dezoito engenhos**, alguns se fazem novamente. Também se tira dela, muito açúcar, ainda que os moradores se lançam mais ao algodão que a canas de açúcar porque se dá melhor na terra. **Dentro da Cidade está um mosteiro de padres da Companhia de Jesus [...].** A Capitania dos Ilhéus está trinta léguas da Bahia de Todos os Santos [...] **Há nesta Capitania oito engenhos de açúcar. Dentro da povoação está um mosteiro de padres da Companhia de Jesus que agora se faz novamente** (GANDAVO, 1980, p. 29-31 – grifos nossos).

Inserido nesse mundo, intrincado pelo Estado e pela Igreja, Gabriel Soares de Sousa, a exemplo de Gandavo, elaboraria o seu **Tratado descritivo do Brasil em 1587**, de forma assemelhada ao seu predecessor (MENDONÇA, 2002, p.167)¹.

¹ No tocante à leitura dos viajantes e colonizadores do século XVI, ver a Tese de Wilma Mendonça, intitulada **Memórias de nós: o discurso possível e o silêncio dos Tupinambá nos relatos de viagem do século XVI**.

Como o autor do primeiro livro lusitano sobre o Brasil, Soares de Sousa, de maneira mais abrangente, também procederia a uma descrição geral das terras brasileiras, de suas gentes, realçando as suas particularidades econômicas, entre elas a da produção do açúcar no Nordeste.

Voltado, mais especificamente para a capitania da Bahia, Soares de Sousa descreve em sua obra o que julga caracterizar a nossa sociedade, em meio ao contexto do genocídio e do etnocídio indígenas e do desenvolvimento da sociedade dos engenhos.

Apreciado positivamente por todos que se ocupam de sua narrativa, o cronista e senhor de terras no Brasil, Gabriel Soares de Sousa seria considerado como um homem culto e perspicaz, conforme realça o crítico literário Antonio Candido, em seu estudo sobre as manifestações literárias do século XVI:

O que houve foi uma produção de crônicas e relatos [...] segundo quatro linhas: informação sobre a natureza e os índios; narrativa dos acontecimentos; edificação religiosa e catequese; defesa da Colônia contra invasores estrangeiros, sobretudo franceses e holandeses. As quatro podem misturar-se na mesma obra, é claro, mas sempre há predominância. Na primeira linha se enquadram, por exemplo, o *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, de Gabriel Soares de Souza, plantador de cana na Bahia, homem arguto e perspicaz; e os *Diálogos das Grandezas do Brasil* (compostos pela altura de 1618), de outro plantador de cana, Ambrósio Fernandes Brandão (CANDIDO, 1999, p. 21).

Plantador de cana, senhor de engenho e arguto cronista, Soares de Sousa exibiria em sua obra, como elemento diferenciador da narrativa de Gandavo, um quadro geral do número de engenhos e igrejas existentes na Bahia, conforme se lê em “Quantas igrejas, engenhos e embarcações tem a Bahia”, subtópico do “Título 3: Da enseada da Bahia, suas ilhas, recôncavos, ribeiros e engenhos”, espécie de inventário das instituições lusitanas do lucro e do sagrado, como se afere abaixo:

Pois que acabamos de explicar a grandeza da Bahia e seus recôncavos, convém que lhe juntemos o seu poder [...]. Começemos nos engenhos, nomeando-os em suma ainda que particularmente se dissesse de cada um seu pouco, havendo que dizer deles e de sua máquina muito, os quais são moentes e correntes trinta e seis [...]. Tem mais oito casas de cozer méis, de muita fábrica e muito proveitosa. Saem da Bahia cada ano destes engenhos possantes de cento e vinte mil arrobas de açúcar e muitas conservas. Tem a Bahia com seus recôncavos sessenta e duas igrejas, em que entra a Sé, e três mosteiros de religiosos, das quais são dezesseis freguesias curadas, convém a saber: nove vigárias paga a S. M. e outras sete pagam aos curas os fregueses, e a maior parte das outras igrejas tem capelães e suas confrarias como em Lisboa (SOUSA, 2000, p. 123-124).

Enlaçando num mesmo momento narrativo o sagrado e o profano, Gabriel Soares de Sousa comprova a proximidade entre a igreja e o engenho, através de um tom marcado pela

linguagem política e econômica. Nesse tom, também se debruçaria sobre as dificuldades enfrentadas pela indústria do açúcar, em sua fase de sedimentação, derivadas da resistência indígena ao povoamento português de sua terra.

Preocupado com o destino dos engenhos, Soares de Sousa defenderia a morte indígena. Frente às investidas dos nossos índios sobre os engenhos de Ilhéus, matando senhores e escravos, desorganizando-lhes e causando-lhes enormes prejuízos, Gabriel Soares de Sousa aponta como saída a “solução final”. Assim, se aproximaria de Pero de Magalhães Gandavo, no tocante ao destino que reserva aos indígenas brasileiros, conforme se verifica a seguir, nas passagens seguintes das crônicas lusitanas:

A capitania de Porto Seguro e a dos Ilhéus estão destruídas e quase despovoadas com o temor destes bárbaros, cujos engenhos não lavram açúcar por lhe terem morto todos os escravos e gente deles, e a das mais fazendas, e os que escaparam das suas mãos lhe tomaram tamanho medo, que em se dizendo *Aimorés* despejam as fazendas, e cada um trabalha por se pôr em salvo, o que também fazem os homens brancos, dos quais têm morto estes alarves de vinte e cinco anos a esta parte, que esta praga persegue estas duas capitanias, mais de trezentos homens portugueses e de três mil escravos [...] e se senão busca algum remédio para destruírem estes alarves, eles destruirão as fazendas da Bahia para onde vão encaminhando no seu vagar (SOUSA, 2000, p. 42-43 – **grifos do autor**).

Estes alarves têm feito muito dano nestas Capitanias depois que desceram a esta costa e mortos alguns portugueses e escravos, porque são muito bárbaros [...] Até agora não se pode achar nenhum remédio para destruir essa pérfida gente (GANDAVO, 1980, p. 140).

Registrando as ações de resistência indígena à presença portuguesa no Brasil, Soares de Sousa representa o índio como elemento de perigo e de ameaça ao sucesso e ao lucro da empresa açucareira. No intuito de preservá-la, defende, ao modo de Gandavo, a destruição indígena, como já notara Wilma Martins de Mendonça, em seu texto sobre as narrativas de Pero Magalhães Gandavo e a de Gabriel Soares de Sousa, em perspectiva metodológica, análoga a esse trabalho.

Em sua interpretação, Wilma Mendonça assinala e comenta os traços de aproximação verificados entre as memórias quinhentistas portuguesas. Entre as várias marcas de avizinhamento, oriundas do lugar de onde falam os seus narradores, isto é, o lugar da colonização, destacaria o zelo ao negócio lusitano, como uma espécie de visor através do qual os narradores vêem a sua colônia tropical:

Desvendando o preconceito e a hostilidade lusitana ao mundo árabe, Soares de Sousa, alarmado frente à possibilidade da chegada dos Aimorés à Bahia – centro político e econômico da Colônia e onde se localizam suas propriedades – expressaria o desejo que animara, anteriormente, Magalhães Gandavo: o da destruição dos ousados Aimorés que, no curso de quase trinta anos, conferiam continuadas perdas econômicas às capitanias vizinhas da Bahia e aos seus senhores, conforme registra o queixoso narrador, num tom perpassado pela lamúria face às perdas portuguesas provocadas pelos bárbaros Aimorés. Como um Gandavo, **o zelo pela coisa estorva-lhe a visão**, tornando-o cego à humanidade Aimoré que, à exaustão, defendeu a vontade de permanecer livre (MENDONÇA, 2002, p. 172 – **grifos nossos**).

O receio dos colonizadores exprime a extrema importância do sucesso da empresa açucareira para o próprio projeto colonizador, isto é, de povoamento lusitano no Brasil. Como senhor de engenho, Soares de Sousa faz parte da reduzidíssima parcela social amparada pela Coroa lusitana, interessada no plantio da cana e no fabrico do açúcar, como observa Gilberto Freyre, trazendo à sua leitura a contribuição do historiador, João Lúcio de Azevedo:

Diante do sucesso alcançado pelo esforço dos primeiros senhores de engenho, é que a Coroa compreendeu as possibilidades de riqueza colonial pela produção do açúcar. Como observa João Lúcio de Azevedo, “o privilégio, outorgado ao donatário, de só fabricar e possuir moendas e engenho de água, denota ser a lavoura do açúcar a que se tinha especialmente em mira introduzir”. E as concessões todas e, mais tarde, o *Regimento* de Tomé de Sousa, afirmam a mesma política de prestigiar-se a cultura do açúcar na pessoa quase feudal do senhor de engenho (FREYRE, 1987, p. 244-245).

Fundamental ao povoamento lusitano, o êxito do engenho dependia, contudo, da destruição indígena, que não tardaria a se verificar. O açúcar aniquilaria os índios brasileiros, ora através de guerras, ora através da sujeição, do trabalho compulsório nas plantações, como reconhece o próprio Gilberto Freyre, defensor entusiasta da colonização portuguesa no Brasil. Em sua defesa dos jesuítas, partícipes dessa destruição, Freyre responsabiliza os colonos, *agentes disgênicos* do mundo tupinambá, recorrendo aos discursos de Joaquim Nabuco e de Eduardo Prado, cujos textos, como os de Freyre, são orientados por uma visão senhorial:

Algumas dessas responsabilidades deveriam ser repartidas com os colonos; entre outras, a segregação dos selvagens nas plantações e a divisão sexual do trabalho à européia. E os colonos, e não os jesuítas, terão sido, em grande número de casos, os principais agentes disgênicos entre os indígenas: os que lhe alteraram o sistema de alimentação e de trabalho, perturbando-lhes o metabolismo; os que introduziram entre eles doenças endêmicas e epidêmicas; os que lhes comunicaram o uso da aguardente de cana [...] Joaquim Nabuco, apologeta, como Eduardo Prado, do esforço jesuítico, ou antes, católico, no Brasil, pouco exagera quando afirma: “Sem os jesuítas a nossa

História colonial não seria outra coisa senão uma cadeia de atrocidades sem nome, de massacres como os das Reduções; o país seria cortado de estradas, como as que iam do coração da África aos mercados das costas, por onde só passavam as longas filas de escravos (FREYRE, 1987, 110; 148).

Ideologicamente comprometido com os valores da casa-grande, isto é, da sociedade açucareira, de onde provém, Gilberto Freyre se voltaria para algumas *responsabilidades* da colonização portuguesa, entre elas o extermínio dos índios brasileiros, especialmente os do litoral.

Acreditando que a formação patriarcal do Brasil explica-se tanto em suas *virtudes* quanto em seus *defeitos* mais acentuados (FREYRE, 1987, p. lxi), Freyre se voltará para as conseqüências nocivas da monocultura exclusivista canavieira, projeto agrário português oriundo da grande *plantation*, antecipando-se, assim, ao discurso anticolonialista de Josué de Castro, como se pode aferir na leitura comparativa das passagens abaixo:

Era a sombra da monocultura projetando-se por léguas e léguas em volta das fábricas de açúcar e a tudo esterilizando ou sufocando, menos os canaviais e os homens e os bois a seu serviço [...]. Sob semelhante regime de monocultura, de latifúndio e de trabalho escravo não desfrutou nunca a população da abundância de cereais e legumes verdes. De modo que a nutrição da família colonial brasileira, a dos engenhos e notadamente a das cidades, surpreende-se pela sua má qualidade: pela pobreza evidente (FREYRE, 1987, p. 40-41).

Já afirmou alguém, com razão, que a exploração da cana-de-açúcar se processa num regime de autofagia; a cana devora tudo em torno de si, engolindo terras e mais terras, consumindo o humo do solo, aniquilando as pequenas culturas indefesas e o próprio capital humano, do qual sua cultura tira toda a vida. E é pura verdade [...] A monocultura é uma grave doença da economia agrária, comparada por Guerra e Sanchez à gangrena que ameaça sempre invadir o organismo inteiro e por Grenafell Price ao câncer, com o desordenado crescimento de suas células se estendendo impunemente por todos os lados (CASTRO, 1984, p. 117; 126-127).

Pernambucano como Gilberto Freyre, mas oriundo das classes subalternas, Josué de Castro culpabiliza a cultura do açúcar como responsável pelo desgaste e pelo desequilíbrio ecológico das terras do Nordeste. Responsabiliza-a pelos prejuízos da estrutura biológica da população nordestina, pelo flagelo da fome e pelo subdesenvolvimento social dessa região.

Da cana de açúcar também se alimentariam os escritos de Cardim, no século XVI. Em circulação na Europa, desde 1625, em tradução inglesa, as narrativas de Fernão Cardim só seriam publicadas no Brasil, em sua totalidade, em 1923. A iniciativa, que coube a Afrânio

Peixoto, então na presidência da Academia Brasileira de Letras (ABL), garantiria a leitura dessas obras ao leitor brasileiro. A essa reunião textual, Afrânio Peixoto denominaria de **Tratados da terra e gente do Brasil**.

Integrado à Companhia de Jesus em 1555, aos quinze anos de idade, Fernão Cardim desembarca na Bahia, em 1583. Fora designado para acompanhar o Governador Manuel Teles Barreto. Experiente em cargos de direção, fora Ministro do Colégio de Évora até sua vinda ao Brasil, aqui se destacaria como Provincial da Companhia e, mais tarde, como Reitor do Colégio da Bahia e, posteriormente, como um dos memorialistas da América portuguesa menos eurocêntrico, como se verifica nas várias análises brasileiras de seus escritos.

Vivendo no contexto inicial do sucesso da empresa açucareira no Brasil, Cardim seria o primeiro cronista a focalizar o mundo do engenho, através de um olhar que o flagra em sua intimidade e cotidiano, como procederia, no início do século XX, Gilberto Freyre com sua **Casa-Grande & senzala**, em 1933.

Dessa forma, é o precursor do ideólogo do Regionalismo do Nordeste que, no rastro das raízes de Cardim, inaugura, no Brasil, o que a Nova Escola francesa denomina de *discurso histórico do cotidiano*, a exemplo dos teóricos, Michel de Certeau, Jacques Le Goff e Pierre Nora (BARONAS; GREGOLIN, 2003, p. 9).

Desse ângulo, Cardim terminaria por aproximar a sociedade açucareira do Brasil à nobreza européia, pela abastança, pela prodigalidade na exibição do fausto que se processava, como se verifica nesse fragmento textual, no qual o autor se volta para os códigos sociais dos senhores do Recôncavo baiano:

Os engenhos deste recôncavo são trinta e seis; quase todos vimos, com outras muitas fazendas muito para ver. De uma coisa me maravilhei nesta jornada, e foi a grande facilidade que têm de agasalhar os hóspedes, porque a qualquer hora da noite ou dia que chegávamos em brevíssimo espaço nos davam de comer a cinco da Companhia (afora os moços) todas as variedades de carnes, galinhas, perús, patos, leitões, cabrito, e outras castas e tudo têm de sua criação, com todo o gênero pescado e mariscos de toda sorte, dos quais têm a casa cheia, por terem deputados certos escravos pescadores para isso, e de tudo têm a casa tão cheia que na fartura parecem uns condes, e gastam muito (CARDIM, 1980, p. 158).

Primeiro cronista a representar os senhores de engenho como nobres europeus, traço que se comunicaria à posteridade, Fernão Cardim procederia, de maneira bastante curiosa, a essa representação. Aproxima-os à fidalguia européia, através de alguns atributos reservados, antes,

aos nossos índios, como o da hospitalidade, fartura, cordialidade, festividade, vaidade. A esses atributos acrescentaria os da posse exacerbada, de mando e poder, maiores do que o do próprio rei, como acentua Cardim, em sua descrição da intimidade da casa-grande pernambucana:

Vestem-se as mulheres e filhos de toda sorte de veludo, damascos e outras sedas, e **nisto tem grande excesso** [...]. São muito dados a festas [...]. São sobretudo dados a banquetes, em que de ordinário andam comendo um dia **dez ou doze senhores de engenhos juntos, e revezando-se desta maneira gastam tudo quanto têm** [...]. **Enfim em Pernambuco se acha mais vaidade que em Lisboa** [...] e quando se faz algum arruído contra algum Vianez **dizem em lugar de: ai que d’elrei, ai que de Viana** etc. (CARDIM, 1980, p. 164 – **grifos nossos**).

Literariamente, a configuração de Cardim, do traço emblemático da intimidade do mundo do açúcar – a cordialidade da Casa-Grande – seria revisitada pelo olhar do autor de **Morte e vida Severina**, o poeta pernambucano João Cabral de Melo Neto, numa perspectiva outra, que problematiza a cordialidade açucareira.

Marcada pela discordância, o texto de João Cabral de Melo Neto, desconstrói, ideologicamente, a discursividade de Cardim, como se verifica nos versos de “A arquitetura da cana de açúcar”, poema que compõe a obra **Museu de tudo**, organizada pelos escritos poéticos de João Cabral elaborados entre os anos de 1966 a 1974:

Os alpendres das casas-grandes,
de par em par abertos, anchos,
cordiais como a hora do almoço,
apesar disso não são francos.

O aberto alpendre acolhedor
no casarão sem acolhimento
tira a expressão amiga, amável,
do que é de fora e não de dentro:

dos lençóis de cana, tendidos,
postos ao sol até onde a vista,
e que lhe dão o sorriso aberto
que disfarça o que dentro é urtiga.

(MELO NETO, 1994, p. 395)

Moderno para a época, Cardim representaria os senhores de engenho, através da perspectiva do capital, mais particularmente, da categoria da reificação, criada por Karl Marx e amplamente difundida por Georg Lukács, autor da obra, **Introdução a uma estética marxista**,

lançada em 1956. Para essa compreensão da obra de Cardim, concorre esse momento textual:

A gente da terra é honrada: **há homens muitos grossos de 40, 50, e 8º mil cruzados de seu:** alguns devem muito pelas grandes perdas que têm com escravaria de Guiné, que lhes morrem muito, e pelas demasias e gastos grandes que têm em seu tratamento. [...] Os homens são tão briosos que compram **ginetes de 200 e 300 cruzados**, e alguns têm tres, quatro cavallos de preço [...] De ordinário bebem cada anno **50 mil cruzados** de vinhos em Portugal; e alguns annos beberam **oitenta mil cruzados** dados em rol (CARDIM, 1980, p.164 – **grifos nossos**).

Mecanismo de criação literária em Graciliano Ramos, mais notadamente em seu romance **São Bernardo** (1934), que recebeu a leitura crítica de Luiz Costa Lima, intitulada, “A reificação de Paulo Honório” (1969, p.49-70), essa categoria discursiva também seria utilizada, como veremos adiante por Antonil.

Focalizando, através de uma perspectiva notadamente moderna, o universo brasileiro do açúcar, o jesuíta da Companhia de Jesus apreenderia o engenho, propriamente dito, em seu caráter de invenção engenhosa, *machina*, artefato complexo, *máquina*, descrevendo-o em sua estrutura complexa de fábrica:

Tornando aos engenhos cada um deles é uma machina e fábrica incrível [...] Em cada um deles, de ordinário há seis fogos de brancos, e ao menos sessenta escravos, que se requerem para o serviço ordinário; mas os mais deles têm cento, e duzentos escravos da Guiné e da terra. Os trapiches requerem sessenta bois, os quais moem de doze em doze revezados; começa-se de ordinário a tarefa à meia noite, e acaba-se ao dia seguinte às três ou quatro horas depois do meio dia. Em cada tarefa se gasta uma barcada de lenha que tem doze carradas, e deita sessenta e setenta formas de açúcar branco, mascavado, malo e alto. Cada forma tem pouco mais de meia arroba, ainda que em Pernambuco se usam já grandes de arroba. O serviço é insofrível, sempre os serventes andam correndo, e por isso morrem muitos escravos, que é o que os endivida sobre todo esse gasto. Tem necessidade cada engenho de feitor, carpinteiro, ferreiro, mestre de açúcar, com outros oficiais que servem de o purificar; os mestres de açucares são os senhores de engenhos, porque em sua mão está o rendimento e ter o engenho fama, pelo que são tratados mimos, e os senhores lhe dão mesa, e cem mil réis, e outros mais, a cada ano (CARDIM, 1980, p. 158).

Dessa forma, Cardim antecede e reforça a leitura crítica sobre os engenhos brasileiros, de Stuart Schwartz. Estudioso das fases históricas de definição e conformação da sociedade brasileira, pela mediação da ótica do negócio açucareiro, Schwartz apreenderia o engenho em sua modernidade e complexidade industrial, como se entende de seus vários livros e ensaios e do fragmento, aqui tomado como exemplo:

A produção de açúcar foi, ao lado da mineração, a atividade mais complexa e mecanizada que ocupou os europeus nos séculos XVI e XVII, e seu caráter “moderno” e industrial impressionou os observadores pré-industriais. Mas foi nessa cena de pesadelo que se desenvolveu a sociedade e a economia do Brasil. Durante os cem anos decorridos de 1580 a 1680, o Brasil foi o maior produtor e exportador mundial de açúcar. No contexto da grande lavoura e da indústria do açúcar foi formada a sociedade colonial brasileira (SCHWARTZ, 1999, vol. II, p.339).

Ao mirar, pelo enlace da perspectiva religiosa e do terreno econômico os *condes* do açúcar, o tom elogioso da descrição de Cardim vai se arrefecendo e configurando-se como negatividade, marcada pelos traços do pecado econômico, ou seja, da dilapidação e sonegação do dinheiro do Reino e o do pecado da carne, isto é, dos amancebamentos. Pecado este, inerente ao mundo dos engenhos, conforme ressaltaria Padre Manoel da Nóbrega sobre a gente do Brasil, *gente que não tem mais conta que com seus engenhos e ter fazenda, ainda que seja com perdição das almas de todo mundo* (NOBREGA apud SCHWARTZ, 1999, v.II, p.360).

Na passagem discursiva de Cardim, quem fala é o jesuíta que antecede Padre Antonio Vieira e, como esse, zeloso quanto à indústria portuguesa. A nobreza caramuru, pouquíssima afeita a quitar seus encargos sociais, se recusa, a exemplo dos condes europeus, a dividir, com os plebeus, os encargos sociais, tanto no tempo de Cardim, quanto no de Vieira, conforme discursos abaixo:

Ainda que esses gastos são muito grandes, os rendimentos não são menores, antes muito avantajados, porque um engenho lavra no ano quatro ou cinco mil arrobas, que pelo menos valem em Pernambuco cinco mil cruzados, e postas no reino por conta dos mesmos senhores dos engenhos (que não pagam direitos por dez anos do açúcar que mandam por sua conta, e estes dez acabados não pagam mais que meio direitos) valem três em dobro. Os encargos de consciência são muitos, os pecados que se cometem neles não têm conta; quase todos andam amancebados por causa das muitas ocasiões; **bem cheio de pecados vai esse doce**, porque tanto fazem: grande é a paciência de Deus, que tanto sofre (CARDIM, 1980, p. 158 – **grifos nossos**).

Vós, diz Cristo, Senhor nosso, falando com os pregadores, sois o sal da terra: e chama-lhes sal da terra, porque quer que façam na terra o que faz o sal. O efeito do sal é impedir a **corrupção**; mas quando a terra se vê tão corrupta como está a nossa, havendo tantos nela que têm ofício de sal, qual será, ou qual pode ser a causa desta corrupção? Ou é porque o sal não salga, ou porque a terra se não deixa salgar. Ou é porque o sal não salga, e os pregadores não pregam a verdadeira doutrina; ou porque a terra se não deixa salgar e os ouvintes, sendo verdadeira a doutrina que lhes dão, a não querem receber. Ou é porque o sal não salga, e os pregadores dizem uma coisa e fazem outra; ou porque a terra se não deixa salgar, e os ouvintes querem antes imitar o que eles fazem, que fazer o que dizem. Ou é porque o sal não salga, e os pregadores se pregam a si e não a Cristo; ou porque a terra se não deixa salgar, e os ouvintes, em vez

de servir a Cristo, servem a seus apetites [...]. Se o sal perder a substância e a virtude, e o pregador faltar à doutrina e ao exemplo, o que se lhe há e fazer, é lançá-lo fora como inútil para que seja pisado de todos (VIEIRA, 1995?, p. 317-319 – **grifos nossos**).

Consoante Cardim e Vieira, o historiador Mauro de Albuquerque Madeira também destacaria a sonegação dos encargos sociais, a exemplos do quinto do ouro desta vez realizada por mineradores e comerciantes. Em seu texto “Antonil e o quinto do ouro”, Madeira realçaria ainda que a quitação de alguns se justificaria tão somente por medo do degredo, confisco ou perdimento. Discurso este que contrasta com o do jesuíta do açúcar que, em **Cultura e opulência do Brasil**, capítulo IX da terceira parte, se utiliza da perspectiva da *consciência* do cristão, conforme aferimos no cotejo entre os textos abaixo:

De certo que os rudes mineradores e comerciantes do Brasil não tomavam conhecimento explícito das circunvoluções verbais dos letrados eclesiásticos e civis, a justificar a cobrança dos tributos reais. **Pagavam ou sonegavam, na medida do possível e por força da sanção, da pena de perdimento, confisco ou degredo** (MADEIRA, 1993, p.68 – **grifos nossos**).

Passando agora ao outro ponto, em que se pergunta se esta lei de pagar a El-Rei a quinta parte do ouro que se tira das minas obriga em consciência: Digo que a resolução desta dúvida depende de tirar uma falsa imaginação de alguns menos atentos e acelerados em resolver, os quais, por verem que esta lei é acompanhada da cominação da pena da perda da fazenda e do degredo por dez anos e de outras pelo novo regimento acerca das minas do Brasil, cuidam que é lei meramente penal e que, como tal, não obriga em consciência, nem antes da sentença do juiz, aos transgressores dela, conforme o comum sentir dos teólogos e moralistas que tratam das leis e em particular das penais (ANTONIL, 1967, p 278).

A temática do engenho chegaria ao século XVII, reforçada pelos versos de Gregório de Matos e pelos sermões de Vieira. Em novo contexto, marcado por uma estabilidade que se vai arrefecendo, o mundo patriarcal aparece como assunto tanto nas manifestações literárias, quanto no discurso historiográfico, em estado também de constituição. Em relação a esse discurso, destacamos, pela precedência histórica, a **Prosopopéia**, do português Bento Teixeira.

Publicada em 1601, o texto de Bento Teixeira é, de forma unânime, encarada pela nossa crítica como uma débil imitação de Camões, a exemplo da leitura crítica de Alfredo Bosi (1980, p. 41). Marcada pelo tom bajulatório aos senhores de Pernambuco, em especial a Jorge de Albuquerque Coelho, donatário daquela Capitania, cuja carreira se iniciara graças ao sucesso da

empresa canavieira, o discurso de Bento Teixeira carece de valor literário, mesmo que se compreendam as dificuldades escriturais desse período. Sobre essa obra e o seu escritor, assim se manifestaria Alfredo Bosi:

A *Prosopopéia*, de Bento Teixeira, publicada em 1601, pode ser considerado um primeiro e canhestro exemplo de *maneirismo* nas letras da Colônia. A intenção é encomiástica e o objeto do louvor Jorge de Albuquerque Coelho, donatário da capitania de Pernambuco, que encetava sua carreira de prosperidade graças à cana-de-açúcar [...]. Cristão-novo primeiro caso de intelectual leigo na história do Brasil: formou-se no Colégio da Bahia onde ensinou até fugir para Pernambuco onde se homiziou por ter assassinado a esposa. A redação da *Prosopopéia* data desse período e terá sido ditada pela urgência de assegurar o beneplácito dos poderosos (BOSI, 1980, p. 41 – **grifos do autor**).

Sucedendo ao discurso de Bento Teixeira, Ambrósio Fernandes Brandão, cristão-novo e senhor de engenho na Paraíba, organiza seus **Diálogos das grandezas do Brasil**, em 1618, época marcada pela decadência da economia extrativista do pau-brasil e do fracasso das “entradas e bandeiras”, como perspectiva lucrativa. Nessa fase, o açúcar se transformaria em base material da Colônia, originando a monocultura que orientaria a produção de alimentos em nosso país:

Nos primeiros decênios do século XVII, com a decadência da extração do pau-brasil e o malogro das “entradas”, firmou-se a economia do açúcar como a base material da Colônia era, portanto, de esperar que insistissem nessa tônica os escritos de informação e de louvor. O documento mais representativo, no caso, são os *Diálogos das Grandezas do Brasil*, datados de 1618 e atribuídos ao cristão-novo português Ambrósio Fernandes Brandão (BOSI, 1980, p. 27).

Composta de seis diálogos entre os personagens-interlocutores Alviano, recém-chegado da Metrópole, e Brandônio, morador do Brasil, colonizador, portanto, os **Diálogos** de Fernandes Brandão se voltaria, insistentemente, para o projeto da monocultura do açúcar, em meio a uma discussão pautada pela preocupação com o desenvolvimento e riqueza da Colônia, como se nota na passagem transcrita:

Alviano

Não imagino eu assim nesse modo, mas antes tenho por sem dúvida que o lançarem-se no Brasil somente seus moradores a fazer açúcares, é por não acharem a terra capaz de mais benefício.

Brandônio

Pois assim vos enganais, porque a terra é disposta para haver de se fazer nela todas as agriculturas do mundo [...] Pois o Brasil, e não todo ele, senão três Capitanias, que são a de Pernambuco e a de Tamaracá e a da Paraíba, que [...] sem adjutório de nação estrangeira, nem de outra parte, lavram e tiram os portugueses das entranhas dela, a custa de seu trabalho e indústria, tanto no açúcar que basta para carregar todos os anos cento e trinta ou cento e quarenta naus, de que muitas delas são de grandíssimo porte, sem Sua Majestade gastar de sua fazenda para a fábrica e sustentação de tudo isto, um só vintém, a qual carga de açúcares se leva ao Reino e se mete nas alfândegas dele (BRANDÃO, 1997, p. 11; 89-90).

Interessado, sinceramente, na sorte econômica luso-brasileira, Brandão discorre sobre a produção e o mercado do açúcar, ressaltando a extrema lucratividade dos engenhos. No intuito de convencer Alviano, assegura que apenas três Capitanias, produtoras de açúcares no Nordeste, são suficientes para sustentar a economia lusitana.

Na compreensão da extrema dependência de Portugal a sua colônia, como já notara Antonio Candido (1988, p. 29), Fernandes Brandão expressaria, através de Alviano, uma fatídica apreensão, que se tornaria realidade, em 1808, com a vinda da família real para o Brasil:

Alviano

Não permita Deus que padeça a nação portuguesa tantos danos que venha o Brasil a ser o seu refúgio e amparo. Mas, disse-me se Pedrálvares Cabral pôs a esta província por nome a Terra de santa Cruz, que razão há para nestes próximos tempos se chamar Brasil, estando tanto esquecido o nome que lhe foi posto? (BRANDÃO, 1997, p. 15).

Quase dez anos depois, em 1627, Frei Vicente do Salvador termina sua obra, **História do Brasil**, que só viria a ser publicada em 1889, graças ao empenho de Capistrano de Abreu. Cronista *objetivo* e *simples*, como o classifica Antonio Candido (1999, p. 21), Frei Vicente do Salvador se voltaria, forçosamente, para a sociedade dos engenhos, então em grande expansão, como cultura e indústria única da economia.

Retomando as formas discursivas, no trato com o engenho, que o antecederam, Frei Vicente do Salvador endossaria a importância do cultivo e da industrialização da cana no Brasil, especialmente nesse período, onde é firmada como essencialidade econômica e ocupacional dos habitantes brasileiros, conforme se apreende do Capítulo Quadragésimo Sétimo, intitulado “Da nova invenção de engenho de açúcar que neste tempo se fez”, onde se volta para engenhos de três paus, chamados entrosas, de menor porte e custos, que proliferam em terras brasileiras:

Como o trato e negócio principal do Brasil é de açúcar, em nenhuma outra coisa se ocupam os engenhos, e habilidades dos homens tanto como em inventar artifícios com que o façam, e porventura por isso lhe chamam engenhos [...]. Por serem estes engenhos dos três paus, a que chamam entrosas, de menos fabrica e custo, se desfizeram de outras máquinas, e se fizeram todos desta invenção, e outros muitos de novo; pelo que no Rio de Janeiro, onde até aquele tempo se tratava mais de farinha para Angola que açúcar, agora há já 40 engenhos. Na Bahia 50, em Pernambuco 100, em Itamaracá 18 ou 20, e na Paraíba outros tantos (SALVADOR, 1627, p. 125).

Freqüentando tanto o discurso da História, quanto o discurso literário, o mundo do açúcar seria apreendido pelo discurso barroco, em suas duas modalidades mais importantes: a poética e a narrativa, como ilustram a produção de Gregório de Matos e a do Padre Antonio Vieira, indubitavelmente, os mais importantes e estudados autores dessa fase, igualmente objetos de crescentes pesquisas em nosso meio acadêmico.

Elemento importante na elaboração poética de Gregório de Matos, o mundo do engenho do poeta baiano, membro da reduzida classe de senhores de engenho e de terras no sul da Bahia, se configuraria, contudo, pelos traços da perda, da sátira, da acusação, do pessimismo, do desalento.

Esse desalento, advindo do adverso contexto vivenciado pela nobreza do açúcar deste século, se transforma em signos poéticos, na sátira, “Juízo anatômico dos achaques que padecia o corpo da república, em todos os membros e inteira definição do que em todos os tempos é a Bahia” e no soneto, “À cidade da Bahia”, abaixo transcritos:

O açúcar já se acabou? Baixou.
 E o dinheiro se extinguiu? Subiu.
 Logo já convalesceu? Morreu.
 A Bahia aconteceu
 O que a um doente acontece,
 Cai na cama, o mal lhe cresce,
 Baixou, Subiu, e Morreu.
 A Câmara não acode? Não pode.
 Pois não tem todo o poder? Não quer.
 É que o governo a convence Não vence.
 Quem haverá que tal pense,
 Que uma Câmara tão nobre
 Por ver-se mísera e pobre
 Não pode, não quer, não vence.

(MATOS, [1997], p. 37-39)

Triste Bahia! ó quão dessemelhante
 Estás e estou do nosso antigo estado!
 Pobre te vejo a ti, tu a mi empenhado,
 Rica te vi eu já, tu a mi abundante.

A ti trocou-te a máquina mercante,
 que em tua larga barra tem entrado,
 A mim foi-me trocando e tem trocado
 Tanto negócio e tanto negociante.

Deste em dar tanto açúcar excelente
 Pelas drogas inúteis, que abelhuda
 Simples aceitas do sagaz Brichote.

Oh se quisera Deus que de repente
 Um dia amanheceras tão sisuda
 Que fora de algodão o teu capote!

(MATOS, [1997], p. 40)

Frente às dificuldades enfrentadas pelos senhores de engenho, advindas, sobretudo, da queda do preço do açúcar e do declínio da política protecionista de Portugal, Gregório ora se encaminha para a sátira, ora para a lírica, envolvendo seu texto numa atmosfera aflitiva e lastimosa, a exemplo do poema lírico, “À cidade da Bahia”, analisado por Alfredo Bosi, em **Dialética da colonização** (1992).

Nessa obra, Alfredo Bosi responsabiliza o contexto luso-brasileiro, da segunda metade do século, pelo clima lastimoso que permeia o poema de Gregório. Como se sabe, esse período, adverso à nobreza baiana, também é extremamente desagradável para os portugueses, então sob a tutela econômica dos ingleses, como bem analisa Bosi:

A mesma aura aflitiva circunda o período que desdobra a mensagem contida na estrofe inicial [...]. Gregório lastima tão desconsoladamente a mudança que caberia perguntar aos historiadores da sociedade colonial o que se deva entender por esse Antigo Estado que a Bahia teria vivido [...]. A primeira metade do século XVII (que corresponde ao tempo da infância do poeta) viu crescerem os engenhos e consolidar-se uma pequena nobreza luso-baiana. Esta beneficiava-se do franco amparo das leis metropolitanas, que chegavam até mesmo a sustar execução de dívidas quando os empenhados fossem os produtores de açúcar. [...]. Mas a política protecionista declinou depressa na segunda metade da centúria à medida que a economia portuguesa entrava na órbita da Inglaterra e perdia sua independência [...]. Gregório de Matos viveu por dentro os efeitos da viragem. A sua família, de antiga fidalguia lusa, senhora de um engenho de tamanho médio no Recôncavo, perdeu, como tantas outras, o sustento oficial irrestrito que a escudara nos primeiros decênios do século (BOSI, 1992, p. 95-99).

Elemento de freqüentação na poesia barroca, os engenhos garantiriam a sua presença na oratória sacra de Padre Vieira, que o focaliza em suas mais diversas nuances sociais, principalmente em seu aspecto de compulsoriedade do trabalho, restrito aos negros da Terra e da Guiné.

Contemporâneo de Gregório de Matos, Padre Vieira olharia os engenhos de uma perspectiva diferenciada a do poeta baiano, enquanto sinaliza para os conflitos da relação entre os Jesuítas e os plantadores da cana-de-açúcar, ou entre a escravidão e o mundo de mando do engenho.

Olhando o mundo dos engenhos através da perspectiva da escravidão, o discurso de Vieira nos aparece como exemplo máximo da contradição, oriunda da dualidade discursiva que singularizam as letras da colonização: o religioso e o econômico-político.

Nesse enlace, Vieira põe em aberto as suas próprias contradições, como se lê em seu **Sermão Vigésimo Sétimo com o Santíssimo Sacramento Exposto**, da série “Maria, Rosa Mística”, iniciado com tom de irritação que, pouco a pouco, se alternaria em discurso de conformidade social e política:

Uma das grandes coisas que se vêem hoje no Mundo, e nós pelo costume de cada dia não admiramos, é a transmigração imensa de gentes e nações etíopes [...]. Os outros nascem para viver, estes para servir; nas outras terras do que aram os homens e do que fiam e tecem as mulheres, se fazem os comércios [...]. Oh trato desumano, em que os interesses se tiram das almas alheias, e os riscos são das próprias! [...]. Os homens não são feitos de uma só peça, como os anjos e os brutos [...]. É feito de duas peças – alma e corpo. E porque o senhor do escravo só é senhor de uma destas peças, e a capaz de domínio que é o corpo, por isso chamais aos vossos escravos peças [...]. De maneira, irmãos pretos, que o cativo que padeceis, por mais duro e áspero que seja ou vos pareça, não é cativo total ou de tudo o que sois, senão meio cativo. Sois cativo naquele aspecto exterior e mais vil de vós mesmos, que é o corpo [...]. Em suma, que é tal e tão imensamente maior que toda a infelicidade o cativo das almas escravas do demônio e do pecado que só Deus por si mesmo as pode resgatar e libertar de tal cativo (VIEIRA, 1995?, 57-87).

Estudioso da obra de Vieira há mais de quarenta anos, autor de variados textos sobre os sermões do mais famoso pregador português, Alfredo Bosi vê na contradição de Vieira, ou *embarço*, a velha tática européia da época das Cruzadas, reatualizada pela retórica dos desbravadores marítimos, agora colonizadores. Em seu exame, Bosi desconstruiria, ideologicamente, o discurso de Vieira, a quem o crítico Antonio Soares Amora, considera como o “Missionário dos Escravos” (AMORA, 1995?, p. 53), como se verifica abaixo:

O velho discurso salvacionista, gestado ao tempo das cruzadas contra os árabes, e reativado pelos descobrimentos atlânticos e índicos, reinstaura a distinção neoplatônica de corpo e alma, aquele mesmo princípio que Vieira atacara duramente quando a via servir de apoio à política dos colonos maranhenses. Aqui, porém, a retórica dualista vem a calhar e tem a sua função: só os corpos trazidos de Angola sujeitam-se às penas do cativeiro; as almas, não. Estas purgam-se pacientemente nos engenhos de açúcar conquistando a salvação para uma outra vida, que o pregador pinta com galas e cores de festa (BOSI, 1992, p. 146).

No século seguinte, no período histórico-escritural que antecede as nossas elaborações neoclássicas, a temática do engenho encontraria sua expressão máxima, em **Cultura e opulência do Brasil**, do jesuíta italiano, João Antonio Andreoni. Para essa narrativa, nos voltaremos a seguir.

CAPÍTULO II

Padre açúcar,
Que estais no céu
Da monocultura,
Santificado
Seja o nosso lucro,
Venha a nós o vosso reino
De lúbricas mulatas
E lídimas patacas,
Seja feita
A vossa vontade,
Assim na casa-grande
Como na senzala
O ouro nosso
De cada dia
Nos dai hoje
E perdoai nossas dívidas
Assim como perdoamos
O escravo faltoso
Depois de puni-lo.
Não nos deixeis cair em
tentação
De liberalismo,
Mais livrai-nos
De todo
Remorso, amém

José Paulo Paes

APÓSTOLO DA COLONIZAÇÃO, DO AÇÚCAR E DA ESCRAVIDÃO: SENHORES, ESCRAVOS E LIBERTOS EM ANTONIL

A manufatura do ouro branco o fascinava. As coisas,
não os homens.

Alfredo Bosi

O sistema produtivo da plantação é um produto
característico da Revolução Mercantil na etapa em
que esta permite às sociedades européias a
constituição de um sistema econômico de amplitude
mundial.

Darcy Ribeiro

André João Antonil, pseudônimo de João Antonio Andreoni, nasceu em Lucca, na Toscana (Itália) em 06 de fevereiro de 1649. Em 20 de maio de 1667, com apenas dezoito anos entra para a Companhia de Jesus. Vindo ao Brasil a convite do inaciano Antonio Vieira já octogenário que conhecera em Roma, aqui desembarcaria no ano de 1681, aos 32 anos. Desde então, Antonil permanece no Brasil até seu falecimento na Bahia, em 1716, aos 67 anos de “dor de cálculos”.

Em terras brasileiras, o padre italiano passou a demonstrar aptidões, tanto nos cálculos quanto na crônica, como demonstram seus trabalhos, o **Livro de Entrada no Noviciado**, **O costumeiro** e as **Cartas Ânuaas**. Tais habilidades o recomendariam às tarefas mais regradas da administração e contribuíram para fazê-lo ascender na hierarquia da ordem, sendo elevado ao posto máximo da Societas Jesu, conforme se atesta da leitura do crítico Alfredo Bosi em “Antonil ou as lágrimas da mercadoria”, capítulo quinto de **Dialética da colonização** (1992):

Na Colônia Andreoni ascendeu rapidamente. Primeiro, lente de retórica no seminário baiano; depois, diretor de estudos, mestre de noviços, secretário particular de Vieira quando este ocupava o cargo de visitador geral, reitor do real Colégio da Bahia, enfim provincial, o posto máximo da Societas Jesu entre nós. Os seus confrades logo advertiram nele o gosto do cálculo, uma aptidão saliente para descrever e rotular toda espécie de matérias e sobretudo uma perícia contábil que o recomendava às tarefas bem regradas da administração. [...]. A partir do Livro de Entrada no Noviciado, fez assentamentos de todos os membros que passaram pela província entre 1566 e 1688. Graças também à sua diligência, temos um catálogo de superiores e mestres, além de uma codificação minudente dos usos e praxes correntes nos colégios compilada sob o

didático título de *O costumeiro*. As suas Cartas Ânua, enviadas regularmente ao padre geral em Roma, são modelos de seca precisão e revelam escrúpulos de cronista (BOSI, 1992, p.149-150).

Em “João António Andreoni e sua obra”, texto introdutório de **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**: com várias notícias curiosas do modo de fazer o açúcar, plantar e beneficiar o tabaco, tirar ouro das minas e descobrir as da prata e dos grandes emolumentos que esta conquista da América Meridional dá ao reino de Portugal com estes e outros gêneros e contratos reais (1967), a historiadora Alice Piffer Canabrava também reconheceria em Antonil suas habilidades e talento que contribuiriam para sua ascensão na hierarquia da Ordem.

Pelo seu profundo conhecimento no Latim e nas ciências jurídicas, além do notável saber sobre o Brasil, o jesuíta italiano se fazia estimado pelos *grandes da governança* e consultado por religiosos e nobres da Colônia, a exemplo do marquês das Minas e D. João de Lencastre, governadores gerais.

Homem de *vigorosa personalidade e indiferente a regras fundamentais da obediência e da hierarquia*, como notaria Canabrava, Antonil defenderia seus ideais, manifestando-se e lutando por aquilo que consideraria correto, ainda que contrário às idéias que prevaleciam à época, segundo se afere da leitura abaixo:

Por certo não lhe faltariam habilidade e talento para ascender na hierarquia administrativa da Ordem. Desfrutava também da amizade dos grandes da governança da Colônia, que amaciavam os caminhos para a homologação, na Corte, das designações. Notável latinista, seus conhecimentos nesta língua e em Direito eram de extremo valiosos para a Companhia. Certamente encurtavam a distância e aqueciam amizades fora dela. Profundamente informado sobre a Colônia, fizera-se um consultor indispensável. Como tantos outros missionários antes dele. Andreoni definia-se como homem de ação. Bom religioso, o seu mundo, entretanto, não é o da oração, da penitência, do apostolado. Sua mente não se alheia da esfera do secular, de cuja observação construtiva se entretém na e na curiosidade dela se inquieta. Aí se projeta sua **vigorosa personalidade**, sem vaidade e sem o brilho da eloquência, mas com a solidez e a firmeza tranqüilas do autêntico conhecedor. No âmago do espírito dêsse jesuíta permaneciam intocadas reservas de sobrançaria, de fidelidade ao próprio eu, que os anos de disciplina religiosa não haviam abatido. Emergem em várias decisões e atitudes, traduzindo, não um conflito íntimo entre o civil e o religioso, mas uma afirmação desenvolva da criatura que se definia como ela própria, **indiferente a regras fundamentais da obediência e da hierarquia**. Mais de uma vez fez críticas ao Provincial. Manifestou-se contra os decretos régios que proibiam a publicação de qualquer livro, em qualquer parte do Reino e dos domínios Portugueses, sem a aprovação prévia em Lisboa. Lutou pela administração particular dos índios, em contrário às idéias até então prevaletentes (CANABRAVA, 1967, p. 2 – **grifos nossos**).

Seduzido pela cultura do açúcar, o jesuíta Antonil elaboraria **Cultura e opulência do Brasil** nos inícios do século XVIII, período que antecede as nossas elaborações clássicas. Narrativa quase toda voltada para a indústria e política açucareira da colônia lusitana, que já apresentava sinais de declínio e esgotamento lucrativo. Distanciava-se, a passos largos, do esplendor que desfrutara, durante um século – de 1580 a 1680 – período em que o Brasil liderava o mercado açucareiro, como o maior produtor e exportador mundial do açúcar. A esse panorama, que interessa a Portugal esconder, se deve a apreensão e a destruição da obra de Antonil por Ordem Régia, segundo Alfredo Bosi, em sua discussão sobre informação e poder, como se verifica adiante:

Pela vinculação constante que o historiador estabelece entre *informação* e *poder*, lembra de perto o autor dos Diálogos. A atitude atravessar, de resto, todo o período colonial, que transcorreu sob o signo da política mercantilista do Antigo Regime: bom exemplo dela seria, no princípio do século XVIII a obra do jesuíta italiano, Antonil (pseudônimo de João Antônio Andreoni, 1650-1716?), *Cultura e Opulência do Brasil*, quase toda centrada na economia e na política açucareira, (já então em crise), motivo ao que parece, da sua apreensão e destruição pelo governo luso. E prova que, na condição colonial, a informação é útil até certo ponto (BOSI, 1980, p. 28-29 – **grifos do autor**).

Nesse contexto, Antonil que facilmente recebera as licenças civis e eclesiásticas necessárias, enfrenta dificuldades para a publicação de sua obra. A primeira edição de **Cultura e opulência do Brasil** foi confiscada pelo decreto de d. João V, a pedido do conselho Ultramarino, que alegava ter como conseqüências *graves prejuízos à conservação do Brasil, da qual depende em grande parte toda a Monarquia, como bem se deixa considerar*, de acordo com a análise de Alfredo Bosi em “Antonil ou as lágrimas da mercadoria”:

A obra editou-se em Lisboa pela Oficina Real Deslandesiana, com as devidas licenças civis e eclesiásticas, no ano de 1711. É notória a sua fortuna acidentada. A edição foi seqüestrada por decreto de d. João V, a pedido do Conselho Ultramarino, sob alegações que abaixo transcrevo: Nesta corte saiu proximamente um livro impresso nela com nome suposto e com título de Cultura e Opulência do Brasil, no qual, entre outras coisas que se referem pertencentes às fábricas e provimentos dos engenhos, cultura dos canaviais e benefícios do tabaco, se expõem também muito distintamente todos os caminhos que há para as minas do ouro descobertas, e se apontam outras que estão para descobrir ou por beneficiar. E como estas particularidades e outras muitas de igual importância se manifestam no mesmo livro, convém muito que se não façam publicadas nem possam chegar à notícia das nações estranhas pelos graves prejuízos que disso podem resultar à conservação daquele estado, da qual depende em grande parte a deste Reino e a de toda a Monarquia, como bem se deixa considerar. Pareceu

ao Conselho Ultramarino representar a V. Majde. que será muito conveniente a seu real serviço ordenar que este livro se recolha logo e se não deixe correr, e que ainda que para isso se desse as licenças necessárias como foram dadas sem ponderação que pede um negócio tão importante que respeita à conservação e utilidade do estado público a bem da Real Coroa de V. Majde., é muito justo que se revoguem, e porque é mais seguro e mais prudente prevenir o dano futuro antes de chegar a produzir os seus efeitos do que remediar o que já se experimenta (BOSI, 1992, p.158-159).

Em um segundo momento, Bosi também destaca a dificuldade que a obra de Antonil encarara em sua reimpressão. Esta, realizada somente em 1800 por frei José Mariano que editou apenas os livros referentes ao engenho no volume **Fazendeiros do Brasil**. A edição completa da obra sairia apenas em 1837, como se observa abaixo:

Confiscada no ano de sua publicação, a obra só veio a ser reimpressa, e ainda assim parcialmente, em 1800, quando frei José Mariano da Conceição Veloso incluiu a parte relativa aos engenhos no volume *Fazendeiros do Brasil*. A segunda edição completa sairia no Rio de Janeiro em 1837 (BOSI, 1992, p.159).

Redigidos na fase final de sua vida, os escritos de Antonil fazem um inventário das produções de base material da colônia portuguesa, contemplando as atividades sobre as quais se assentava a nossa economia de então. Nessa compreensão, Bosi caracterizaria o autor de **Cultura e opulência do Brasil** como sendo o primeiro economista das terras brasileiras.

Conciliador e diplomata com senhores de engenho e caçadores de gentios, André João Antonil, jesuíta italiano *racional e objetivo* escreveria sua narrativa de forma concisa, capaz de *descrever com precisão, narrar com ordem e nitidez*, conforme se observa da leitura do excerto abaixo:

Neste Andreoni rente ao bom senso, respeitoso de tudo quanto estivesse firme e estabelecido, refratário a utopias e profecias, conciliante e diplomata com senhores de engenho e preadores de índios, escondia-se literalmente o nosso primeiro economista: aquele Antonil que está quase inteiro em Antônio; aquele *Anônimo* que se prezava de Toscano e Luquês [...] estrangeiro, não português, já não barroco, mas racional e objetivo [...]. Os leitores de Antonil são unânimes em reconhecer o seu senso de realidade econômica e a sua capacidade de observar com atenção, distinguir com perspicácia, descrever com precisão, narrar com ordem e nitidez (BOSI, 1992, p.157-159 – **grifos do autor**).

Em consonância com Alfredo Bosi, Alice Canabrava destacaria também a excelência da linguagem e estrutura utilizadas no texto de Antonil, além do objetivo do jesuíta quando da

escritura de sua obra. De forma clara, ordenada e simples, Antonil elaboraria **Cultura e opulência do Brasil** com o intuito de orientar aqueles que não conheciam o processo, o plantio, a escolha da terra, entre outros métodos. Assim, seu trabalho tinha como finalidade expor de maneira prática, ainda que detalhada, as principais riquezas da Colônia mais lucrativa de Portugal, conforme se percebe abaixo:

[Antonil] pretendia que suas informações servissem de guia prático para orientar os principiantes nas tarefas da lavoura ou da mineração. Além dessa utilidade, a intenção seria demonstrar a “opulência” da Colônia, considerada pelo autor como “a melhor e mais útil conquista para a Fazenda real como para o bem público, de quantas outras conta o reino de Portugal”. A descrição das quatro formas mais importantes da atividade econômica fundamenta as razões da opulência (CANABRAVA, 1967, p. 33).

Assim, o jesuíta organizaria sua obra em quatro partes, elegendo como assuntos privilegiados a cultura do açúcar e do tabaco, as minas e o gado, respectivamente, numa evidente preponderância da temática da lavoura e da produção do açúcar, ou seja, do projeto lusitano em terras brasileiras.

Dividido em quatro partes, o livro de Antonil descreve as grandezas brasileiras do período colonial. A primeira parte, mais ampla, volta-se, exatamente, para o universo do açúcar apreendendo-o em sua feição fabril e em seu perfil de classe. Subdivida em três Livros com doze capítulos cada, totalizando trinta e seis tópicos (quase cem laudas) sobre o universo da produção do açúcar no Brasil, apresenta a seguinte subdivisão: o Livro I apresenta quem e como deve ser tratado quem trabalha no engenho, como deve agir o senhor de engenho na lida dos escravos, dos trabalhadores livres e de sua família; o Livro II trata da escolha da terra, dos tipos de maquinário; e o terceiro do branqueamento do açúcar, dos preços deste no mercado interno e internacional, de sua embalagem e exportação.

Na segunda parte da obra, Antonil descreve o desenvolvimento da cultura do tabaco, com doze capítulos (vinte laudas no total); Na terceira, discorre sobre as atividades de busca, apresentando antigos e novos caminhos para as minas e comércio do ouro com dezessete capítulos, totalizando cinquenta e duas laudas; e a quarta e menos extensa (seis capítulos com dez laudas) trata da agropecuária nascente, voltando-se, assim, para a criação de gado.

Dentre essas partes, nossa leitura se centrou, mais detidamente, no que trata do mundo dos engenhos, temática de nossa pesquisa, não obstante esse assunto perpassar os demais Livros

da obra de Antonil, se constituindo, assim, como recorrência no interior da recorrência, numa verdadeira supremacia em relação à tematização de nossas drogas, minas e atividades agropecuárias.

Nesse caminho, Antonil procede do seu grande elogio, dando-lhe papel de destaque em sua obra. O lucro do sucesso da Colônia, advindos das empresas açucareiras, serviriam de elementos de justificativa para tal elogio. O açúcar, produto que passaria por quedas em sua exportação no final do século XVII, não perderia, contudo, a sua importância no mercado internacional, mesmo após a extração das minas e a cultura de outros produtos.

Com relação à importância do cultivo do açúcar, notamos que embora a mineração tenha surgido como novo produto lucrativo, no final do século XVII, a cana continuou a ser cultivada durante todo o ciclo da mineração. Esse contexto mostra claramente a preponderância exercida pelo ouro branco, já que este renderia lucros aos proprietários por quase três séculos ininterruptos, sendo estudado por historiadores, não a partir da perspectiva do “ciclo”, como outros produtos que exerceram um predomínio em suas épocas, mas como uma produção que, iniciada no século XVI continuaria nos tempos hodiernos.

Nessa importância, o açúcar concentraria toda a atividade e interesse na próspera colônia lusitana, necessitando, para seu sucesso, atividades secundárias, a exemplo das pequenas produções de aguardente e rapadura, consumidas na colônia e no escambo dos escravos negros. O gado também seria utilizado para mover as moendas, bem como para transporte do açúcar, móveis e utensílios em geral. Ainda que a criação de gado se desse numa escala muito menor que a açucareira, ele foi bastante útil: sua carne serviu para a alimentação e seu couro para a confecção de roupas, calçados e outros materiais.

O tabaco era bastante valorizado na costa da África, onde servia, principalmente para a troca de escravos negros. Outro produto, o algodão, produzido no Maranhão, era utilizado na produção de tecidos para o uso exclusivo dos escravos, pois os tecidos e os trajes luxuosos e caros que “vestiam” a nobreza açucareira eram de origem européia, como bem notara Fernão Cardim, *vestem-se as mulheres e filhos de toda sorte de veludo, damascos e outras sedas, e nisto tem grande excesso*.

Em relação à harmonização do conjunto da obra, percebemos *a priori*, momentos distintos na elaboração da narrativa **Cultura e opulência do Brasil**. Índícios iniciais como a variação de preços, datas e acontecimentos constantes mostram que Antonil teria escrito a

primeira parte de sua obra entre 1693 e 1698, enquanto as outras três partes seriam incorporadas anos depois, entre 1707 e 1709.

Se, no processo de publicação, a obra de Antonil passou por apertos, sua recepção se daria de forma inversa. Com uma recepção crítica favorável, **Cultura e opulência do Brasil** tem desde o seu aparecimento, sido apreciada com positividade, continuando a despertar interesse, como demonstram estudos recente sobre a obra do jesuíta italiano.

Concebendo a narrativa de Antonil como *uma curiosa e excelente descrição* do Brasil, Nelson Werneck Sodré, em seu discurso historiográfico, elogiaria não somente a obra como *uma das melhores fontes de estudos* como retomaria a anotação de Alice Canabrava e Alfredo Bosi acerca do confisco desta escritura, de acordo com o excerto abaixo:

[Antonil] **de cujas coisas fez curiosa e excelente descrição no trabalho** *Cultura e opulência do Brasil*, que constitui uma das melhores fontes para estudo da época colonial. A obra, publicada em Lisboa, em 1711, foi retirada de circulação, dentro do critério dominante de sonegar as informações sobre as riquezas do Brasil. Foi reimpressa no Rio, em 1837 (SODRÉ, 1976, p. 93 – **grifos nossos**).

Cultura e opulência do Brasil, fonte de informações sobre a vida colonial do século XVIII não se encaixaria no patamar das obras literárias, sendo apreciada apenas pela sua contribuição descritiva, assim como narrativas de cronistas e jesuítas que delineavam as maravilhas da *Terra de Santa Cruz*:

Assim, no primeiro século, os trabalhos de Fernão Cardim, de Manuel da Nóbrega, jesuítas, de Gabriel Soares de Sousa, português que deixou uma ampla descrição da colônia, de Pero de Magalhães Gandavo, que fez crônica histórica; no segundo século, de Vicente do Salvador, de Diogo Gomes Carneiro, de Manuel Morais, de Eusébio de Matos, de Antônio de Sá, de Antonil, jesuítas todos eles [...]. Todos os citados, uns mais e outros menos, fizeram obra meritória, sob muitos títulos. Mas não sob aqueles que caracterizam o trabalho literário (SODRÉ, 1976, p.82).

Sucedendo aos discursos críticos de Gilberto Freyre, Darcy Ribeiro, Stuart Schwartz e Josué de Castro, Nelson Sodré reforçaria a leitura sobre a grande empresa açucareira no Brasil. A partir desta, não somente nosso período *propriamente histórico* começaria, como o novo empreendimento remodelaria a vida na colônia, transformando as levas de povoamento que aqui desembarcariam, como a população já existente, conforme aferimos da leitura abaixo:

Ultrapassada a fase preparatória da feitoria, começa no Brasil, o período propriamente histórico, ao ter início a obra da colonização, quando se transferem à colônia não só levas de povoamento destinadas a permanecer, a construir, a criar riqueza, como tudo o que modelava a fisionomia social lusa, instituições, crenças, normas, padrões de comportamento, que aqui vão sofrer transformações inevitáveis (SODRÉ, 1976, p. 39).

Avaliada pelo historiador Raymundo Campos como uma obra *otimista*, **Cultura e opulência do Brasil** representa o momento de euforia de um período próspero que se iniciara no final da década de 1680 e duraria até 1710. Momento raro para uma região que se desgastava em sua economia no início do século XVII. Período marcado por profecias supersticiosas, como crises econômico-políticas e imagináveis destruições do mundo, a exemplo da passagem próxima à Terra do cometa Halley, em 1618, o século XVII apresentaria uma economia oscilante, principalmente depois da expulsão dos holandeses do Nordeste, em 1654 e da disputa com o mercado das Antilhas, colônia dos Holandeses.

Nesse clima de euforia à permanência e crescimento da produção açucareira, Antonil elaboraria sua narrativa, traduzindo expectativas peculiares ao Brasil do fim do século XVII e início do século XVIII, conforme verificamos em Raymundo Campos, na obra **Grandezas do Brasil no tempo de Antonil**:

O livro de Antonil possui um sentimento de otimismo em relação à economia e ao futuro do Brasil, sentimento mais ou menos generalizado, no início do século XVIII, nos países do chamado mundo ocidental, isto é, Europa e Américas. Tal forma de pensar resultava do crescimento econômico e dos progressos da ciência, das técnicas e da cultura em geral, indícios de superação dos muitos problemas do século anterior [...]. Nos últimos anos do século XVII, a situação no Brasil não melhorou apenas para o açúcar, mas também para produtos como o fumo e os couros. O novo dinamismo que tomava conta da colônia acentuou-se com as sucessivas descobertas de ouro em territórios que formam hoje o Estado de Minas Gerais. Foi em meio a essa situação marcada por promessas de progresso econômico que o padre Andreoni escreveu o **Cultura e opulência**, um detalhado retrato do país na época (CAMPOS, 1996, p. 7-8).

Apreciada por Janice Theodoro Silva como uma obra misteriosa e bela em sua configuração discursiva, **Cultura e opulência do Brasil** seria elogiada tanto em sua tematização quanto em seu processo de elaboração. O *estilo* utilizado por Antonil é o fator fundamental para a exaltação da obra do padre italiano.

Em seu discurso historiográfico, Janice Silva louvaria não somente a elaboração livresca de Antonil como também destacaria a importância de seu mestre, padre Antonio Vieira, em seu

artigo “André João Antonil: cultura e opulência do Brasil”. Para esse momento concorre o excerto abaixo:

O mistério e a beleza desse texto não estão contidos apenas no conteúdo do livro, mas na forma como foi narrada a cultura e a opulência no Brasil. Como reproduzir o texto mantendo a sua alma e a sua aura? Existe uma infinidade de escritos que podem ser resumidos porque a mensagem não está sustentada na forma em que foram concebidos. **Mas, no caso de Antonil ou no caso do padre Vieira, seria enganoso falar dos temas e deixar desaparecer o estilo. Porque, e isso é importante ressaltar, é no estilo que está concentrada a capacidade do autor em captar a cultura do século XVIII** (1711), fazendo com que ela sobreviva até hoje e desperte genuíno interesse naqueles que desejam continuar descobrindo o Brasil (SILVA, 2001, p.59 – **grifos nossos**).

O cientista político Fernando Filgueiras, em seu artigo “O cabedal das virtudes: André João Antonil”: a continuidade e a mudança no pensamento jesuíta do Brasil Setecentista, analisaria **Cultura e opulência do Brasil** por um viés político e filosófico, destacando o contexto histórico à época de Antonil, caracterizado pelas mudanças na economia do Brasil, que se direcionava à extração do ouro, enquanto a supremacia do açúcar entrava em declínio.

Obra *com requintes de claro realismo*, o texto do jesuíta do açúcar, se tornaria imprescindível para o estudo do período colonial no Brasil. Em seu texto, Filgueiras recorreria ao discurso de Afonso D’Escragnolle Taunay que encararia o texto de Antonil como uma *contribuição à literatura histórica colonial*.

Seguindo a concepção de Taunay, Filgueiras encara a prosa de Antonil como literatura histórica, voltando-se, assim, para os estudos de **Cultura e opulência do Brasil**. De forma aproximada a Raymundo Campos, Filgueiras examinaria a narrativa do jesuíta arrolado-a ao período histórico no qual foi elaborada, concebendo-a, dessa maneira, como uma importante via de contribuição aos estudos da fase colonial, de acordo com a leitura abaixo:

Originalmente publicado em 1711, com as devidas licenças do Santo Ofício, do Ordinário e do Paço, *Cultura e opulência do Brasil* [...] procura mostrar, com **requintes de claro realismo**, as riquezas e os frutos do Brasil e quais são suas vantagens da economia da colônia para a Coroa Portuguesa. É uma **contribuição à literatura histórica colonial** de grande importância, como observa Taunay, sendo obrigatória para o conhecimento da situação econômica brasileira no alvorecer do século XVIII [...]. Por se tratar de uma literatura histórica, o que deve ser destacado na obra de Antonil é o conjunto de motivações que estão sobrepostas pela narrativa das condições econômicas do Brasil colonial, tendo em vista a formação jesuítica do autor e as intenções desencadeadas que podem ser compreendidas como um discurso dirigido a uma audiência particular, qual seja, a defesa da virtude da moderação em

relação ao interesse exacerbado que se fazia presente na Colônia, em função do descobrimento das minas de ouro (FILGUEIRAS, 2005, p.3 – **grifos nossos**).

Na “Introdução” do texto de Antonil, edição de 1967, a historiadora Alice Piffer Canabrava afirmaria que a análise dessa narrativa em conjunto seria expressiva para a compreensão do contexto em que foi organizada, bem como dos ideais abraçados pelo autor. Enlaçando sempre em um tom elogioso a harmonização da obra e a habilidade singular do autor, Canabrava terminaria por enaltecer ambos em sua análise, destacando dois momentos diferenciados para a escritura da narrativa **Cultura e opulência do Brasil**, como se apreende da leitura abaixo:

O exame da obra em conjunto é significativo para seu enquadramento no tempo, pois se refere a um período crucial da economia brasileira, no qual os problemas se sucedem rapidamente e com intensidade, pondo sua marca sobre os anos. Segundo nos parece, o livro não foi escrito de uma só vez, mas pelo menos em duas fases distintas [...]. No trato dos problemas econômicos Andreoni é um empírico que se desvela na descrição fiel e pormenorizada dos fatos, Seu interesse maior tende para a exterioridade que o rodeia. Nenhum autor colonial se lhe compara na fixação das imagens do cotidiano, típicas dos principais processos de produção da Colônia. Por esse motivo, nenhum o substitui na história das técnicas coloniais (CANABRAVA, 1967, p. 24-33).

Em “Literatura de dois gumes”, texto que compõe a obra **A educação pela noite & outros ensaios**, o crítico literário Antonio Candido diferenciaria a dupla função de nossa literatura no processo de concepção de nossa sociedade. De acordo com Candido, ora funcionaria como máquina facilitadora do domínio da ação colonialista no Brasil, ora como expressão de uma erudita linguagem representante do mesmo.

Ao analisar obras que *elaboram o sentimento nacional por meio de uma exaltação da sua realidade física*, Candido destacaria alguns autores que contribuíram pela descrição dos costumes e do contexto sócio-econômico do Brasil colônia, elencando Frei Vicente do Salvador e Gabriel Soares de Sousa, autores a quem chamamos ao nosso trabalho, conforme se lê a seguir:

Estas maneiras de ver, **que elaboram o sentimento nacional por meio de uma exaltação da sua realidade física, existem por vezes nas obras menos poéticas pelo assunto e pelo intuito, como são as informações sobre costumes, vida econômica e acontecimentos**. É certo que alguns cronistas, como o sóbrio Frei Vicente do Salvador na *História do Brasil* (1627), limitam-se o mais possível a informar objetivamente e em linguagem direta, como haviam feito no século anterior Anchieta e Gabriel Soares de Sousa. Mas outros embalam na hipérbole, mesmo sem sair do

concreto, e vão dando às coisas um brilho e um relevo de epopéia ou lenda, como é o caso de Simão de Vasconcelos (CANDIDO, 1989, p. 170 - **grifos nossos**).

Procedendo em sua análise, Candido veria no autor de **Cultura e opulência do Brasil** *um dos observadores mais argutos e precisos da vida econômica da Colônia*. Em seu discurso, Candido ressalta o estilo empregado pelo autor que, através da alegoria, transporta seu leitor às árduas e sofríveis mutilações dos escravos negros no processo de transformação da cana em açúcar; processo este que condiz com a perversidade da ideologia econômica à época, de acordo com a leitura de Candido:

A prova de que essa *visão* não era incompatível com a fidelidade ao real pode ser verificada **num dos observadores mais argutos e precisos da vida econômica da Colônia**, o jesuíta italiano Andreoni, que publicou em 1711 a sua obra fundamental sobre o assunto com o pseudônimo de André João Antonil. Nela, os números e os relatórios áridos são envolvidos freqüentemente pelo vôo do estilo, que alarga a compreensão dos fatos por meio da linguagem figurada. É o caso da admirável descrição do processo de fabricar o açúcar – apresentado como suplício numa câmara infernal onde os escravos negros são expostos à voracidade das máquinas que os mutilam, chamuscados pelo calor das fornalhas, enquanto a cana é cortada, esmagada, moída, queimada para se extrair o caldo, numa seqüência de ressonância metafórica que o leitor transpõe para a condição do homem. Dessa página eloqüente, abrasada pelo fogo das imagens, desprende-se uma visão alegórica que faz compreender, mais que os quadros numéricos, as precisões técnicas e a própria intenção do autor, a dura iniquidade do processo econômico (CANDIDO, 1989, p. 170-171- **grifos nossos**).

Motivada pelo sistema mercantil, a escritura de Antonil seria encarada pelo crítico literário Alfredo Bosi como *o livro mais enxuto e pragmático jamais escrito sobre nossas riquezas coloniais*. Obra fundamentada no mercantilismo, **Cultura e opulência do Brasil** desnudaria, de forma significativa, os métodos inseridos no empreendedorismo açucareiro, como ressalta Bosi, denominando-o de *fruto sazonal do ideal mercantilista*:

O seu livro não vai além da racionalidade do guarda-livros de uma empresa agroexportadora. A arte contábil se diz, em língua toscana, *ragioneria*. Não vai além das coisas e dos números, mas vai até o fim e até o fundo, o que permite coerência na interpretação do todo. Quando a utilidade a curto prazo se torna critério absoluto de ação, os valores do “justo” e do “verdadeiro” caem rapidamente na órbita dos cálculos imediatos. Essa é a razão inerente ao discurso mercantil-colonial. Esse, o pensamento que ditou, de ponta a ponta, **o livro mais enxuto e pragmático jamais escrito sobre nossas riquezas coloniais [...]. Fruto sazonal do ideal mercantilista**, o trabalho de Antonil levou a tais extremos de perfeição o método de desdobrar útil e utilitariamente o mapa da mina (BOSI, 1992, p.158-159 – **grifos nossos**).

Livro com requintes de claro realismo, misterioso, otimista e de excelente descrição do Brasil colonial, **Cultura e opulência do Brasil** alarga as informações do universo açucareiro, cuja temática é encontrada inicialmente nos relatos dos cronistas viajantes como Jean de Léry (1578) e dos cronistas colonizadores, Pero de Magalhães Gandavo (1576) e Gabriel Soares de Sousa (1587). Nesse alargamento, Antonil descreve as técnicas, os trabalhos, os obstáculos e o sucesso da produção do açúcar, em um processo gradativo que apreende o complexo açucareiro.

Diferenciando-se desses relatos, Antonil larguearia sua obra também nas descrições das riquezas do Brasil, ressaltando suas características, traçando não somente a produção açucareira no Nordeste, como a cultura do tabaco, a extração nas minas e a atividade agropecuarista, respectivamente.

Na obra de Antonil, observa-se um rico detalhamento dos processos de produção do açúcar. Inicialmente, o jesuíta elogiaria o complexo econômico responsável pela produção do produto que o fascinava: o açúcar. Estilo aproximado ao de seu antigo mestre, padre Antonio Vieira, marcado pelo jogo e rebuscamento de palavras, Antonil conceberia o vocábulo *engenho* em duplo sentido: o primeiro significando *astúcia, gênio*; e o segundo, como o *complexo econômico como um todo*, conforme aferimos no “Proêmio” de sua obra:

Quem chamou às oficinas, em que se fabrica o açúcar, *engenhos*, acertou verdadeiramente no nome. Porque quem quer que as vê, e considera com a reflexão que merecem, é obrigado a confessar que são uns dos principais partos e invenções do engenho humano, o qual como pequena porção do Divino, sempre se mostra, no seu modo de obrar, admirável (ANTONIL, 1967, p. 133- **grifos do autor**).

Em seu discurso historiográfico, Stuart Schwartz apreciaria o engenho em todas as suas demandas ocupacionais, tais como o ferver e o purgar o xarope da cana, as lavouras, os alojamentos dos escravos, os pastos, a casa-grande, o gado, os escravos e outros aparelhamentos. Dessa maneira, o termo *engenho* seria utilizado em seu conjunto, relacionando todo o complexo econômico que envolvia a produção do açúcar, como um visor fundamental à composição da organização social da colônia brasileira, em uma relação entre bens materiais e formação histórica social. O engenho, *a característica fundamental da vida brasileira, era uma combinação complexa de terra, habilidades técnicas, trabalho forçado, administração e capital* (SCHWARTZ, 1999, v.2, p.347).

Assim, a expressão original *engenho*, local propriamente dito para a obtenção do açúcar e fixado em uma extensão à parte da casa-grande, da senzala e da capela, que compunha de três

artefatos (moenda, casa das caldeiras e a casa de purgar), receberia uma nova definição. Essa seria determinada pela estrutura econômica que absorvia o mercado no Brasil colonial.

Dessa maneira, nos voltaremos detalhadamente, para os estudos do engenho, a partir de leitura do texto de Antonil, relacionando, sempre que necessário, à ideologia econômico-social que permeava o Brasil do século XVIII, o mercantilismo, na perspectiva dos autores aqui ressaltados, que refletiram sobre a sociedade açucareira, desde sua fixação.

Em terras brasileiras moldadas para receber a produção do açúcar, encontramos uma nova estrutura presente na mesma extensão: em uma porção além do aparelhamento necessário à produção do açúcar, temos a casa grande, núcleo central do engenho e residência do senhor e de sua família, a capela, estrutura obrigatória em cada engenho e a senzala, *locus* indiscutível dos escravos. Como exemplo dessa relação, realçamos o fato da produção açucareira viabilizar a existência de toda uma configuração social, elemento assinalado pela hierarquia.

De acordo com a análise da obra do jesuíta do açúcar, os engenhos se dividiam em *reais* e *engenhocas*. Os engenhos *reais* aludiam ao grande poderio econômico e, por conseqüência do político e social do senhor de engenho. Diferentes dos *reais*, as *engenhocas* eram desprovidas de um grande número de escravos, de canaviais e de aparelhos, além de ter moenda movida por cavalos ou bois, diferente dos *reais* que eram movidos à água, conforme se afere na obra do jesuíta:

Dos engenhos, uns se chamam reais, outros, inferiores, vulgarmente engenhocas. Os reais ganharam este apelido por terem todas as partes de que se compõem e de todas as oficinas, perfeitas, cheias de grande número de escravos, com muitos canaviais próprios e outros obrigados à moenda; e principalmente por terem a realeza de moerem com água, à diferença de outros, que moem com cavalos e bois e são menos providos e aparelhados; ou, pelo menos, com menor perfeição e largueza, das oficinas necessárias e com pouco número de escravos, para fazerem, como dizem, o engenho moente e corrente (ANTONIL, 1967, p.133).

O primeiro Livro de **Cultura e opulência do Brasil** tratará em boa parte daqueles que exercerão algum tipo de trabalho, escravo ou remunerado. Tendo como figura central o senhor de engenho, que necessitará de um bom capital (cabedal) para possuir um engenho real, Antonil se voltará para este no objetivo de detalhar possíveis falhas ou acertos no sucesso da produção do açúcar. É nele que o jesuíta depositará seus conselhos desde os mais íntimos, como o senhor deve tratar de sua família, até os afazeres senhoriais mais ligados à empreitada econômica, como

se pode comprovar nos títulos dos capítulos do Livro I, dos verdadeiros aconselhamentos para o bem viver e o bem produzir na “república” do açúcar:

Do cabedal que há de ter o senhor de um engenho real/Como se há de haver o senhor do engenho na compra e conservação das terras e nos arrendamentos dela/Como se há de haver o senhor do engenho com os lavradores e outros vizinhos, e estes com o senhor/Como se há de haver o senhor do engenho na eleição das pessoas e oficiais que admitia ao seu serviço, e principalmente da eleição do capelão/Do feitor-mor do engenho, e dos outros feitores menores que assistem na moenda, fazendas e partidas da cana: suas obrigações e soldadas/Do mestre do açúcar e soto-mestre, a quem chamam banqueiro e do seu ajudante, a quem chamam ajuda-banqueiro/Do purgador do açúcar/Do caixeiro do engenho/Como se há de haver o senhor do engenho com seus escravos/Como se há de haver o senhor do engenho no governo da sua família e nos gastos ordinários da casa/Como se há de haver o senhor do engenho no recebimento dos hóspedes, assim religiosos como seculares/Como se há de haver o senhor do engenho com os mercadores e outros seus correspondentes na praça; e de alguns modos de vender e comprar o açúcar, conforme o estilo do Brasil.

Posterior ao relato de Fernão Cardim, (1625), onde já se anuncia a intimidade do engenho, Antonil explicita uma intimidade do seu cotidiano mais escancarada, se tornando, assim, precursor da obra de Gilberto Freyre, no século XX. Dessa maneira, pode-se dizer que Antonil é um proto- ensaísta da história privada, de qual o sociólogo pernambucano se tornaria fundador.

Retomando Cardim, Antonil aproximaria a sociedade açucareira do Brasil à aristocracia da Europa. Semelhante ao seu predecessor, o jesuíta do açúcar reproduziria na figura do senhor de engenho do Brasil a figura dos nobres europeus, como observamos nesse cotejo entre Antonil e Canabravra:

O ser senhor de engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos. E se for, qual deve ser, homem de cabedal e governo, bem se pode estimar no Brasil o ser senhor de engenho, quanto proporcionalmente se estimam os títulos entre os fidalgos do Reino (ANTONIL, 1967, p. 139).

Como europeu, as vivências do passado de Andreoni o reportavam a uma sociedade senhorial de padrões aristocráticos, cujo ideal era o nobre, o fidalgo, identificado como o senhor de engenho. Em tão alta conta tem a qualificação de senhor de engenho, que a iguala a um título de nobiliarquia dos fidalgos do Reino (CANABRAVA, 1967, p.41).

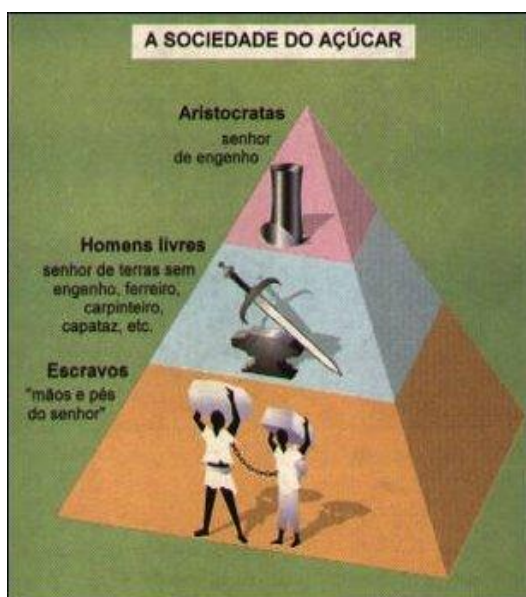
Ligado ao seu tempo, Antonil também representaria os senhores de engenho sob a perspectiva do capital, mais precisamente, da categoria discursiva da reificação, observando e

reconstruindo, literariamente, o espaço do açúcar a partir de sua renda e produtividade, ou seja, através da quantificação. Em seu texto, Alice Canabrava também destacaria o procedimento reificatório que enforma o texto de Antonil como se verifica:

Porque engenhos há na Bahia que dão ao senhor quatro mil pães de açúcar e outros pouco menos, com cana obrigada à moenda, de cujo rendimento logra o engenho ao menos ametade, como qualquer outra, que nele livremente se mói; e com algumas pares, ainda mais que a ametade (ANTONIL, 1967, p.139).

Na América Portuguesa esta nova fidalguia se acomodava aos padrões de uma sociedade de base econômica marcadamente mercantil. **Andreoni avaliava a importância dos donos de terras, sem alardear a extensão de suas sesmarias, mas sim pelo volume de produção do engenho, os vários mil pães de açúcar e as multiplicadas tarefas da cana obrigadas à moenda que acrescentavam aos engenhos, pelo menos a metade de suas safras (CANABRAVA, 1967, p.41 – grifos nossos).**

Essas relações reificadas podem ser ilustradas pela pirâmide social do mundo do engenho, configurada através do próprio corpo humano. O senhor de engenho estaria no topo desta, a cabeça que comandava o engenho; os feitores, os braços do senhor e os escravos as mãos e os pés, pois sem estes o engenho não “moveria” ou “andaria”, segundo se afere da passagem seguinte e da figura, elaborada pelo professor Evaldo Lima, abaixo:



Os braços de que se vale o senhor do engenho para o bom governo da gente e da fazenda, são os feitores. Porém, se cada um deles quiser ser cabeça, será o governo monstruoso e um verdadeiro retrato do cão Cérbero, a quem os poetas fabulosamente dão três cabeças [...] Os escravos são as mãos e os pés do senhor do engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente. e do modo como se há com eles, depende tê-los bons ou maus para o serviço (ANTONIL, 1967, p.151;159 – grifos nossos).

Fonte: Evaldo Lima

Nota: Extraído de <http://evaldolima.blogspot.com/2008/01/privatizaram-sua-vida-seu-trabalho-sua.html>

Assentado no topo da hierarquia, os senhores de engenho tinham seu poder avaliado através critério de posse ou do ter: a posse de terras, herdadas ou recebidas por doações ou sesmarias; a expressiva quantidade da escravaria e as grandes extensões e arquitetura dos seus engenhos, com suas ricas e abastadas casas-grandes. Os proprietários de fazendas, homens que apenas produziam a cana e os lavradores, aqueles que arrendavam as terras do engenho, procederiam aos senhores na hierarquia da sociedade do açúcar.

Retomando a apologia do ser *senhor de engenho*, Antonil elencaria as dificuldades enfrentadas por proprietários de engenho que se iniciavam neste projeto. Pragas, secas, fugas de escravos, perdas de animais e escolhas erradas dos trabalhadores especializados em cada setor, levariam o recente dono de engenho a gastos inesperados e, caso esteja relacionado à sua péssima gerência, teria como consequência a sua falência.

Dessa forma, os aconselhamentos de Antonil se dirigem desde o processo de criação deste até o seu questionamento, como demonstra a passagem na qual Antonil se volta ao tratar da escolha da terra, no Livro II, “Da escolha da terra para plantar cana-de-açúcar e para os mantimentos necessários e provimentos do engenho”:

As terras boas ou más são o fundamento principal para ter um engenho real bom ou mau rendimento. as que chamam massapés, terras negras e fortes, são as mais excelentes para a planta da cana. seguem-se, atrás destas, os salões, terra vermelha, capaz de poucos cortes, porque logo enfraquece. as areíscas, que são uma mistura de areia e salões servem para mandioca e legumes, mas não para canas. e o mesmo digo das terras brancas, que chamam terras de areia, como são as do camamu e da saubara. A terra que se escolhe para o pasto ao redor do engenho há de ter água e há de ser cercada, ou com plantas vivas, como são as de pinhões, ou com estacas e varas do mato (ANTONIL, 1967, p. 173).

Preocupado com possíveis falhas nas gestões da produção do açúcar, o bem mais precioso do Brasil colonial, o jesuíta italiano enumeraria detalhadamente as soluções para os prováveis erros cometidos, tanto pelos senhores principiantes quanto por aqueles que já administravam engenhos. Com o intuito de sanar a tempo eventuais problemas e assim contribuir para o lucro no comércio do açúcar.

Assim, Antonil elaboraria um manual para o senhor do engenho como forma de garantir o sucesso da lavoura açucareira. Cada etapa do processo e produção da cana em açúcar seria dada

de forma organizada e detalhada, seguindo, dessa maneira, a finalidade da elaboração da obra por Antonil, uma maneira didática que visava, sobretudo, a garantia portuguesa do lucro açucareiro de sua colônia.

No segundo capítulo, do Livro I, “Como se há de haver o senhor de engenho na compra e conservação das terras e nos arrendamentos delas”, Antonil adentraria na intimidade do senhor de engenho. Recomenda-lhe o respeito à palavra, saldar compromissos com pontualidade e tratar seus negócios, terminando por sugerir locais seguros para guardar os documentos do engenho.

Dessa forma, o jesuíta sugere os locais mais seguros para preservar importantes apontamentos e também denunciaria aqueles que seriam proibidos, como *a caixa da mulher ou uma mesa exposta ao pó*, exemplos que demonstram que o jesuíta não somente recomendaria sobre a instrução religiosa em **Cultura e opulência do Brasil**, mas também desceria à pequena intimidade do senhor de engenho, segundo o texto abaixo:

Feita a compra, não falte a seu tempo à palavra que deu, pague e seja pontual nesta parte; e atente à conservação e melhoramento do que comprou, e principalmente use de toda a diligência para defender os marcos e as águas de que necessita para moer o seu engenho; e mostre aos filhos e aos feitores os ditos marcos, para que saibam o que lhes pertence e possam evitar demandas e pleitos que são uma contínua desinquietação da alma e um contínuo sangrador de rios de dinheiro que vai a entrar nas casas dos advogados, solicitadores e escrivães, com pouco proveito de quem promove o pleito, ainda quando alcança, depois de tantos gastos e desgostos, em seu favor a sentença. **Nem deixe os papéis e as escrituras que tem na caixa da mulher ou sobre uma mesa exposta ao pó, ao vento, à traça e ao cupim, para que depois não seja necessário mandar dizer muitas missas a Santo Antônio para achar algum papel importante que desapareceu, quando houver mister exibi-lo.** Porque lhe acontecerá que a criada ou serva tire duas ou três folhas da caixa da senhora para embrulhar com elas o que mais lhe agrada; e o filho mais pequeno tirará algumas da mesa, para pintar caretas, ou para fazer barquinhos de papel, em que naveguem moscas e grilos; ou finalmente, o vento fará que voem fora da casa sem penas (ANTONIL, 1967, p. 143-144 – **grifos nossos**).

No terceiro capítulo do Livro I, “Como se há de haver o senhor do engenho com os lavradores e outros vizinhos”, o jesuíta receita, como chave para o bom andamento do engenho, um bom relacionamento do senhor com seus trabalhadores e vizinhos. Em suas advertências, Antonil terminaria por impetrar no universo feminino do engenho, alcançando a senhora do engenho no topo da hierarquia feminina. Concorre a estes momentos o excerto abaixo:

Também seria sinal de ter ruim coração, fazer má vizinhança aos que moem a cana livre em outros engenhos, só porque a não moem no seu, nem ter boa correspondência com os senhores de outros engenhos só porque cada qual deles folga de moer tanto como outro, ou porque a algum deles lhe vai melhor com menos gasto e sem perdas. [...] Pois há no Brasil muitas paragens em que os senhores de engenho são entre si muito chegados por sangue pouco unidos por caridade, sendo o interesse a causa de toda a discórdia, e bastando talvez um pau que se tire ou um boi que entre em um canavial por descuido para declarar o ódio escondido e para armar demandas e pendências mortais? [...]. Sobre todos, porém, os que se devem haver com maior respeito para com o senhor do engenho são os lavradores que têm partidos obrigados à sua moenda; e muito mais os que lavram em terras em que o senhor lhes tem arrendado. [...]. E o que tenho dito dos senhores do engenho digo também das senhoras, as quais, posto que mereçam maior respeito das outras, não hão de presumir que devem ser tratadas como rainhas, nem que as mulheres dos lavradores hão de ser suas criadas e aparecer entre elas como a Lua entre as estrelas menores (ANTONIL, 1967, p.146-147).

Na verdade, o estudo de **Cultura e opulência do Brasil** amplia o olhar sobre o Brasil do açúcar, elemento recorrente em nossa tradição cultural de cunho literário, precursora das imagens e das interpretações da família patriarcal do Nordeste; o discurso de Antonil alia à sua narrativa histórica o mundo cotidiano de cunho patriarcal do engenho, se constituindo com uma dupla feição, da “pequena nobreza” brasileira, ou seja, da família da casa-grande.

De caráter patriarcal, a família possuía características moldadas pelo poder incondicional paterno sobre sua família, o que acarretaria a submissão de sua mulher e a escolha dos pretendentes para as filhas (muitas vezes casamento sem amor e entre pessoas de uma só família). Sobre seus filhos homens, o patriarca submetia-os à escolha da carreira e os educava, restringindo suas filhas² a um ensino da escrita escassa e um pouco de aritmética, fora a educação do lar. O número elevado de filhos era comum, salientando o primogênito como único herdeiro para as terras açucareiras.

A família patriarcal, base da sociedade que se desenvolveu no mundo dos bangüês vivia isoladas no *locus* rural, fazendo com que a vida social dos que tinham posses fosse relativamente rara. A vida colonial, conforme destacaria Nelson Sodré *era apagada, monótona e pobre, pelo menos das exterioridades que a opulência permite e de que se ornamenta, menos entre os proprietários rurais mais destacados* (SODRÉ, 1976, p.50).

2 R. Oliveira afirma que “Não era de se esperar melhor resultado intelectual na colônia quando, na capital da metrópole, em Lisboa, era geral e profunda a ignorância no século XVI, somente duas pessoas, se ocupavam em ensinar leitura às meninas. Nos séculos XVII e XVIII a situação na metrópole, a esse aspecto, não se modificara sensivelmente, até o Marques de Pombal, e era enorme por todo país a massa de iletrados” (OLIVEIRA apud SODRÉ, 1976, p.77)

No décimo capítulo de **Cultura e opulência do Brasil**, “Como se há de haver o senhor do engenho no governo da sua família e nos gastos ordinários de casa”, Antonil adentraria de forma mais ousada na intimidade do senhor e de sua família. É no *governo da família* que o jesuíta sugeriria maiores cuidados ao senhor de engenho. A rigidez na criação de seus filhos, principalmente os filhos homens que saem de seus lares para os estudos jurídicos na Europa ou em cidades desenvolvidas no Brasil, mereceria atenção especial. Antonil elencaria duas alternativas para a criação dos filhos, de acordo com a leitura do décimo capítulo do Livro I:

Ter os filhos sempre consigo no engenho, é criá-los tabaréus, que nas conversações não saberão falar de outra cousa mais que do cão, do cavalo e do boi. Deixá-los sós na cidade, é dar-lhes liberdade para se fazerem logo viciosos e encherem-se de vergonhosas doenças, que se não podem facilmente curar. Para evitar, pois, um e outro extremo, o melhor conselho será pô-los em casa de algum parente ou amigo grave e honrado, onde não haja ocasiões de tropeçar, o qual folgue de dar boa conta de si, e com toda a fidelidade avise do bom ou mau procedimento e do proveito ou negligência no estudo. Nem consinta que a mãe lhes remeta dinheiro ou mande secretamente ordens para isso ao seu correspondente ou ao caixeiro, nem creia que o que pedem para livros não possa ser também para jogos. [...]. Porém, se resolver a ter filhos em casa, contentando-se com que saibam ler, escrever e contar e ter alguma tal qual notícia de sucessos e histórias, para falarem entre gente, não se descuide de vigiar sobre eles, quando a idade o pedir, porque também o campo largo é lugar de muita liberdade e pode dar abrolhos e espinhos. E se se faz cercado aos bois e aos cavalos, para que não vão fora do pasto, por que se não porá também algum limite aos filhos, assim dentro como fora de casa, mostrando a experiência ser assim necessário? Contando que a circunspecção seja prudente, e a demasia não acrescente malícia. O melhor ensino, porém, é o exemplo do bom procedimento dos pais, e o descanso mais seguro é dar a seu tempo estado assim às filhas como aos filhos; e se se contentarem com a igualdade, não faltarão casas aonde se possam fazer trocas e receber recompensas (ANTONIL, 1967, p. 166).

No final do Livro I de **Cultura e opulência do Brasil**, Antonil terminaria por apresentar seus últimos conselhos ao senhor de engenho. Nos capítulos décimo primeiro, “Como se há de haver o senhor do engenho no recebimento dos hóspedes, assim religiosos como seculares” e no décimo segundo, “Como se há de haver o senhor do engenho com os mercadores e outros seus correspondentes na praça; e de alguns modos de vender e comprar o açúcar”, conforme o estilo do Brasil, Antonil passaria dos conselhos da intimidade do senhor de engenho ao próximo tópico, encontrado no Livro II sobre os processos da produção de açúcar.

A leitura da obra de Antonil nos oferece tanto informações geográficas quanto uma descrição rica sobre todo o processo da transformação da cana em açúcar. O processo de

fabricação do açúcar, desde o plantio da cana até sua transformação final tem consumido boa parte da obra **Cultura e opulência do Brasil**, especialmente nos Livros II e III.

No Livro II, Antonil auxiliaria o senhor de engenho que tinha como pretensão ter sucesso na produção do açúcar e, para isso, orienta seu leitor na escolha da terra, nos mantimentos imprescindíveis para o abastecimento do engenho, na diferenciação da cana, das possíveis pestes que assolam a plantação e do que constitui o engenho e seus materiais principais, conforme observamos nos capítulos abaixo:

Da escolha da terra para plantar canas-de-açúcar e para os mantimentos necessários e provimentos do engenho/Da planta e limpas das canas e da diversidade que há nelas/Dos inimigos da cana, enquanto está no canavial./ Do corte da cana e sua condução para o engenho./ Do engenho ou casa de moer a cana, e como se move a moenda com água./ Do modo de moer as canas, e de quantas pessoas necessita a moenda./ Das madeiras de que se faz a moenda, e todo o mais madeiramento do engenho, canoas e barcos e do que se costuma dar aos carpinteiros e outros semelhantes oficiais./ Da casa das fornalhas, seu aparelho e lenha que há mister, e da cinza e sua decoada./ Das caldeiras e cobres, seu aparelho, oficiais e gente que nelas há mister, e instrumentos de que usam./ Do modo de alimpar epurificar o caldo da cana nas caldeiras e no parol de coar, até passar para as tachas./ Do modo de cozer e bater o melado nas tachas./ Das três têmperas do melado e sua justa repartição pelas formas.

Assinalando as grandes extensões de terra reservadas a esse empreendimento açucareiro, o grande número de trabalhadores envolvidos na vida dos engenhos, sugere uma aproximação entre o engenho, do mundo colonial e as fábricas, elementos da modernização européia. Processos esses, que mereceram detalhados tópicos, divididos no terceiro livro, conforme se observa nos capítulos deste e nas figuras escolhidas para ilustrarem de maneira precisa as etapas da produção do açúcar do engenho de Antonil:

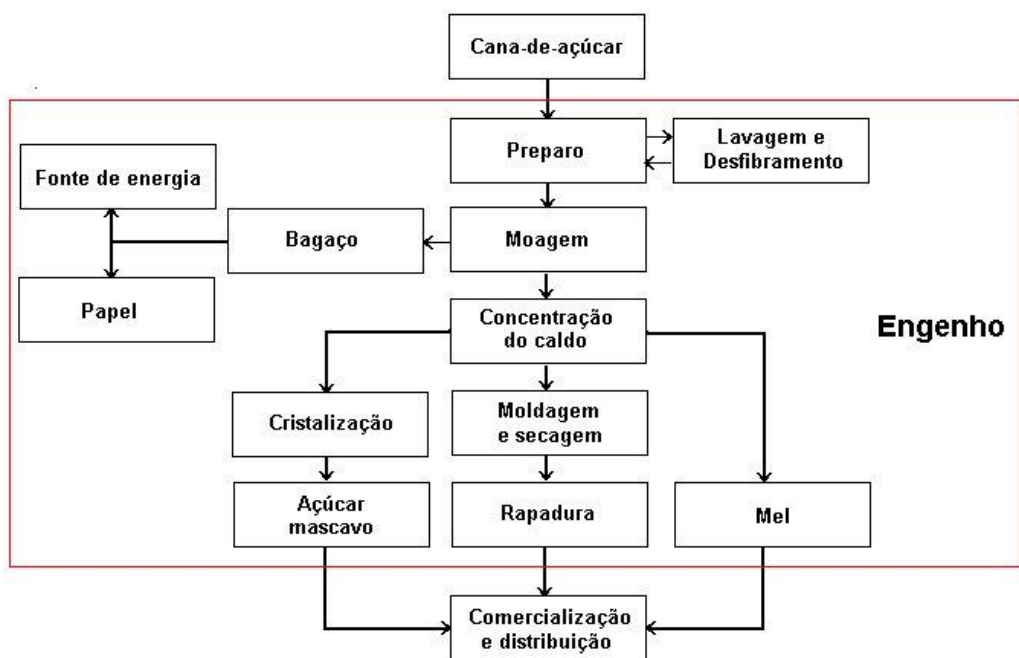
Das formas do açúcar e sua passagem do tendal para a casa de purgar./ Da casa de purgar o açúcar nas formas./ De pessoas que se ocupam em purgar, mascavar, secar e encaixar o açúcar, e dos instrumentos que para isso são necessários./ Do barro que se bota nas formas do açúcar: qual deve ser, e como se há de amassar, e se é bom ter no engenho olaria./ Do modo de purgar o açúcar nas formas, e de todo o benefício que se lhe faz na casa de purgar, até se tirar/Do modo de tirar, mascavar e secar o açúcar/Do peso, repartição e encaixamento do açúcar/De várias castas de açúcar, que separadamente se encaixam; marcas das caixas e sua condução ao trapiche./ Dos preços antigos e modernos do açúcar/Do número das caixas de açúcar que se fazem cada ano ordinariamente no Brasil/Que custa uma caixa de açúcar de trinta e cinco arrobas, posta na alfândega de Lisboa e já despachada, e do valor de todo o açúcar que cada ano se faz no Brasil/Do que padece o açúcar desde o seu nascimento na cana, até sair do Brasil



As etapas da produção do açúcar

Fonte: Multirio

Nota: Extraído de http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo01/eng_colonial.html



Fonte: Geocities

Nota: Extraído de <http://br.geocities.com/abtine2000/Rapadura/producao.htm>

Ao analisarmos o *locus* pertencente ao escravo bem como os outros trabalhadores responsáveis pelo bom funcionamento dos engenhos podemos compreender as relações que permeavam os engenhos. Entrelaçando a problemática das relações sociais que envolviam a produção do açúcar, destacamos a contínua dificuldade no relacionamento dos senhores com seus escravos. Dificuldades essas, existentes pela opressão, desrespeito e reificação do escravo negro.

Dentre seus conselhos ao bom andamento da produção do açúcar, Antonil reservaria advertências especiais à relação social atribuída aos dois atores principais do engenho: o senhor e seu escravo. Uma das primeiras observações estaria ligada à vida cotidiana dos escravos, nos deixando contribuição histórica neste aspecto.

Ao tratar as relações do senhor com seu escravo, Antonil apontaria ao proprietário que a vida íntima do seu servo deveria ser preservada. No nono capítulo de **Cultura e opulência do Brasil**, do Livro I, “Como se há de haver o senhor do engenho”, Antonil aconselharia ao senhor a não se opor aos casamentos nem tampouco faltar o apoio espiritual dos escravos negros, ao negar-lhes o batismo:

Opõem-se alguns senhores aos casamentos de escravos e escravas, e não somente não fazem caso dos seus amancebamentos, mas quase claramente os consentem, e lhes dão princípio, dizendo: Tu, fulano, a seu tempo, casarás com fulana; e daí por diante os deixam conversar entre si como seja fossem recebidos por marido e mulher; e dizem que os não casam porque temem que, enfadando-se do casamento, se matem logo com peçonha ou com feitiços, não faltando entre eles mestres insignes nesta arte. Outros, depois de estarem casados os escravos, os apartam de tal sorte, por anos, que ficam como se fossem solteiros, o que não podem fazer em consciência. Outros, são tão pouco cuidadosos do que pertence à salvação dos seus escravos, que os têm por muito tempo no canavial ou no engenho, sem batismo; e, dos batizados, muitos não sabem quem é o seu Criador, o que hão de crer, que lei hão de guardar, como se hão de encomendar a Deus, a que vão os cristãos à igreja, porque adoram a hóstia consagrada, que vão a dizer ao padre, quando ajoelham e lhe falam aos ouvidos, se têm alma, e se ela morre, e para onde vai, quando se aparta do corpo (ANTONIL, 1967, p. 160-161).

Negar-lhes o batismo, assim como seus folguedos seria uma atitude censurável do senhor com seus escravos. As folgas dos escravos negros, geralmente aos domingos para sua ida à missa, deveriam ser preservadas pelo senhor. O lazer daria descanso ao corpo famigerado e sonolento, conforme a passagem abaixo:

Negar-lhes totalmente os seus folguedos, que são o único alívio do seu cativeiro, é querê-los desconsolados e melancólicos, de pouca vida e saúde. Portanto, não lhes estranhem os senhores o criarem seus reis, cantar e bailar por algumas horas honestamente em alguns dias do ano, e o alegrarem-se inocentemente à tarde depôs de terem feito pela manhã suas festas de Nossa Senhora do Rosário, de São Benedito e do orago da capela do engenho, sem gasto dos escravos, acudindo o senhor com sua liberalidade aos juizes e dando-lhes algum prêmio do seu continuado trabalho (ANTONIL, 1967, p. 164).

Com base na leitura do Livro I, o engenho também empregava um número notório de trabalhadores peritos em cada tarefa da produção. Ao capelão cabia as tarefas de religiosidade ou de apoio espiritual do engenho. Afora o clero, os trabalhadores mais importantes eram os feitores-mores e o mestre do açúcar.

O *mestre* do açúcar, pela inteligência requerida pelo seu ofício, como assinala Antonil, era escolhido entre os melhores e recebia mimos, além de gozar de certo respeito na Casa-grande, pois dele dependia a própria feitura do açúcar, como se observa no tópico “Do mestre do açúcar e soto-mestre, a quem chamam banqueiro e do seu ajudante, a quem chamam ajuda-banqueiro”, em **Cultura e opulência do Brasil**:

A quem faz o açúcar, com razão se dá o nome de mestre, porque o seu obrar pede inteligência, atenção e experiência, e esta, não basta que seja qualquer [...]. A soldada do mestre de açúcar nos engenhos [...] dá-se também no fim da safra algum mimo, se serviu com satisfação no seu ofício, para que a esperança deste limitado prêmio o alente suavemente para o trabalho (ANTONIL, 1967, p. 154-155).

Os feitores-mores tinham como trabalho cuidar das plantações e do fabrico, de modo geral. Em seu livro, Antonil vangloria o feitor que prendesse escravos fugidos ou aqueles que estivessem em querelas dentro da propriedade. Essa atitude, *diligência digna de louvor*, embasaria os maus tratos cometidos pelos feitores dos engenhos e aceitos pelos bons *cristãos*. O castigo, quando não realizado de forma moderada seria a chave para as fugas dos escravos negros e ainda evitariam o bom trabalho destes nos engenhos. Assim, o feitor seria *um lobo carniceiro e não um feitor moderado e cristão*, segundo o texto abaixo:

Repreende-os e chegar-lhes com um cipó às costas com algumas varancadas, é o que se lhes pode e deve permitir para ensino. Prender os fugitivos e os que brigaram com feridas ou se embebedaram, **para que o senhor os mande castigar como merecem, é diligência digna de louvor**. Porém, amarrar e castigar com cipó até correr o sangue e meter no tronco, ou em uma corrente por meses (estando o senhor na cidade) a escrava que não quis consentir no pecado ou ao escravo que deu fielmente conta da infidelidade, violência e crueldade do feitor que para isso armou delitos fingidos, **isto**

de nenhum modo se há de sofrer, porque seria ter um lobo carniceiro e não um feitor moderado e cristão (ANTONIL, 1967, p. 152 – **grifos nossos**).

Ao expor a crueldade comedida pelos feitores nos engenhos brasileiros, aceitos pela religião como maneira de assegurar a escravidão e o sucesso da produção açucareira, Antonil acabaria por animalizar os escravos. Ao descrever em sua escritura a valorização dada aos animais dos engenhos, em contrapartida a brutalidade reservada aos escravos, Antonil evidenciaria a *coisificação* do negro escravo.

Presença *inconteste* do mundo religioso na cultura açucareira encontramos em **Cultura e opulência do Brasil** a Capela. Edificação responsável pelas atividades do sagrado nos engenhos, a Capela é ícone da intrínseca unidade da Igreja e Estado na sociedade do açúcar. Ela seria *necessária*, assim como a casa-grande e a senzala, conforme o segmento abaixo:

São finalmente necessárias, além das senzalas dos escravos, e além das moradas do capelão, feitores, mestre, purgador, banqueiro e caixeiro, uma **capela decente com seus ornamentos e todo o aparelho do altar, e umas casas para o senhor do engenho**, com seu quarto separado para os hóspedes que, no Brasil, falto totalmente de estalagens, são contínuos; e o edifício do engenho, forte e espaçoso, com as mais oficinas e a casa de purgar, caixaria, lambique e outras cousas, que, por miúdas, aqui se escusa apontá-las, e delas se falará em seu lugar (ANTONIL, 1967, p.133-135 – **grifos nossos**).

Explicitando o enlace entre o sagrado e o profano da sociedade do açúcar para a sua narrativa, Antonil corrobora a associação íntima entre a Igreja Papal e o Estado Português em nossa fase colonial de comercialização do açúcar. Debruçando-se no zelo do engenho e no trato com os escravos envolvendo ambos na consciência cristã, Antonil confirmaria a permanência do discurso religioso no discurso econômico-social do Brasil colonial.

Continuando a delinear os traços do religioso dentro do mundo dos engenhos, Antonil esboçaria como primeira escolha entre muitos *oficiais* que contribuiriam para o bom andamento da produção, o capelão. Este desempenharia várias funções dentro da propriedade, como doutrinar os escravos e a família patriarcal nos dogmas da Igreja e combater os males que confrontavam com o catolicismo, a exemplo das feitiçarias. O capelão também deveria ser pago pelo seu trabalho, conforme aferimos abaixo:

O primeiro, que se há de escolher com circunspecção e informação secreta ao seu procedimento e saber, é o capelão, a quem se há de encomendar o ensino de tudo o que pertence à vida cristã, para desta sorte satisfazer à maior das obrigações que tem, a qual é doutrinar ou mandar doutrinar a família e escravos, não já por um crioulo ou por um feitor que, quando muito, poderá ensinar-lhes vocalmente as orações e os mandamentos da lei de Deus e da Igreja, mas por quem saiba explicar-lhes o que hão de crer, o que hão de obrar, e como hão de pedir a Deus aquilo de que necessitam. E, para isso, se for necessário dar ao capelão alguma coisa mais do que costuma, entenda que este será o melhor dinheiro que se dará em boa mão [...]. Quantos são dignos de abominação os feiticeiros e curadores de palavras, e os que a eles recorrem, deixando a Deus, de quem vem todo o remédio; os que dão peçonha ou bebidas (como dizem), para abrandar e inclinar as vontades; os borrachos, os amancebados, os ladrões, os vingativos, os murmuradores e os que juram falso, ou por malignidade, ou por interesse, ou por respeito humanos. E, finalmente, que prêmio e que pena há de dar Deus eternamente a cada qual, conforme obrou nesta vida [...]. O que se costuma dar ao capelão cada ano, pelo seu trabalho, quando tem as missas da semana livres, são quarenta ou cinquenta mil réis; e com o que lhe dão os aplicados, vem fazer uma porção competente, bem ganhada, se guardar tudo o que acima está dito. E se houver de ensinar aos filhos do senhor do engenho, se lhe acrescentará o que for justo e correspondente ao trabalho (ANTONIL, 1967, p. 147-149).

Comprovando o flagrante enlace entre o mundo do religioso e o mundo do lucro, o capelão era presença obrigatória em cada engenho. O senhor de engenho não poderia contestar sua presença, já que a religião contribuiria para edificar a justificativa da escravidão na produção do açúcar, uma vez que muitos religiosos, a exemplo de Antonil, não eram contrários à escravidão, aceitando-a como um mal necessário.

Um dos compromissos principais do capelão era a benção do engenho no dia de moer a cana-de-açúcar, conforme aferimos no excerto do capítulo quarto “Como se há de haver o senhor do engenho na eleição das pessoas e oficiais que admitir ao seu serviço, e principalmente da eleição do capelão”, abaixo:

No dia em que se bota a cana a moer, se o senhor do engenho não convidar ao vigário, o capelão benzerá o engenho e pedirá a Deus que dê bom rendimento, e que livre os que nele trabalham de todo o desastre. E quando, no fim da safra, o engenho pejar, procurará que todos dêem a Deus as graças na capela (ANTONIL, 1967, p. 147-149).

Ao justificar a presença da escravidão como intrinsecamente relacionada ao mundo dos engenhos, o jesuíta Antonil terminaria por esboçar a prática mercantilista que reinava no Brasil do século XVIII. Aliada à ideologia mercantil, a religião serviria de auxílio ao controle dos escravos nos engenhos. Em sua obra, Antonil defenderia a presença dos escravos negros dentro

do engenho, conforme percebido anteriormente. Como *mãos e pés* dos senhores, os escravos se faziam peça fundamental na prática escravista da produção açucareira.

Discurso oriundo do espaço açucareiro, a relação entre o mundo sagrado e o profano seria percebido já nas crônicas dos viajantes, a exemplos de Pero Gandavo e Gabriel Soares de Sousa; e nos mais variados discursos, nos campos da Sociologia, representada aqui por Gilberto Freyre, na Lingüística, com Bethânia Mariani, na Crítica Literária, com Alfredo Bosi e no discurso historiográfico de Laura de Mello e Souza, conforme observado.

Em seu discurso acerca da posição de Antonil frente aos excessos cometidos pela ideologia, esta, prevalecente à época da grande empresa açucareira no Brasil colonial, Alice Canabrava justificaria a lacuna crítica do autor de **Cultura e opulência do Brasil**, apontando a formação religiosa como explicação para seu posicionamento.

De acordo com a historiadora, Antonil, moldado pelas doutrinas medievais e pelo pensamento de Santo Tomás, descreveria com riqueza de detalhes, os métodos e elementos constitutivos de seu objeto de estudo em sua narrativa. Entretanto, não tomaria como fator importante o questionamento desse objeto em seu contexto político-econômico ou social, já que, em consonância com o pensamento de Santo Tomás, Antonil veria a economia como farol, tendo em vista seu encargo na gerência de bens, conforme leitura abaixo:

[Antonil] analisou as várias economias coloniais no plano das realidades concretas, distinguindo seus elementos constitutivos e o funcionamento próprio a cada uma, sem elevar-se à apreciação, ainda que empírica, do mecanismo geral do sistema econômico. São evidentes no pensamento de Andreoni os resíduos das doutrinas medievais que haviam modelado seu espírito, seja em Perúcia, seja no Seminário Romano, e que dão à sua obra certo conteúdo espiritual. Para Santo Tomás de Aquino, como para êle, a economia tinha por objeto não as leis, mas informar os soberanos e chefes, tendo em vista sua responsabilidade na administração do patrimônio. Andreoni informa apenas; é raro propor medidas (CANABRAVA, 1967, p.34).

Em sua análise da sociedade canavieira, Antonil, em seu pragmatismo, revela numa maior compreensão da importância do negro e do escravo, vendo-o como alicerce dessa sociedade de base agrícola, como um objeto de valor no mercado. Nisso, se diferencia dos seus antecessores. Ao descrever os vários ofícios dentro do engenho, o jesuíta do açúcar aponta para o poder financeiro, ou *cabedal* do senhor, exibindo o quanto é necessário – em termos de aparelhos e gente.

Retomando o texto de Antonil, no Livro I percebemos que em alguns trechos de **Cultura e opulência do Brasil**, Antonil traçaria o tratamento ideal para a permanência do escravo negro, evitando assim fugas individuais ou em massa, suicídios, abortos, envenenamentos ou rebeliões dentro da propriedade. O castigo não comedido poderia levar o escravo, peça de alto valor para o engenho à morte.

Dessa maneira, Antonil insistiria na idéia do castigo dado de forma moderada ao negro escravo como maneira de assegurar o andamento do engenho, conforme a leitura do capítulo quinto, “Do feitor-mor do engenho, e dos outros feitores menores que assistem na moenda, fazendas e partidos da cana: suas obrigações e soldadas”, do Livro I, em cotejo com a resistência de alguns escravos, no capítulo nono, do mesmo Livro:

Aos feitores de nenhuma maneira se deve consentir o dar couces, principalmente nas barrigas das mulheres que andam peçadas, nem dar com pau nos escravos, porque na cólera se não medem os golpes, e podem ferir mortalmente na cabeça a um escravo de muito préstimo, que vale muito dinheiro, e perdê-lo (ANTONIL, 1967, p. 152).

E se, em cima disto, o castigo for freqüente e excessivo, ou se irão embora, fugindo para o mato, ou se matarão per si, como costumam, tomando a respiração ou enforcando-se, ou procurarão tirar a vida aos que lha dão tão má, recorrendo (se for necessário) a artes diabólicas, ou chamarão de tal sorte a Deus, que os ouvirá e fará aos senhores o que já fez aos egípcios, quando avexavam com extraordinário trabalho aos hebreus, mandando as pragas terríveis contra suas fazendas e filhos (ANTONIL, 1967, p. 163).

De acordo com o capítulo nono “Como se há de haver o senhor do engenho com seus escravos”, do Livro I, de **Cultura e opulência do Brasil** observamos ideologia presente na economia do Brasil colonial. As *necessidades* dos escravos seriam fundamentalmente o castigo, a má comida e a vestimenta básica, *a saber*:

No Brasil, costumam dizer que para o escravo são necessários três PPP, a saber, pau, pão e pano. E, posto que comecem mal, principiando pelo castigo que é o pau, contudo, prouvera a Deus que tão abundante fosse o comer e o vestir como muitas vezes é o castigo, dado por qualquer causa pouco provada, ou levantada; e com instrumentos de muito rigor, ainda quando os crimes são certos, de que se não usa com os brutos animais, fazendo algum senhor mais caso de um cavalo que de meia dúzia de escravos, pois o cavalo é servido, e tem quem lhe busque capim, tem pano para o suor, e sela e freio dourado (ANTONIL, 1967, p.162 – **grifos nossos**).

A crença de que o negro seria *naturalmente escravo* e *adaptável* ao engenho, seria implicitamente creditada por Antonil em sua obra, esboçando, dessa maneira, a conveniente localização do escravo negro juntamente com seu senhor e vice-versa numa relação que se mostra necessária para o sucesso da Colônia. Essa relação, que não poderia deixar de existir, remeteria o leitor a perceber esse *locus* indiscutível.

Em relação ao seu objeto de fascínio, a cana, propriamente dita, Antonil irá representá-la, como já analisou Alfredo Bosi, em seu texto “Antonil ou as lágrimas da mercadoria”, de sua obra **Dialética da colonização**. Publicada em 1992, a análise de Bosi parte da asserção de que a obra de Antonil é desenhada pelos traços do mercantilismo.

Fundamentada no mercantilismo, **Cultura e opulência do Brasil** apresenta uma troca de valores entre o homem e a mercadoria. Dessa forma, Antonil se utilizaria da ideologia que torna a cor negra em objeto, relativizando o escravo negro como uma peça a ser paga e comprada. Essa concepção ideológica será encontrada no capítulo décimo “Do que padece o açúcar desde o seu nascimento na cana, até sair do Brasil”, do Livro terceiro, da primeira parte deste texto.

Neste subtópico, Antonil narraria todo o percurso do “padecimento da cana”, permutando os *sujeitos* e os *objetos*. Pensamento este, justificado pelo mercantilismo da época, como exprime a leitura de Alice Piffer Canabrava. Não obstante, Canabrava apontaria no discurso de Antonil, a explícita dialética Igreja / Colonização, Fé / Mercado e Fé / Escravidão, relações que esboçaram os três séculos de nossa formação.

Em “Antonil ou as lágrimas da mercadoria”, Alfredo Bosi observaria, na descrição do jesuíta italiano, na valorização da planta e na camuflagem do sofrimento do negro, um economista da era mercantil. Tomando um posicionamento diferenciado do de Alice Canabrava, Alfredo Bosi explanaria de forma concisa a ideologia mercantilista em **Cultura e opulência do Brasil**, conforme cotejo entre os textos de “Antonil ou as lágrimas da mercadoria” e do capítulo “Do que padece o açúcar desde o seu nascimento na cana, até sair do Brasil”, abaixo:

Correm suas lágrimas por tantos rios quantas são as bicas que as recebem; e tantas são elas que bastam para encher tanques profundos. Oh, crueldade nunca ouvida! [...] e estas não contentes de lhos cortarem, em companhia de outras escravas, armadas de toletes, folgam de lhe fazer os mesmo pés em migalhas [...] pisado dos pés dos negros sem compaixão, farta a crueldade de tantos algozes quantos são os que querem subir al balcão [...] e, se livra das prisões do porto, não livra das tormentas do mar. Nem do

degreto, com imposições e tributos, tão seguro de ser comprado e vendido entre cristãos como arriscado a ser levado para a Argel entre mouros. E, ainda assim, sempre doce e vencedor de amarguras, vai a dar gosto ao paladar dos seus inimigos nos banquetes, saúde nas mezinhas aos enfermos e grandes lucros aos senhores de engenho (ANTONIL, 1967, p.233-234).

A manufatura do ouro branco o fascinava. As coisas, não os homens. As coisas que movem os homens a produzi-las dia e noite. As máquinas que obedecem as leis de ferro, infringindo as quais, sofrem os homens riscos de mutilação e de morte [...]. O engenho tem, no coração, as casas das máquinas. A casa da moenda, a casa da fornalha, a casa das caldeiras, a casa de purgar. A cana que se planta e colhe vai alimentá-las; o açúcar que se produz e vende para o ultramar sairá delas. Antonil nos contará, passo a passo, a carreira da cana até virar o doce e alvo cristal que toda a Europa aprendeu a consumir desde os primeiros anos da colonização. A cana, a garapa, o melado, o açúcar: etapas de uma história de metamorfoses em que o sujeito é a coisa a produzir-se, e o objeto os corpos cativos, sombras que rondam o engenho alumadas pelo fogo das fornalthas acesas noite e dia. Os escravos são as mãos e os pés dos senhores, e esta figura redutora lhes tira a integridade de atores. São construções verbais passivas e impessoais que Antonil enfileira para descrever o plantio da cana [...] e aqui a razão formal do gramático coincide com a do economista da era mercantil (BOSI, 1992, p.165).

Nesse caminho, Alfredo Bosi percebe que ao permutar o *sujeito* em *objeto* e o *objeto* em *sujeito*, Antonil deixaria transparecer o que se tornara a realidade ideológica presente no Brasil. Dessa maneira, a partir da leitura de Alice Canabrava anteriormente, compreendemos o pensamento abraçado pelo jesuíta que entraria em consonância com o contexto sócio-econômico de sua época. De acordo com Alice Canabrava, Antonil,

[...] sem deixar de considerar o social, teve sua atenção voltada para as condições da economia da Colônia. Para ele, a consideração dos fatos sociais, se é que se possa fazer essa discrição está sempre ligada direta ou indiretamente ao fato econômico, que é o centro de suas cogitações (CANABRAVA, 1967, p.21; 32).

Dessa forma, inferimos que essa mesma realidade econômica de Antonil iria perpassar à realidade dos engenhos e permutar os *sujeitos* em *objetos* necessários ao bom andamento do engenho. Em **Dialética da colonização**, mais precisamente no capítulo “Colônia, culto e cultura”, Bosi analisa o significado de *colonização* de forma crítica que nos servirá de amparo em “Antonil ou as lágrimas da mercadoria”, capítulo também inserido em sua obra supracitada.

Cotejando os textos de Antonio Vieira e Antonil, encontramos um confronto com os *sujeitos* em suas narrativas. No **Sermão da sexagésima**, padre Antonio Vieira destacaria o

sofrimento físico dos escravos negros, os reais *sujeitos* de seu discurso diferenciando-se, dessa maneira, aos *sujeitos* encontrados em “Do que padece o açúcar desde o seu nascimento na cana, até sair do Brasil”, de Antonil. Ao assemelhar esses ao Cristo crucificado, Vieira defenderia o *locus* do negro como filhos de Deus. Neste sermão, Vieira assemelharia a dor do escravo ao sofrido por Cristo:

Não há trabalho, nem gênero de vida no mundo mais parecido á cruz e paixão de Cristo, que o vosso em um destes engenhos [...]. Em um engenho sois imitadores de Cristo crucificado, porque padeceis em um modo muito semelhante o que o mesmo Senhor padeceu na sua cruz, e em toda a sua paixão [...]. A paixão de Cristo parte foi de noite sem dormir, parte foi de dia sem descansar, e tais são as vossas noites e os vossos dias. Cristo despido, e vós despidos; Cristo sem comer. E vós famintos; Cristo em tudo maltratado, e vós maltratados em tudo (VIEIRA, 1995?, p.173).

Neste capítulo, “Antonil ou as lágrimas da mercadoria”, ao estabelecer um cotejo entre Padre Vieira e Antonil, Bosi nos auxilia na compreensão de seu outro texto, “Colônia, culto e cultura”. A produção açucareira instalada no Brasil com o intuito de colonizar esta terra, projetando o Brasil ao mundo, nada mais é que o reflexo da própria colonização como *um projeto voltado para a satisfação das necessidades materiais do presente - colo: eu cultivo, eu trabalho* (Bosi, 1999, p. 172). No entanto, também teríamos a colonização *como transplante de um passado prenhe a imagens, símbolos e ritos de caráter religioso - cultus: a memória do passado*. (Idem). Ao trabalhar nessas duas distinções, Bosi traria ao seu leitor as também distintas maneiras de se observar aqueles *sujeito* e *objeto* discutidos anteriormente; dessa vez, na visão de Vieira e de seu não mais discípulo Antonil.

Em “Antonil ou as lágrimas da mercadoria”, Bosi defenderia implicitamente os ideais de Vieira, no que se refere aos pensamentos de Antonil contrários ao seu mestre. Em seu texto, Bosi nota que Vieira busca nas passagens bíblicas a defesa junto ao escravo africano. Seguidor da ideologia que os negros também seriam filhos de Deus, ainda que só tivessem a paz no Céu, pois seus pecados seriam pagos na Terra, Vieira buscaria assemelhar a dor do escravo negro ao sofrido por Cristo, conforme observado acima.

Debruçando-nos no exercício da análise do conceito utilizado por Antonil em sua obra **Cultura e opulência do Brasil** ao definir o *locus* do escravo e, por conseguinte do senhor de engenho percebemos uma *romantização* das relações entre ambos, observado em Gilberto Freyre, em sua obra **Casa-Grande & senzala** (1933).

Outros trabalhadores no engenho que ordinariamente recebiam soldos eram os oleiros, vaqueiros, pastores, pescadores, carapinas, calafates, canoeiros e barqueiros. Muitas vezes, esses trabalhadores eram escravos e, no lugar de receberem um soldo, recebiam certos “mimos”, aconselhado por Antonil. Os escravos ou as “peças” eram divididos entre os de *enxada* e *fouce*, que trabalhavam nas roças e nos partidos e os que trabalhavam nos serviços domésticos.

Sucedendo aos trabalhadores no engenho, Antonil também enumera os subsídios necessários para o sucesso da produção açucareira. Em **Cultura e opulência do Brasil**, Antonil detalharia com precisão o rol de equipamentos para cada setor da produção do açúcar, como exemplos a maquinaria dos barcos, das fornalhas, da moenda e os equipamentos dos canaviais, das serrarias, da carpintaria, para o engenho funcionar a contento, conforme se observa abaixo:

Toda a escravaria (que nos maiores engenhos passa o número de cento e cinquenta e duzentas peças, contando as dos partidos) quer mantimentos e farda, medicamentos, enfermaria e enfermeiro; e, para isso, são necessárias roças de muitas mil covas de mandioca. Querem os barcos velame, cabos, cordas e breu. Querem as fornalhas, que por sete e oito meses ardem de dia e de noite, muita lenha; e, para isso, há mister dous barcos velejados para se buscar nos portos, indo um atrás do outro sem parar, e muito dinheiro para comprar; ou grandes matos com muitos carros e muitas juntas de bois para se trazer. Querem os canaviais também suas barcas, e carros com dobradas esquipações de bois, querem enxadas e fouches. Querem as serrarias machados e serras. Que a moenda de toda a casta de paus de lei de sobressalente, e muitos quintais de aço e ferro. Quer a carpintaria madeiras seletas e fortes para esteios, vigas, aspas e rodas; e pelo menos os instrumentos mais usuais, a saber, serras, trados, verrumas, compassos, regras, escopros, enxós, goivas, machados, martelos, cantis e junteiras, pregos e plainas. Quer a fábrica do açúcar paróis e caldeiras, tachas e bacias e outros muitos instrumentos menores, todos de cobre, cujo preço passa de oito mil cruzados, ainda quando se vende não tão caro como nos anos presentes (ANTONIL, 1967, p. 140).

Obra mestra que põe em evidência o mundo açucareiro nordestino através das marcas da trajetória histórica dessa região, a narrativa de Antonil serve como uma contribuição significativa para a compreensão deste processo. A minuciosa descrição da terra e de sua economia de forma lúcida e perspicaz faz de Antonil, como estudado, um dos mais distintos jesuítas e economistas da época colonial.

O texto do jesuíta do açúcar destaca como a temática do mundo do engenho permaneceria até o século XVIII, século este cujo açúcar já não renderia tanto quanto antes, de forma admirável. Assim, aferimos a *continuidade literária* dessa tematização, uma vez que, conforme será discutido posteriormente a representação do mundo dos engenhos não só perpassaria o

século XVIII como permaneceria atualizado nos escritos de Mário Sette, em **Senhora de engenho**, publicada em 1921, nosso objeto de estudo, e em **Coivara da memória**, de Francisco Dantas, publicada em 1991.

CAPÍTULO III

Mas como a cana se cria ainda hoje,
em mãos de barro de gente agricultura,
o barrento da pré-infância logo aflora
quer inverno ou verão mele o açúcar.

João Cabral de Melo Neto

VERDES MARES AÇUCAREIROS: O ENGENHO DE MÁRIO SETTE

Um padre veio de propósito para dizer a missa na capela e benzer a nova moenda, que se achava adornada com ramos verdes, lembrança e fineza dos negros. Depois da benção, entregou ele ao senhor de engenho a primeira cana, que devia ser moída aquele ano. O sargento-mor meteu – a entre os eixos da moenda, os negros açoitaram as bestas, levantaram hurras e vivas, vários moradores e convidados dispararam armas de fogo em sinal de regozijo, enfim encetou-se a moagem.

Franklin Távora

Nem pequeno, nem pobre, minha senhora. A nossa grandeza palpita nesses verdes mares dos canaviais, nessas baionetas cor de esperanças que em vez de levarem a dor e o crepe, adoçam as bocas, nutrem o sangue, dão vida; a nossa riqueza se cristaliza nos sossegados labores da casa de purgar... A nossa terra é grande e é rica! Tão grande que conquista os estranhos, tão rica que reparte o legado de sua fortuna. Aqui está um exemplo.

Mário Sette

Católico devotado a Nossa Senhora do Carmo, Mário Rodrigues Sette nasceu no dia 19 de abril de 1886, curiosamente na mesma data que sua mulher Maria Laura e faleceu em 25 de março de 1950. Autodidata, lia e falava fluentemente francês e tinha como adoração os estudos das literaturas francesa e portuguesa, além dos tratados de História do Brasil e da Civilização.

Funcionário público, como a maioria dos homens de sua época – inclusive dá a mesma profissão a seu personagem principal em **Senhora de engenho**, Nestor –, Sette trabalhou nos Correios e como diretor dos Telégrafos de Alagoas – posto este conseguido por José Américo de Almeida, na época ministro da viação.

Sua versatilidade, necessária ao sustento de sua família, contribuiria para que ele transitasse por diversos setores ligados à vida literária. Mário Sette era um *apaixonado* pelo

Recife e *profissional*, como se lê no texto da historiadora Magdalena Almeida, na obra **Mário Sette: o retratista da palavra**:

A versatilidade do escritor, aliada à necessidade de custear o seu sustento e o de sua família, lhe permitiram o trânsito por vários setores, vinculados à atividade literária – **era um apaixonado pelo Recife e era um profissional**. Dos melhores, segundo se diz (ALMEIDA, 2000, p. 217 – **grifos nossos**).

Catedrático de História do Brasil, na Faculdade de Filosofia do Recife, o escritor pernambucano nunca cursou um ensino superior. Entretanto, isso não comprometeria as suas criações literárias, tornando o *Dr. Mário Sette* reconhecido em sua época no meio literário, fato que o transformaria em um imortal, eleito em 1922 para a Academia Pernambucana de Letras, ocupando a cadeira de número 40.

Escritor que defendia os valores da nobreza da elite açucareira pernambucana, Sette elaborava suas crônicas, contos ou romances frutos de suas pesquisas documentais e de depoimentos. Apesar do sucesso de vendas de seu romance de estréia em 1921, **Senhora de engenho** – que teve a sua tiragem de mil exemplares esgotados em seis meses, sucesso repetido pelas três edições seguintes – e de outras obras subseqüentes, Sette não seria aclamado de forma unânime pelo meio literário à época.

Todavia, a parcialidade crítica à época que viveu se tornaria em uma proclamação *post mortem*. No livro **Mário Sette: o retratista da palavra**, a historiadora Magdalena Almeida enfatizaria o público nacional e internacional conquistado pelo pernambucano em vida. Para esse momento, segue o excerto abaixo:

Ser polêmico, entretanto, é um talento especial. Sugere movimento, dinâmica, provocação. Porém, nem sempre a polêmica é tornada pública: respeito, insegurança daqueles que cultivam posições opostas? O que não é reconhecido contemporaneamente pode sê-lo em circunstâncias inesperadas. O escritor em pauta, contudo, conquistou um público para seu trabalho, liderado por alguns setores da intelectualidade nacional e mesmo internacional de sua época (ALMEIDA, 2000, p. 216).

Recebido pelo radialista Carlos Pousada como uma *revelação magnífica*, Mário Sette, que trabalhava à época na montagem de roteiros para o programa Evocação, na Rádio Jornal do Comércio teria marcada sua passagem pela sua organização e uso de detalhes técnicos deixados

em um roteiro, cuja escrita era somente conhecida por aqueles que trabalhavam na radiodifusão, como se percebe no excerto abaixo:

Eu mesmo não sei, pilantra dos ensaios que sou, quais os originais que mais me agradam, qual ao programa melhor interpretado, se há uma autor melhor do que o outro. Sei apenas que há revelações magníficas como Mário Sette. De saída, o conhecido escritor pernambucano mostrou um “script” onde até os detalhes técnicos, apenas conhecidos de “broadcastings”, estavam linha por linha (POUSADA apud ALMEIDA, 2000, p.217-218).

Em suas narrativas, o escritor Mário Sette buscava evidenciar Pernambuco pintando-o com várias cores: fosse a repetição temática da valorização da terra e dos engenhos em seus romances - como se pode observar em **Senhora de engenho** (1921) e no **Vigia da cada grande** (1924), fosse o estudo histórico social dos grupos sociais mais humildes, bem como o contraste do progresso no lugar do antigo, a exemplo d’ **Os azevedos do poço** (1938) e **Arruar** (1948).

Não obstante ausente em nosso cânone literário, Mário Sette desfrutaria da importância de ter sido o primeiro romancista do Nordeste a transformar, nos inícios do século XX, em matéria romanesca, o homem e o universo dos engenhos nordestinos. Daí, a presença *inconteste* de sua escritura no romance, **A bagaceira** (1928), do paraibano José Américo de Almeida.

A narrativa **A bagaceira** obra estilisticamente rica seria creditada, dessa forma, pelo surgimento do Romance de 30. Professora titular de Teoria da Literatura da Universidade de São Paulo, Walnice Nogueira Galvão, em “Insidiosa presença”, em seu livro de ensaios críticos **Saco de gatos** elegeria o livro de José Américo de Almeida como obra inaugural do Romance de Trinta.

Continuando seu discurso acerca das obras inaugurais do Romance de 30, Walnice Nogueira Galvão não reservaria ao romance **Senhora de engenho**, de Mário Sette um lugar aos romances *engajados*, considerados precursores e os que dariam continuidade às manifestações literárias. Para esse discurso segue o excerto abaixo:

É por volta de 1930 que esse romance conheceu seu apogeu, surgindo maciça e marcadamente na produção literária do país. Coincide com uma importante reviravolta política, momento de mais um fortalecimento do poder central e da tentativa de segurar as rédeas das manifestações de poder local. Duas forças antagônicas, a que tende à unificação do país e a que sustenta sua fragmentação de fato: no plano literário, a safra é o romance regionalista. Ambos os movimentos político e o literário, ficarão conhecidos pelo mesmo rótulo, “Revolução de 30” e

“Romance de 30” [...] Chamem-se José Américo de Almeida, Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, Armando Fontes, José Lins do Rego ou Jorge Amado, a temática é regional. Aparecem os relatos da seca e dos retirantes miseráveis, do cangaço, do misticismo sertanejo, da passagem desenraizadora do homem do campo para os pequenos centros urbanos em busca de trabalho, das minorias negras com sua cultura peculiar, do latifúndio – fazendas de gado, plantações de cana-de-açúcar ou de cacau. Esse “romance de 30” também é original por ser, em peso e singularmente no panorama sempre apolítico da história da literatura brasileira, nitidamente *engajado* no sentido mais corrente e aparente do termo (GALVÃO, 1976, p.35; 37 – **grifos da autora**).

Em sua obra **A tradição re (descoberta)**: Gilberto Freyre e a literatura regionalista, mais precisamente no tópico “Senhora de engenho: primeira fábula da ficção regionalista na década de 20”, a ensaísta Moema D’Andrea notaria a explícita diferença entre **Senhora de engenho** e a obra do paraibano José Américo de Almeida, **A bagaceira**, publicada em 1928.

Romance *ingênuo* a obra de Sette seria esquecido nas rodas literárias contemporâneas permitindo destaque à narrativa de José Américo de Almeida. Cotejando ambos os romances, D’Andrea estabeleceria o elo entre as duas escrituras. Os personagens das narrativas, Lúcio de Andrade, de **Senhora de engenho** e Lúcio Marçau, d’ **A bagaceira** teriam em comum um *modelo social*, personagens que trariam aos seus engenhos o progresso no lugar do antigo. Para esse momento, segue o excerto abaixo:

Senhora de engenho, embora tenha obtido receptividade nas rodas literárias da época, não possui registro na historiografia da literatura brasileira em forma de qualquer ensaio crítico. Passada a voga do Regionalismo pitoresco, os romances de Mário Sette caíram no esquecimento, muito seguramente pela marca de ingenuidade que preside no seu processo criativo [...] A correlação que se impõe entre a temática de **Senhora de engenho** e **A bagaceira** não quer ter um sentido continuísta de tentar provar que “uma estava dentro da outra, como a fruta dentro da casca”. Tenta-se entender, apenas, como o modelo social protagonizado por Lúcio de Andrade vai ressurgir, na mesma década e em outro romancista nordestino, na pele de Lúcio Marçau [...] O Lúcio de **Senhora de engenho**, peça importante para molde e transformação de Nestor, estará encarnado no desempenho social, ou mimese ideológica, do personagem central d’**A bagaceira** (D’ANDREA, 1992, p.143;163;170).

O caráter antecipador de Mário Sette, seu pioneirismo literário, pode ser apreciado neste romance, através da descrição regional, no caso, a descrição do espaço nordestino, reivindicado pelo cearense Franklin Távora (1876), como *locus* privilegiado de brasilidade. Principiada com o Romantismo, conforme observado anteriormente por Antonio Candido, a temática do universo dos bangüês asseguraria a nossa *continuidade literária*. Primeiro romancista do Nordeste, o

cearense Franklin Távora defenderia um regionalismo “radical”; proposta que divergia do romantismo idealista defendido por José de Alencar, com sua proposta de Brasil-nação.

No “Prefácio” d’ **O cabeleira** (1876), Távora apresentaria este romance como o primeiro de muitas publicações que buscariam defender e destacar o regionalismo, e que estariam inseridas em uma literatura própria de sua terra, em uma Literatura do Norte, que entraria em contraste com a Literatura do Sul, conforme verificamos no excerto do “Prefácio” d’ **O cabeleira** cotejado criticamente pela ensaísta Cristina Betioli Ribeiro, no seu artigo “Franklin Távora: um norte para o romance brasileiro:

As letras têm, como a política, um certo caráter geográfico; mais no Norte, porém, do que no Sul abundam os elementos para a formação de uma literatura propriamente brasileira, filha da terra. A razão é óbvia: o Norte ainda não foi invadido como está sendo o Sul de dia em dia pelo estrangeiro (TÁVORA, 1973, p.27).

O prefácio programático de *O Cabeleira* determina as diferenças fundamentais entre Norte e Sul, no que se refere às exuberâncias naturais e à genuinidade literária. Os escritores da Corte, alheios ao repertório das tradições populares do Norte, velhas conhecidas dos literatos do lugar, estariam impregnados pelas idéias do estrangeiro. Deste ponto de partida, Távora propõe como projeto literário autenticamente brasileiro, o que se voltar para a sua diletta região (RIBEIRO, 2008, p.5).

Senhora de engenho é a representação do mundo dos engenhos pernambucanos e traz, para a literatura nacional, os traços que representam, simbolicamente, a feição da região do açúcar e de seus tipos sociais. Em **Senhora de engenho**, vamos encontrar uma representação do Nordeste que, não obstante lacunar, em relação ao mundo do trabalho, se processa de forma precisa e detalhada quanto ao cenário físico, funcionando como abertura para uma prosa mais desenvolvida, que se efetivaria anos depois.

Texto de leitura fácil, **Senhora de engenho** não prima por trabalho mais acurado com a linguagem simbólica, centrando-se mais na transparência e referencialidade discursiva. **Senhora de engenho**, primeiro romance a acentuar o cotidiano de um engenho de açúcar traz ao público os costumes, a cor e a terra pernambucana.

Redigida no século XX, a narrativa **Senhora de engenho** é dividida em treze capítulos que seguem uma cronologia. O romance se inicia com o personagem Nestor, herdeiro do senhor de engenho em Pernambuco ainda criança, totalmente avesso a sua terra, ao nordeste e aos costumes locais. Sua adolescência e vida adulta ainda entusiasmada com a vida fútil e fácil no

Rio de Janeiro também seriam descritos em sequência. **Senhora de engenho** termina com a volta de Nestor a Tracunhaém, Pernambuco, totalmente transformado, saudosista e defensor dos valores regionais.

O primeiro capítulo apresenta os personagens que darão início à trama. Os costumes locais, as festividades e a religiosidade são temas que se apresentarão ao longo do romance, enfatizados e celebrados de forma contínua. A partida do personagem Nestor, filho do senhor do engenho ao Rio de Janeiro também é narrada com o contraste da vida rural e da citadina.

O segundo capítulo mostra a chegada de Nestor ao Rio de Janeiro e seu deslumbramento com a cidade. É nesse momento que o personagem saudosista Lúcio de Andrade, amigo à época e futuro cunhado de Nestor terá sua primeira participação na trama. Ainda neste capítulo, Nestor conhece seu futuro sogro, Dr. Anselmo que servirá de cicerone no Rio de Janeiro ao filho do senhor do engenho Águas Claras.

O terceiro e quarto capítulos de **Senhora de engenho** é reservado à política de favores existente no âmbito do funcionalismo público. À medida que se torna íntimo da família Anselmo, Nestor passa a perceber a vida mundana das noites cariocas com os festejos noturnos e com o adultério do Dr. Anselmo. A família carioca colocada no romance para servir de apoio à contrução do personagem Nestor se diferenciara da nordestina, lar do protagonista. No quarto capítulo, prevemos a possibilidade do casamento de Nestor com Hortênsia.

É no quinto capítulo que a narrativa começa a tomar novos rumos. Se os quatro primeiros capítulos tratam da primeira fase do protagonista e herdeiro do Engenho Águas Claras que é inicialmente avesso ao campo e deslumbrado com o Rio de Janeiro é neste momento que o autor modifica a forma de agir e pensar de Nestor. A sua personalidade passa a sofrer modificações com o desejo súbito de rever sua terra e sua gente.

Já casado há seis anos com Hortênsia e oito que não revê Pernambuco, Nestor começa a questionar seu presente pautando-se na figura adúltera do Dr. Anselmo e na de sua esposa carioca avessa ao Nordeste que se diferencia de sua prima Maria da Betânia, nordestina e preferida dos leitores.

No sexto capítulo, Nestor consegue convencer sua mulher a partir ao Nordeste para ficar em Pernambuco até as bodas de seus pais, retomando o sentimento de nostalgia ao embarcarem de trem com destino ao engenho Águas Claras. Neste capítulo, Sette pinta o Nordeste na voz de Nestor que descreve durante a viagem férrea a paisagem local, com sua fauna e flora. A partir

deste capítulo, as personalidades de Nestor e Hortênsia passam a se contrapor. É a partir daqui que o leitor passará a identificar na figura de Maria da Betânia a possível nova esposa de Nestor.

É a partir do sétimo capítulo que a efetiva permanência de Nestor no engenho começa a ser percebida. Ao apostar com Hortênsia que continuaria a sentir a necessidade de ficar no engenho mesmo após os festejos das bodas, o herdeiro de Águas Claras se mostra mais entusiasmado com a estada em sua região, além de se identificar cada vez mais com sua prima Maria da Betânia.

A terra pernambucana floresce e dá seus frutos no oitavo capítulo de **Senhora de engenho**. Depois de seis longos anos de casada, Hortênsia engravida ao chegar ao Nordeste de Sette. O ambiente dos bangüês se tornaria um *locus* definitivo tendo um papel fundamental na narrativa. A gravidez de Hortênsia é a forma direta do autor Mário Sette em destacar a terra nordestina.

No nono capítulo o sentimento de Nestor cresce de forma contínua tanto pelo engenho quanto por Maria da Betânia fazendo-o questionar mais uma vez a escolha errada feita fora de sua terra. Os costumes e o papel da mulher nordestina *prendada* nos afazeres domésticos e nos bordados entram em contraste com os costumes femininos sulistas.

Ao demitir-se do funcionalismo público, Nestor assume seu papel de filho de senhor e oficializa sua função ao lado do pai. Nesse décimo capítulo, a personagem Hortênsia passa por uma contínua transformação. Sua presença no romance **Senhora de engenho** é vista a partir de dois dilemas: ou deixará Nestor com Betânia ou deverá morrer no romance. Nesse mesmo capítulo cresce a intimidade entre Maria da Betânia e Nestor.

A religiosidade do personagem Nestor, bem como seu amor à terra serão privilegiados em **Senhora de engenho**. Ao dar à luz a Yvone, Hortênsia é acometida por uma súbita febre. É neste momento que o leitor aguarda a união de Maria da Betânia, que já cuidava de Yvone de forma maternal, a Nestor.

No décimo segundo capítulo, Mário Sette mexeria novamente na trama de **Senhora de engenho**. Nestor não apareceria neste capítulo, pois este será o momento que Betânia e Hortênsia terão sua dualidade contestada. Tomando conhecimento do amor de Betânia por Nestor, o Pe. Elísio, seu tio, decide levar Betânia para longe do engenho Águas Claras, realizando, dessa maneira o desfecho idealizado por Mário Sette, cuja *senhora de engenho* seria o título dado a Hortênsia, à transformação do que é de fora na terra local.

A *botada*, o processo da moagem é evidenciado no último capítulo do romance. Hortênsia recebe de D. Inacinha o título de senhora de engenho. O leitor vê Betânia viajar para Gravatá e a irmã Clarisse, mais nova de Nestor, para Caruaru. O discurso de Nestor, acerca de sua terra e dos milagres proporcionados por esta, são destacados nas últimas linhas de **Senhora de engenho**, conforme se lê abaixo:

Nem pequeno, nem pobre, minha senhora. A nossa grandeza palpita nesses verdes mares dos canaviais, nessas baionetas cor de esperanças que em vez de levarem a dor e o crepe, adoçam as bocas, nutrem o sangue, dão vida; a nossa riqueza se cristaliza nos sossegados labores da casa de purgar... A nossa terra é grande e é rica! Tão grande que conquista os estranhos, tão rica que reparte o legado de sua fortuna. Aqui está um exemplo (SETTE, 1986, p. 140).

Senhora de engenho possui um enredo simples e segue um desfecho ambíguo. Em um primeiro momento temos Nestor que embarca para o Rio de Janeiro deixando em Águas Claras uma das personagens principais, sua prima Betânia que formará o triângulo amoroso na tessitura de Mário Sette.

Ao regressar, Nestor traz uma esposa do Rio de Janeiro e a transforma na verdadeira e única senhora de engenho quebrando toda uma sequência narrativa natural aos romances que trariam em sua escritura a união indissolúvel do casal de personagens que *sofreriam*, ao menos a protagonista, no início da trama.

A narrativa de Sette segue a regra verificada pelo professor da Universidade do Rio de Janeiro Roberto Reis, onde *a maioria dos romances brasileiros do período elege uma intriga amorosa como mola propulsora do enredo, em compasso com a estética romântica* (REIS, 1987, p.21).

O historiador Antonio Paulo Rezende conceberia o conjunto da obra de Mário Sette como *rica em revelações*. No “Prefácio” de **Mário Sette**: o retratista da palavra, Rezende elogiaria a narrativa *settiana*. Comparando-o ao sociólogo Gilberto Freyre, Rezende revelaria no autor de **Senhora de engenho** um escritor *não adepto da modernização*.

Em meio a esse discurso, Mário Sette tematizaria em suas narrativas uma *complexa relação entre o antigo e o moderno*, entre o progresso e o remoto, temática que predominaria, assim como o tema do universo dos engenhos, em seus escritos, conforme se afere da leitura do excerto abaixo:

A obra de Mário Sette é rica em revelações. É claro que toda linguagem é marcada pela ambigüidade, como já assinalaram tantos escritores, entre eles Calvino e Octávio Paz. O olhar de Sette é comprometido com sua visão de mundo, com seu tempo, com sua história. Não há preocupação em firmar uma fotografia definitiva do que era o Recife [...]. O Recife parece aprisionado por uma memória que teme sintomas com o progresso. **Como Gilberto Freyre, Sette não é adepto da modernização** (REZENDE, 2000, p.17-18 – **grifos nossos**).

Apreciado pelo professor emérito da Universidade de São Paulo, José Aderaldo Castello, no capítulo quarto “Antecedentes imediatos da criação literária de José Lins do Rego, da obra **José Lins do Rego: nordeste e modernismo**, como *o precursor imediato do regionalismo e tradicionalismo*, Sette precederia escritores consagrados como José Lins do Rêgo e José Américo de Almeida, com a publicação de **Senhora de engenho**, em 1921 e **O vigia da casa grande**, em 1924.

Nessa passagem, Castello notaria a recepção crítica da obra *settiana*, citando Freyre e Américo de Almeida como leitores das obras em questão. Castello destacaria ainda a temática desenvolvida pelo escritor pernambucano que se tornaria o pioneiro na tematização do ciclo-de-açúcar, conforme se lê abaixo:

Destacamos dois romances de Mário Sette [...]. Refletem acentuado amor da tradição, voltados preferencialmente para Recife, Olinda e engenhos de açúcar pernambucanos. Admitimos que Gilberto Freyre, José Lins do Rego e José Américo de Almeida, a quem ele dedica um de seus livros, o tenham lido com alguma preferência. **Mas aqui ressaltamos apenas os romances que, não temos dúvida, situam Mário Sette na posição de precursor imediato do regionalismo e tradicionalismo do grupo do Recife, em particular do ciclo-de-açúcar** (CASTELLO, 2001, p.53 – **grifos nossos**).

Contemporâneo de Gilberto Freyre e de José Lins do Rego, o escritor Mário Sette seria aclamado pelo seu pioneirismo literário ao tematizar o mundo açucareiro. Entretanto, *qualitativamente* estaria *sujeito a restrições*. Todavia, ao se preocupar em defender a tradição e focalizar o regionalismo, o pioneirismo do pernambucano Sette se sobreporia à qualidade de sua obra, conforme se lê abaixo:

Se qualitativamente o escritor Mário Sette, está sujeito a restrições, é certo que se coloca na posição de precursor incontestável da representação ficcional da sociedade do Nordeste açucareiro tradicional de fins do século XIX para as duas primeiras décadas do seguinte. É portador de sugestões claras de reforma agrária. Contemporâneo de Gilberto Freyre e de José Lins do Rego, surgiu um pouco antes deles já preocupado com a defesa da tradição e o enfoque regionalista, conforme

procedimentos do grupo de Recife pelos anos vinte (CASTELLO, 2001, p. 56 – **grifos nossos**).

Dessa maneira, ao se comprometer com a tradição e sua região, Mário Sette seria aclamado por Gilberto Freyre como *pernambucaníssimo*. Em uma nota intitulada “Meus caros admiradores de Bandeira e Sette” encontrada nas miscelâneas do filho de Sette, Hilton Sette, o sociólogo reconheceria em Mário Sette um pernambucano amante das coisas e das pessoas da terra, conforme se apreende da leitura abaixo:

Ao regressar do estrangeiro, onde passara a adolescência, meu primeiro artigo de jornal foi sobre Mário Sette. Sobre sua, para mim, pernambucanidade. Sua absoluta doçura no modo de falar, de escrever, de cantar, o que fosse, que estória, quer história de Pernambuco. Quem mais pernambucano na sua maneira de ser escritor? Primos, esse parentesco me enternecia. Tanto que, nesse artigo, andei querendo dele um pouco de espírito crítico no trato do seu e meu Pernambuco. Queria o impossível. Pernambuco foi para ele um assunto quase que religioso. Sagrado. Insinuar que falasse de Pernambuco com espírito crítico era o mesmo que renegasse sua origem. **Não foi só um pernambucano: foi um pernambucaníssimo** (FREYRE apud ALMEIDA, 2000, p.218-219 – **grifos nossos**).

Em meio a esse discurso, o ensaísta Neroaldo Pontes de Azevedo, no subtópico “A contribuição de Mário Sette”, na obra **Modernismo e regionalismo: os anos 20 em Pernambuco**, reconheceria a contribuição do escritor de **Senhora de engenho** para *a retomada do regionalismo e do tradicionalismo*.

Não obstante, Neroaldo Pontes de Azevedo ressaltaria a simplicidade da escritura *settiana*. Cotejando-a com narrativas de José Lins do Rego e Graciliano Ramos, Azevedo enfatizaria a qualidade menor de **Senhora de engenho**, em contraponto com **Fogo morto**, do paraibano Lins do Rego e obras do alagoano Graciliano Ramos:

Mário Sette continuará produzindo, estando a sua obra a merecer estudo que avalie os seus méritos e limites. Mas o que deve ser registrado, no momento, é que a obra do autor de **Senhora de engenho** contribuiu, no início da década de 20, para a retomada do regionalismo e do tradicionalismo, embora se saiba que será preciso esperar um José Lins do Rego de **Fogo morto** ou uma obra como a de Graciliano Ramos, para que se veja superada, por um tratamento crítico, a visão, no mínimo ingênua, da realidade nordestina, presente na obra de Mário Sette (AZEVEDO, 1996, p. 109).

Ligado ao contexto dos anos Vinte, marcado pela busca de uma literatura voltada para a cor local, Mario Sette escreve sua obra modernista, demonstrando uma profunda intimidade com

o universo açucareiro, conseguindo corresponder, como afirmaria Neroaldo Pontes de Azevedo, *ao anseio de se fazer uma literatura de cunho regional*, abaixo:

A obra que Mário Sette vinha realizando correspondia ao anseio de se fazer uma literatura de cunho regional [...]. O enredo é simples, servindo ao realce da paisagem e dos tipos em que avulta a cor local. A narrativa deixa visível a intenção do autor de estabelecer um confronto entre o mundo rural e a cidade grande, ou, em outras palavras, entre o ambiente marcado pelo zelo da tradição e aquele caracterizado pelo desejo de mudança, pelo progresso (AZEVEDO, 1996, p. 105-106 – **grifos nossos**).

Acolhida com alegria por Gilberto Freyre, a obra de Mário Sette seria apreciada pelo sociólogo pernambucano como *uma resposta, não sei se deliberada, ao apelo do Sr. Oliveira Lima [...] a favor de romances de regional*, conforme ressalta Neroaldo Pontes de Azevedo, em seu texto crítico, **Modernismo e regionalismo: os anos Vinte em Pernambuco** (AZEVEDO, 1996, p. 103-104).

Em sua primeira leitura de **Senhora de engenho**, Gilberto Freyre elogiaria o talento de Mário Sette como paisagista, revelado pela excelência da descrição das terras pernambucasas. Não obstante o elogio e o bom acolhimento, Freyre faz alguns reparos à obra de Mário Sette, mais particularmente quanto ao otimismo em face da realidade nordestina que, ingenuamente, permeia a obra e quanto à dicção dos personagens, considerada artificial, como se afere:

A linguagem dos personagens soa aos meus ouvidos artificial. Essa gente de interior coloca admiravelmente bem os pronomes, pronuncia admiravelmente bem as palavras e fala às vezes com uma pompa que contraria o seu caráter simples ou simplório (FREYRE apud AZEVEDO, 1996, p. 107-108).

Para o sociólogo pernambucano, há expressões formais submetidas invariavelmente, até nas formas de tratamento. Entretanto, o que Gilberto Freyre não deve ter percebido fora a inserção de palavras do cotidiano do homem do campo: _ “*vem mesmo desta vez, **seu coroné?** Que correnteza a minha de vê aquele capeta que vivia **dependurado nestes pé de mato***” (SETTE, 1986, p.52 – **grifos nossos**).

Em 1952, em seu livro **Manifesto Regionalista de 1926**, escrito e publicado, obra idealizada já na década de 20, durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Regionalismo, realizado no Recife, Gilberto Freyre se alargaria na saudação à escritura de Mário Sette,

considerando-o como um *homem de letras empenhado na defesa dos valores históricos vendo-a como um movimento de reabilitação*.

Despertando um expressivo interesse, tanto em Pernambuco quanto fora do espaço nordestino, Mário Sette seria encarado por Joaquim Inojosa como *o precursor do modernismo literário ora despertado em Recife*, conforme se vê em seu artigo, “Renascimento literário”, publicado pelo **Jornal União**, da Paraíba, nos dias 13 e 14 de agosto de 1921. Extrapolando o contexto nordestino, a obra de Mário Sette também seria saudada por escritores do Sul, a exemplo de Monteiro Lobato que, em resenha na **Revista do Brasil** (abril de 1921), consideraria Mário Sette como *um verdadeiro romancista*.

Numa mirada diferenciada, atenta ao zelo à moralidade, Tristão de Ataíde, em crítica publicada em **O Jornal**, do Rio de Janeiro, e transcrita na **Revista do Brasil**, em junho de 1921, vê em **Senhora de Engenho** um *livro de literatura sadia*, antevendo na tessitura romanesca de Mário Sette a promessa de um bom romancista:

[**Senhora de engenho**] é um livro de literatura sadia, um pouco frouxo de ação e superficial de tipos, mas respirando uma grande emoção sincera, escrito em geral numa linguagem de verdadeira naturalidade e frescura, sem retórica ou afetação, e prometendo no Sr. Mário Sette um bom romancista (ATAÍDE APUD AZEVEDO, 1996, p.108).

Como quer que seja, se a promessa, antevista por Tristão de Ataíde, não se cumpriu. Não se pode, contudo, negar a Mario Sette, o reconhecimento de sua grande contribuição para o ressurgimento do romance regionalista nordestino, cuja gênese reside na escritura de Franklin Távora, notadamente em sua prosa, **O cabeleira**, de 1876.

Nessa compreensão, nos voltamos para a obra de Mário Sette reavaliando o seu pioneirismo literário, a sua contribuição inicial para o Modernismo Brasileiro e, mais particularmente, para a formação do Romance de Trinta que, segundo Antonio Candido, representa um dos veios mais importantes e duradouros de nossa literatura:

O caso do Brasil é talvez peculiar, pois aqui o regionalismo inicial, que principia com o Romantismo, antes dos outros países, nunca produziu obras consideradas de primeiro plano [...]. De tal modo que só a partir mais ou menos de 1930, numa segunda fase que estamos tentando caracterizar, as tendências regionalistas, já sublimadas e como transfiguradas pelo realismo social, atingiram o nível das obras significativas, quando em outros países, sobretudo na Argentina, Uruguai, Chile, já estavam sendo postas de lado (CANDIDO, 1987, p.161).

Apesar do otimismo e da artificialidade da linguagem dos personagens, aspectos comprometedores da obra de Mário Sette, como assinalara, inicialmente, Gilberto Freyre, a leitura de **Senhora de Engenho** nos revela a profunda intimidade de seu autor com o ambiente do engenho. Numa linguagem ricamente descritiva do mundo do açúcar, Mário Sette anteciparia as coordenadas estéticas do Romance de Trinta, vertente nordestina do Modernismo brasileiro.

A ostensiva presença, em sua narrativa, da cor local, ou seja, do ambiente nordestino das grandes plantações de cana e dos bangüês, torná-lo-ia – a exemplo do poeta, pintor e artista gráfico pernambucano, Vicente do Rego Monteiro que, antecipando-se ao grupo de São Paulo apresenta, plasticamente, o seu **Antropófago** em 1921 – precursor do nosso Modernismo.

Numa mirada marcada pelo desejo de revisão e reatualização da obra precursora do Modernismo no Brasil, nos voltaremos para a leitura de **Senhora de engenho** numa perspectiva que possibilite o cotejo com **Cultura e opulência do Brasil** que nos possibilite ver, no literário, os traços sociais que informam a feição regionalista de Mário Sette e as suas configurações do espaço regional.

Não obstante as diferenças de contexto histórico e literário que separam as narrativas de Antonil e de Mário Sete, a leitura ora realizada aponta para similaridades expressivas, para além da temática compartilhada reforçando a perspectiva de Antonio Candido acerca de nossa literatura como sistemas como atestam as obras escolhidas para análise.

Nessa compreensão, efetuaremos essa primeira leitura de **Senhora de engenho**, com vista a um cotejo entre **Cultura e opulência do Brasil**, observando como as duas narrativas, a primeira redigida no século XVIII e a segunda nos inícios do século XX, igualmente, se voltam para o universo dos engenhos, numa perspectiva acentuadamente identitária, mostrando que a temática dos engenhos se faz presente em todo o percurso da literatura brasileira.

No século XX, dois séculos depois do livro de Antonil, surge a tessitura romanesca do pernambucano Mário Sette, **Senhora de engenho**. Nesse ressurgimento, a representação do mundo do engenho retomaria o postulado de Távora, que tinha a região como nação, como mencionaria Antonio Candido (1993).

Obra que *correspondia ao anseio de se fazer literatura de cunho regional*, livro de *literatura sadia* e que contribuiria para a *retomada do regionalismo e do tradicionalismo*, **Senhora de engenho** procederia a Antonil ao noticiar o mundo dos bangüês. Todavia, Sette elaboraria seu romance com o intuito de evidenciar a terra pernambucana. Ao contrário de

Antonil, Sette se alargaria na descrição do processo de produção açucareira intrinsicamente ligada à riqueza da terra nordestina. O açúcar, produto de prestígio para o italiano, serviria de pano de fundo para Sette.

Senhora de engenho é a representação do mundo dos engenhos pernambucanos, em especial nesta narrativa, o mundo de Águas Claras, em Tracunhaém. Não obstante, o regime patriarcalista seria evidenciado nessa tessitura retratado pelas figuras do *caridoso* Coronel Casusa e de sua *bondosa senhora*, D. Inacinha.

- Até nisso a nossa terra é boa: a freguesia do cemitério não cresce muito. Morreu o Matias da venda, aquele que tinha um braço cortado, na Guerra, em Lomas Valentinas. A viúva só não morreu de fome por eu [Coronel Casusa] ter dado uma casa de morada e um emprego ao filho: é o meu “mestre purgador” (SETTE, 1986, p. 65).

- De manhã é um aferventado de coisas... Repare: aquela meninada vem buscar leite. No pátio, um punhado de crianças, filhas dos moradores, trazia vasilhames para encher de leite, sobras das vacas, dado, caritativamente, pela bondosa senhora. (SETTE, 1986, p.70).

O senhor de engenho, *homem de que todos devem obediência*, encontrado em Antonil, não é descrito em **Senhora de engenho** com sua autoridade patriarcal, possuidor de muitos escravos, sádico e volvido ao lucro do açúcar. O Coronel Casusa, dono do engenho de Águas Claras vê em sua terra o local ideal para seus filhos crescerem e casarem-se.

A terra, o engenho para o Coronel Casusa nada mais é que a região de prosperidade para a felicidade de sua família e dos trabalhadores que vivem na região. D. Inacinha, seria a *senhora caridosa*, mulher do senhor de engenho que ao seu lado contribuiria para o progresso do engenho. Conforme discurso de Magdalena Almeida, o casal de Tracunhaém seria a *harmonia personificada*:

Os donos do engenho, Coronel Casusa e D. Inacinha, são a harmonia personificada, enquanto um é o senhor da terra, o patriarca, benfeitor de uma população de trabalhadores, a outra é a caridosa senhora preocupada com o destino das crianças, suas afilhadas e das mães, suas comadres (ALMEIDA, 2000, p.91-92 – **grifos nossos**).

Não há brigas ou conflitos na relação senhor de engenho/serviçais, bem como necessidade de mudanças nas condições dos subalternos. Tudo permanece correto por estar no

local correto. Diferente do que ocorre em **Cultura e opulência do Brasil**, no romance de Sette a presença negra não é um fator inerente ao engenho que funcionaria como peças para a obtenção do lucro. Aqui, os escravos permanecem para evidenciar o mundo dos engenhos, de acordo com a leitura de Magdalena Almeida:

Serviçais e patrões são colocados em um mesmo patamar, as intenções dos patrões parecem ser sempre compreendidas e não existe momento em que transpareça algum conflito de classe; quando eles surgem, são colocados como se alguma injustiça social fosse constatada e bastasse um breve reclamo, para que o conflito fosse sanado, sem maiores constrangimentos ou preocupações; não há realmente, qualquer preocupação com a possibilidade de mudança na condição socioeconômica dos personagens: tudo está onde deveria estar (ALMEIDA, 2000, p.93).

Em **Senhora de engenho** não há mais a presença da escravidão negra. Os negros existentes servem ao seu senhor, já não como escravos, mas *criados*. Não há menção algum de maus tratos senão de tempos de outrora no tempo da narrativa. Os escravos/criados estarão dentro da narrativa romanesca apenas como parte intrínseca ao engenho.

No romance *settiano* não há mais uma pirâmide social contemplada a partir do corpo humano. O senhor de engenho, neste romance não mais reificado é unicamente o dono do engenho que possui alguns *criados* ou *auxiliares* ao seu dispor que aparecem na narrativa de forma a receber ordens dos senhores, conforme Sette:

E, levantando-se, saiu para o engenho, enquanto d. Inacinha, previdente, **chamando as mucamas**, cuidou logo de aprestar o “quarto da frente”, para os viajantes [...] Mais tarde, Hortênsia pretestando fadiga, pediu permissão para recolher-se: no quarto, **Quitéria lhe trouxe**, numa bandeja, um copo de leite morno e bolachinhas de sal [...] Chamaram para a refeição. **Quitéria, luzida num vestido branco**, esperava, na porta da copa, **a ordem** de trazer o cozido [...] Conceição **mandara o criado colher outras**, num panacum, e já prometera um cento para que a cunhada as mandasse aos pais (SETTE, 1986, p.54;68; 74; 76 – **grifos nossos**).

Em **Senhora de engenho**, encontraremos uma representação do Nordeste que, não obstante lacunar, em relação ao mundo do trabalho, se processa de forma precisa e detalhada quanto ao cenário físico, funcionando como abertura para uma prosa mais desenvolvida, que se efetivaria anos depois.

Ligado ao contexto dos anos Vinte, marcado pela busca de uma literatura voltada para a cor local, Mario Sette escreve sua obra modernista, demonstrando uma profunda intimidade com o universo açucareiro. Nessa intimidade, terminaria por desvelar o mundo religioso do Nordeste,

cuja Casa-grande substituiria a Igreja permanecendo na narrativa de Sette uma escritura discursiva religiosa e econômica. Já nas primeiras linhas do romance observamos a presença do mundo sagrado:

Querendo amanhecer, riscas douradas no nascente, estrelas esmaecidas no céu, o sino da matriz de Tracunhaém, sacudido sonoramente, punha desperto o povoado, num sorriso de festa, por ser o último domingo do mês mariano. No largo pátio, tapizado de folhas de canela, muito cheirosas, bandeiras de ganga, desbotadas, balouçando-se em cordéis, agrupavam-se devotos madrugadores, ciosos de obter um canto favorável da igreja, donde ouvissem a missa, os cânticos banhados de doçura das moças e o sermão do padre Joaquim, pároco em Nazaré, que falava tão bem do “povo chorar” (SETTE, 1986, p.13).

Claramente caracterizado pela ativa ação e presença da mulher, o universo do sagrado *marianista* não é encontrado em **Cultura e opulência do Brasil**. A religião para Antonil seria recomendada como inerente ao bom funcionamento do engenho, onde o capelão deveria se fazer presente na benção da *botada* nos engenhos. Essa benção também seria contemplada por Sette em seu romance, de acordo com as passagens abaixo:

No dia em que se bota cana a moer, se o senhor do engenho não convidar ao vigário, o capelão benzerá o engenho e pedirá a Deus que dê bom rendimento, e livre aos que nêle trabalham de todo desastre. E quando, no fim da safra, o engenho pejar, procurará que todos dêem a Deus as graças na capela (ANTONIL, 1967, p. 150).

Três longos apitos encheram os ares. Todos afluíram à “casa da moagem”. Nos “picadeiros”, carros, enguirlandados, despejavam feixes de canas cheirosas. O sacerdote, paramentado, recitava as orações votives, benzerá o recinto, aspergindo água-benta, enquanto d. Inacinha entregava à nora, num gesto maternal, vistosa caiana, encimada por laços de fita. Trabalhadores a postos, Hortênsia, visivelmente envaidecida, subira os degraus da moenda, depondo a gramínea nos tambores que enterodaram, esmagando, escorrendo o caldo turvo, gomoso, caminho do parol [...] For a, a capelinha repicando, foguetes estourando (SETTE, 1986, p. 137).

A presença do Pe. Elísio na tessitura de Mário Sette vem confirmar a recomendação de Antonil, pois no romance pernambucano, o eclesiástico abençoa a cana no Engenho Águas Claras. Consoante a leitura de **Senhora de engenho**, observamos, através do discurso literário nordestino, em especial dos romances elaborados nos inícios do século XX, os traços da religiosidade atribuída à mulher, inicialmente à senhora de engenho, o papel de guardiã e transmissora do sagrado entre nós, acostado à perspectiva de que a divulgação e a dilatação da fé, no mundo açucareiro do Nordeste, se deveram mais à família patriarcal, do que a própria instituição eclesiástica, então distante da vida do povo, seja pela insuficiência numérica de seus

clérigos, seja pelos perigos e custos que representavam as viagens aos longínquos engenhos e fazendas, como assegura Eduardo Hoornaert (1979).

Desse contexto histórico-ideológico, deriva uma representação do feminino nordestino em nossa literatura, notadamente marcada pelos traços do imaginário da sociedade patriarcal. Desse imaginário, posto em circulação pelas antigas “nobrezas” luso-brasileiras, sobressaem os traços de religiosidade, ou do “marianismo”. Nesse sentido, a mulher é representada ora como anjo de candura, ora como demônio, ora como mártir que padece pelo amor à família, numa estreita ligação com a imagem de Nossa Senhora, a *mater dolorosa*, conforme se lê na obra de Mario Sette, quando de sua configuração das personagens D Inacinha; Maria da Betânia e Hortênsia, conforme vemos:

[Maria da Betânia] É uma menina muito sisuda, calma, despida de vaidades. Eu a vi, ano passado, quando estive em Garanhuns, com o senhor Bispo. Penso que não nos dará trabalhos [...]. Por meu gosto, Nestor teria escolhido noiva na sua terra, uma moça simples, uma flor destes matos, singela, bonita, assim como você, minha filha... (SETTE, 1986, p. 17;56).

[D. Inacinha] A mãe, tão piedosa, tão protetora da matriz! (SETTE, 1986, p.19).

[Hortênsia] Hortênsia pode ser uma mulher carinhosa, mas estranha à nossa gente, aos nossos costumes, difícil de se acostumar conosco. Será sempre uma planta de enxerto... (SETTE, 1986, p.56).

Pela sua condição de subalternidade à ordem patriarcal, a mulher nordestina, a mulher do engenho tem sido representada em íntimo conúbio com a terra, como verificamos em Sette. Assumindo, geralmente, os papéis delegados pelo olhar masculino, elas são situadas no mundo privado, ligadas diretamente à Igreja ou confinadas à vida doméstica, orientadas para a organização da casa, para a criação dos filhos, facilitadoras, assim, da vida dos entes familiares, em especial a dos maridos e da prole, conforme ressalta o crítico Eduardo Hoornaert:

Sem dúvida uma das razões principais estava na própria concepção de vida religiosa feminina que perdurava na época. Esse conceito estava por sua vez intimamente ligado à própria concepção de vida da mulher. No conceito do antigo regime a mulher ocupava uma posição bastante inferior: como esposa era considerada propriedade do marido, e vivia inteiramente submissa a seu domínio. Devia viver dentro de casa, dedicada aos cuidados dos filhos e aos afazeres domésticos (HOORNAERT, 1979, p.223).

Voltando ao romance de Mário Sette, notamos que os traços dessa religiosidade, que atribui à mulher o papel de guardiã e transmissora do sagrado, se encontram espalhados por toda a narrativa. Dialogando com o contexto cultural, Mario Sette elabora uma imagem da senhora de engenho, Dona Inacinha, mãe do protagonista e herdeiro do Engenho Águas Claras, Nestor, como representação máxima do marianismo, conforme aval do Pe. Elísio: *E, no entanto, merecia que os filhos vivessem de joelhos diante dela!* (SETTE, 1986, p.14).

Culto voltado especificamente para Nossa Senhora, o marianismo é uma das expressões religiosas, de base popular, mais importante no nordeste brasileiro. Essa veneração à Maria pode ser demonstrada tanto pelas inúmeras igrejas das quais é padroeira, como também pela caracterização da virgindade e da maternidade femininas como sagradas. Apesar de ter se tornado uma crença popular o marianismo traz em si a feição da sociedade patriarcal, como afirma Eduardo Hoornaert:

Nos engenhos a imagem de Nossa Senhora adquiriu as características patriarcais do ambiente: ela se tornou aristocrática, ricamente vestida com véu de ouro, branca como a senhora branca da casa grande, imponente e bondosa, maternal [...] Neste mundo familiar, feito de bondade paternal a partir da casa grande e de submissão “penosa” a partir da senzala, a imagem de Maria é poderosa, imprime respeito e admiração, conforme reza um “bendito” da região do rio São Francisco (HOORNAERT, 1979, p.348).

Fenômeno oriundo, portanto, de nossa sociedade patriarcal, o culto a Maria se desenvolveu em um contexto carente de clérigos. Não é demais lembrar que quando os jesuítas vieram para o Brasil, com a missão de catequese, se depararam com uma população superior ao esperado e um território maior em extensão que o previsto.

Com o passar dos séculos, chegando à década representada por Mário Sette, a escassez de padres era notória. Graças a essa escassez, a mulher de engenho se torna a nova missionária, a nova apóstola que centralizará seu sentimento religioso na figura de Maria. Essa devoção à mãe de Jesus, com suas variações, se desenvolverá rápida e fortemente nos anos 50, com a vinda, de Portugal, da imagem de Nossa Senhora de Fátima, embora tenha sido iniciada desde a colonização, alcançando os séculos seguintes chegando, finalmente, aos nossos dias como bem demonstra Mario Sette, nos inícios do século passado.

Desse contexto religioso derivam as várias personagens femininas de Sette, especialmente D. Inacinha, sucedânea segundo o Pe. Elísio da própria Nossa Senhora. A

positividade que cerca a casa patriarcal envolverá D.Inacinha e Maria da Betânia, jovem órfã, sobrinha de D. Inacinha e também devota de Nossa Senhora. Órfã desde menina, Betânia se caracteriza pela formação religiosa que, de certa forma, a distancia do mundano: *Betânia é muito fora dessas coisas. No sertão, distraía-se tomando conta duma aula, no colégio das freiras; ensinava costuras, bordados* (SETTE, 1986, p 17).

Preparando as novas gerações, dentro do espírito patriarcal, Maria da Betânia ajuda a tecer o destino feminino no Nordeste. Sua prática educacional se limita a reforçar o espaço doméstico e privado como *locus* privilegiado da mulher. Dessa forma, Maria da Betânia funciona, na narrativa, como elemento de endosso da perspectiva senhorial de Mario Sette, enquanto nos informa do acolhimento positivo, da própria mulher, às idéias e preceitos senhoriais, como destaca o Pe. José Oscar Beozzo:

As mulheres acolhem positivamente o conjunto de mensagens, doutrinas e propostas da Igreja, digerindo-as, porém, à sua maneira e retransmitindo-as sob novas luzes, enfoques e acentuações, numa perspectiva própria da mulher, de sua sensibilidade, inteligência, amorosidade e cuidado (BEOZZO apud ZANLOCHI, 2001, p. 10).

Destinada tão somente ao espaço do privado, as mulheres de Sette se aproximam de outras personagens femininas do Romance de Trinta. Em Jorge Amado, por exemplo, vamos encontrar as mesmas mulheres devotas e o mesmo espaço delimitado ao feminino, não obstante a naturalização de algumas personagens femininas, como Gabriela. Assim, o narrador de **Gabriela cravo & canela** (1986), anuncia na primeira página de sua narrativa que a Igreja é o lugar das fêmeas da família patriarcal:

O seu rico andor bordado de ouro, levavam-no sobre os ombros orgulhosos os cidadãos mais notáveis, os maiores fazendeiros, vestidos com a bata vermelha da confraria, e não é pouco dizer, pois **os coronéis do cacau não primavam pela religiosidade, não freqüentavam igrejas, rebeldes à missa e à confissão, deixando essas fraquezas para as fêmeas da família: - Isso de Igreja é coisa para mulheres** (AMADO, 1986, p.15 – **grifos nossos**).

A leitura da obra atesta a profunda intimidade entre Mário Sette e o contexto religioso do Nordeste. Ao tematizar o perfil de religiosidade da mulher nordestina, o escritor pernambucano, numa linguagem perpassada pelo sotaque da região, constrói um quadro singelo da mulher em sua narrativa, posto que confinada às expectativas e à voz dos senhores do mundo açucareiro do nordeste.

Nesse caminho, a análise das configurações da mulher em Mário Sette contribuiu para o nosso estudo da obra desse escritor pernambucano. A escolha desse gesto de leitura se justifica em face da curiosa constatação de que a obra de Mário Sette é a única da qual se tem notícias de que o leitor questiona, publicamente, o destino romanesco dos personagens, como o faz o compositor e instrumentista pernambucano, Lourenço da Fonseca Barbosa, notoriamente conhecido como Capiba.

Encarregado, em 1943, pelo diretor do Teatro dos Bancários, Hermógenes Viana, a compor o texto musical da peça, **Senhora de engenho**, Capiba escreveria **Maria Betânia**, num claro descompasso com o destino que Mario Sette lhe reservara. Dois anos depois, alcançando um enorme sucesso de público, Nelson Gonçalves grava a música **Maria Betânia**, divulgando, nacionalmente, o desacordo de Capiba com a trama romanesca de Sette, como se pode aferir:

Maria Betânia tu és para mim a senhora do engenho/ em sonhos te vejo/Maria Betânia és tudo que tenho/quanta tristeza/sinto no peito/só em pensar/que o meu sonho está desfeito/Maria Betânia tu lembras ainda daquele São João/as minhas palavras caíram bem dentro do teu coração/tu me olhavas/com emoção/e eu sem querer/pus minha mão em tua mão/Maria Betânia tu sentes saudades de tudo, bem sei/porém também sinto saudade do beijo que nunca te dei/beijo que vive/com esplendor/nos lábios meus/para aumentar minha dor/Maria Betânia eu nunca pensei acabar tudo assim/Maria Betânia por Deus eu te peço tem pena de mim/hoje confesso/com dissabor/que não sabia/Nem conhecia o amor/ (Disponível em: <<http://capiba.lettras.terra.com.br/letras/272227/>>)

As personagens que irão contribuir para o desenrolar da trama vão aparecendo aos poucos como Maria da Betânia e Nestor, casal inicialmente formado e a carioca Hortênsia que se apresenta e ganha espaço na narrativa como preferida apenas no final do romance. A dualidade vivida por Maria da Betânia, oriunda do Norte e Hortênsia do Sul é retratada pelas diferenças de suas origens. É neste contraponto, nesta contenda que encontraremos a paisagem dos bangüês pintada por Sette como a de maior importância na trama.

Há uma oposição entre esses dois mundos dentro da narrativa *settiana*, quando do elogio da vida campestre em detrimento da cidade grande. Esta representação não é encontrada em Antonil, uma vez que o objetivo do padre italiano é descrever toda uma região que serve de abrigo para a produção de algo maior, o açúcar.

Ao tratar de sua *terra*, o escritor pernambucano utiliza-se de um constante maniqueísmo quando de seu louvor à região nordestina. É na voz de D. Inacinha que iremos reiterar essa

afirmação: *Quer se apanhar no Rio, naquela terra cheia de tentações, de pecados* (SETTE, 1986, p.15). Em **Mário Sette**: o retratista da palavra, Magdalena Almeida confirma a voz da matriarca de Águas Claras:

Alias, a tradição é colocada em **Senhora de engenho** através do seu caráter mais conservador no sentido de preservar sentimentos relativos ao passado, valorizando a terra, como um bem insubstituível e a herança familiar de valores comportamentais, como o bem maior a ser perpetuado [...]. O campo é colocado por Mário Sette como o local onde os ideais se concretizam, a ponto de a esterilidade do casal Nestor e Hortênsia ser transformada numa gravidez a partir de sua estada no engenho da família (ALMEIDA, 2000, p.92-93).

Nessa orientação, inferimos que apesar de ambos os escritores, Antonil e Sette, buscarem privilegiar o *locus* nordestino, enfatizando sua importância na economia brasileira, sua beleza e sua abundância, eles não deixam de seguir orientações opostas quando no objetivo da exaltação desta *terra*: a representação do mundo dos engenhos para o italiano Antonil se faz pela excelência da terra produtora do ouro branco, o açúcar, enquanto o escritor pernambucano põe em evidência a exaltação de uma identidade como inerente a este espaço regional.

Dessa maneira, na leitura de **Senhora de engenho**, como obra precursora da introdução dos valores e costumes regionalistas na literatura romanesca nos anos Vinte no Brasil, não podemos deixar de situar a concepção regionalista que esta traz consigo, uma vez que o regionalismo *se apresenta como um movimento de defesa dos valores de um seguimento da classe dominante brasileira que, ante a iminência de perda de seu espaço estabelece um front ideológico – o dos “regionalistas” – de reação contra as forças em vias de aprofundarem o controle de organização daquele espaço*, conforme afirma Sônia Lúcia Ramalho de Farias (2006, p.32-33).

A representação do espaço regional seria evidenciada a partir da caracterização da *terra*, conforme refletido acima, da gente que trabalha nessa região, bem como na descrição minuciosa da flora local, em Sette e das pessoas que compõem o cenário nordestino, ainda que escravos ou protagonistas de um romance. Os traços distintivos que irão tecer as duas narrativas, escritas em épocas diferentes, servem de apoio complementar à louvação do Nordeste açucareiro.

Enquanto **Cultura e opulência do Brasil** se utiliza de uma linguagem objetiva e prática, quando da descrição de como administrar e como deve funcionar o engenho, conforme observado nos capítulos iniciais desta obra do século XVIII, **Senhora de engenho**, por sua vez,

retrata, seguindo a estética romanesca toda a administração, funcionamento e descrição dos engenhos nordestinos como fatores inerentes ao bom andamento do enredo.

As etapas da produção do açúcar são descritas de forma a envolver os personagens e a terra pernambucana. Em **Senhora de engenho**, o escritor pernambucano Mário Sette delineia a produção açucareira moldando-a à vegetação e à descrição do ambiente dos bangues. Nesse momento, **Senhora de engenho** se une à **Cultura e opulência do Brasil** em um processo de complementação na zona canavieira nordestina. Dessa maneira, observamos os textos abaixo extraídos de **Senhora de engenho**:

O engenho, repousava no colo das montanhas alcatifadas de relva, uma pelúcia lustrosa que seduzia os corpos a rolares por ali, numa carícia. O cercado era extenso, com as suas devesas de sebes nativas, correndo pelo alto das colinas ou pelos baixios dar várzeas, num bebrum vegetal, as porteiras rústicas alcochetando as cercas, as matas coroavam, ao longe, as serras num recruzamento de árvores aprumadas, paus-d'arco, altaneiros de copas amareladas como bolas de ouro [...] Hortênsia e Maria da Betânia correram o engenho todo, começando pelos picadeiros cheios de rumas de cana. A moenda espremia nos “tambores” as caianas verde-claro, chiando, escorrendo o caldo gomoso, perfumado até o parol. Nas tachas, o mel fervia, engrossava, apurando aos olhos sutis dos “caldereiros” que o baldeavam, limpando a burra, manejando escumadeiras, ao tempo em que o “mestre de açúcar”, na “tacha de boca”, verificava o ponto de meladura, ordenando que a vazassem nas “batedeiras”, para esfriar. Na “casa de purgar” era a faina de meter o mel nas formas, alinhadas num salão retangular, sobre os “furos” — orifícios em tábuas transversais por onde, na cristalização, pingava o “mel de fura”. Das “formas” que continham “pães” já prontos, Hortênsia tirava torrões, saboreando-os. Depois da visita à destilação, às secadeiras, ao ensacamento, à “casa do bagaço”, tornaram as duas à casa-grande, passando pelo pomar, encantando a carioca pelos frutos que amadureciam [...] Desde cedo, na “casa das caldeiras” o vapor soprava nos tubos, ensaiando o volante, rodando as bolandeiras, fumo espesso, encaracolado, ascendendo pelo boeiro caiado de novo. Trabalhadores se esmeravam nos últimos aprestos da limpeza, no “apontamento”, polindo metais varrendo a frente do engenho, endireitando os moirões de uma porteira, pondo arcos de folhagens nas entradas do cercado [...] ao longo das plantações, as foices dos cortadores golpeavam as canas maduras, em estalidos secos, rápidos, apartando as “bandeiras”; atrás, nas “esteiras”, mulheres e crianças atiravam feixes de dez, tarefa das suas “contas” (SETTE, 1986, p.69-70; 133).

O conhecimento preciso das técnicas e objetos moldados à produção açucareira encontrados em **Cultura e opulência do Brasil** também seriam observados na obra settiana, como percebemos acima. O ouro branco à época da elaboração de **Senhora de engenho** já não representava o maior lucro da economia brasileira. Para esse momento, observamos os excertos do romance **Senhora de engenho**, abaixo:

— a safra boa, meu pai?
 — regular. Poderia ser melhor se as chuvas não fossem em demasia. Nas várzeas as canas se estragaram um bocado. O açúcar sangrou bastante... todavia, vou pejar com os novecentos pães, talvez...
 — com o preço de agora!...
 — sempre serve... — rematou, rindo-se o velho. E a palestra se intensificou sobre a lavoura da cana, sobre as probabilidades de baixa das cotações na outra safra que prometia ser opulenta (SETTE, 1986, p.67).

Obra de grande prestígio à época de sua publicação, **Senhora de engenho**, do pernambucano Mário Sette se encontraria intimamente ligada à obra do jesuíta italiano Antonil, **Cultura e opulência do Brasil**. Funcionando como elemento de complementação, a obra *settiana* detalharia o processo de produção do açúcar, semelhante ao seu predecessor Antonil.

Entretanto, a paisagem da zona canavieira se tornaria protagonista no romance pernambucano, esquivando personagens da trama. O açúcar, produto de maior prestígio encontrado em **Cultura e opulência do Brasil** se tornaria em Sette produto secundário para evidenciar a terra nordestina. Em meio a esse contexto, inferimos que a tematização do universo dos engenhos reafirmaria a *continuidade literária*.

Longe de arrefecer, essa *continuidade* será percebida na tessitura **Coivara da memória**, de Francisco J. C. Dantas, publicada em 1991. Romance de estréia do escritor sergipano, seu enredo descreve a vida de um escrivo de Justiça acusado de assassinato. O personagem é preso e a partir daí tenta recuperar o tempo perdido no passado. Como pano de fundo o engenho, Dantas busca em seu texto destacar, assim como Mário Sette, a terra do Nordeste brasileiro. Nordestino nascido em 1941, em Riachão do Dantas, engenho de seu avô, Francisco Dantas tem ganhado destaque no meio literário, a exemplo do Prêmio Internacional União Latina de Literaturas Românicas, recebido na Itália em 2000 pelo conjunto de suas obras.

Coivara da memória tem sido recepcionada de forma significativa pela crítica literária, a exemplo do professor e ensaísta Benedito Nunes, citado pelo professor Antônio Donizeti Pires. Em seu artigo “Coivaras, palimpsestos & novas lavouras” (2005), Pires evidencia o neo-regionalismo crítico da tessitura, assim como sua inserção na literatura brasileira contemporânea. Pautando-se na figura crítica de Benedito Nunes, Pires põe em evidência destacando em sua fala acerca de **Coivara da memória** o *solo como chão regional* e o *solo literário* como os dois aspectos fundamentais no romance de Dantas:

Por conseguinte, Benedito Nunes chama a atenção para os dois aspectos fundamentais do romance: primeiro, “o lastro da cor local na linguagem, possibilitando situar as evocações do narrador nos marcos de uma região”, o que filiaria a obra ao regionalismo nordestino e a ligaria, intertextualmente, à **Bagaceira** de José Américo de Almeida e ao ciclo da cana-de-açúcar de José Lins do Rego, uma vez que a decadência de um engenho de açúcar em Sergipe é um dos temas centrais de **Coivara da memória** [...] Em suma, ainda conforme Benedito Nunes, dois são os eixos fundamentais de **Coivara da memória** “O solo como chão regional, como terra, suporte do patriarcalismo rural, do Nordeste, a que se liga pela lembrança o personagem- narrador, e o solo literário, de afloramento das muitas tradições ficcionais – do regionalismo ao mítico supra-regionalismo de Grande sertão: veredas” (PIRES, 2005, p.67-68).

No século XX, **Coivara da memória** garante a permanência do discurso do universo açucareiro comprovando o discurso de Antonio Candido referente à nossa *continuidade*. Dessa maneira, o romance publicado em 1991 comprova a primazia da valorização do Nordeste e da cultura da cana-de-açúcar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

COM AÇÚCAR, COM AFETO: O ENGENHO DE ANTONIL E MÁRIO SETTE

Três longos apitos encheram os ares. Todos afluíram à “casa da moagem”. Nos “picadeiros”, carros enguirlandados, despejavam feixes de canas cheirosos. [...] o motor barulhava, o volante tomava impulso, outras canas espremidas nos rodetes, facheadas, espumarentas, reencetavam a bela e grande faina agrícola, generosamente fecunda, perfumada e sadia, riqueza tradicional da terra bondosa, que a uns vira nascer e a outros acolhia no mesmo sorriso de amor (SETTE, 1986, p.137).

A temática do universo dos bangüês, inicialmente analisada em **Cultura e opulência do Brasil**, de 1711, seria retomada, no século XX, pelo pernambucano Mário Sette, precursor do modernismo no Nordeste e do Regionalismo nordestino do século XX. Nesse entendimento, buscamos delinear, a partir do exercício descritivo, a presença *inconteste* do mundo dos bangüês, que nasce a partir das crônicas com a construção do primeiro engenho no Brasil, perpassando o regionalismo da década de Vinte, com Sette.

O discurso do mundo dos engenhos permaneceria atualizado na publicação de **Senhora de engenho**, em 1921, de Mário Sette. Semelhante a Antonil, Mário Sette descreveria seu engenho delineando o processo de produção do açúcar, com suas etapas e custos. A alta ou a queda do ouro branco estaria ligada ao modo de escrever de seus autores. Escravos ou criados seriam presença inerente a ambas as narrativas. À medida que Antonil põe em evidência a transformação do açúcar em lucro para a Coroa Lusitana, Sette destaca a terra pernambucana, produto eleito para consumir a fartura e riqueza do nordeste brasileiro.

Se para Antonil o açúcar vem adoçar-lhe o lucro, para Sette a cor local é a que prevalecerá em seu canavial pernambucano. Com açúcar para Antonil e com afeto para Sette é a descrição do espaço regional nordestino. Ao transformar as riquezas do país em um mapa ricamente descritivo, Antonil elogiou as grandes empresas açucareiras que trouxeram lucro à Metrópole, não somente pela dedicação a essa temática com boa parte de seu livro, mas também pela maneira de se dirigir à cana; sujeito sofredor do martírio. Mário Sette, 210 anos exatos, reafirmaria a exaltação das grandes empresas açucareiras do período colonial; empresas ainda vigentes hodiernas.

Nessa compreensão, efetuamos a leitura de **Cultura e opulência do Brasil** e **Senhora de engenho** observando como as duas narrativas igualmente se voltam para o universo dos engenhos, numa perspectiva acentuadamente identitária mostrando que a temática dos engenhos se faz presente em toda a literatura brasileira.

Dessa maneira, enfocamos e destacamos os traços representativos, do mundo açucareiro do Brasil, que *informam* e *enformam* a narrativa **Senhora de engenho**. Não obstante, o açúcar de Antonil e o afeto de Mário Sette seriam ingredientes para a receita perfeita na produção do lucro e da exaltação da terra nordestina de dois Brasis: colonial e republicano.

REFERÊNCIAS

1. Literárias

ALMEIDA, José Américo. **A bagaceira**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1997.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**: com várias notícias curiosas do modo de fazer o açúcar, plantar e beneficiar o tabaco, tirar ouro das minas e descobrir as da prata e dos grandes emolumentos que esta conquista da América Meridional dá ao reino de Portugal com estes e outros gêneros e contratos reais. São Paulo: Nacional, 1967.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogos das grandezas do Brasil**. 3. ed. integral. Recife: Fundaj: Massangana, 1997.

CARDIM, F. **Tratados da terra e gente do Brasil** [1583]. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980. (Reconquista do Brasil; nova série, v. 13).

DANTAS, Francisco J. C. **Coivara da memória**. São Paulo: Estação Liberdade, 1991.

GANDAVO, P. de M. **Tratado da terra do Brasil** [1826]; **História da província Santa Cruz** [1576]. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980. (Reconquista do Brasil; nova série, v.10).

LÉRY, J. de. **Viagem à terra do Brasil** [1578]. Tradução e notas de Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980. (Reconquista do Brasil; nova série, v. 10).

MATOS, Gregório de. **Poemas satíricos**: texto integral. São Paulo: Martin Claret, 2003.

-----, **Poemas escolhidos**. São Paulo: Cultrix, [1997].

MELO NETO, João Cabral de. **Obra completa**: volume único. Marly de Oliveira (Org.). RJ: nova Aguilar, 1994.

RAMOS, Graciliano. **São Bernardo**. 49. ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.

SALVADOR, Frei Vicente do. **Historia do Brasil: 1500-1627**. Disponível em http://www.cchla.ufpb.br/pergaminho/1627_historia-frei_salvador.pdf Acesso em: 09 de setembro de 2008.

SETTE, Mário. **Senhora de engenho**. Recife: ASA Pernambuco, 1986.

-----, **Os azevedos do poço**. 2.ed. . Recife: FUNDARPE, 1985

-----, **Toque de recolher...** : três capítulos de um romance e crônicas. Recife: Estante da APL, 1957.

-----, **Todos cantam sua terra**. In: Separata da Revista da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Manoel da Nóbrega”. Out/dez. Tomo I, fascículos 3. e 4. Recife, 1948.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587** [1825]. 9. ed. rev. atual. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 2000.

TÁVORA, Franklin. **O cabeleira**. São Paulo: Três, 1973 (Coleção obras imortais da nossa literatura, v. 16).

-----, **O Matuto**: crônica pernambucana. Rio de Janeiro, 1929. Oficinas Graphics do “Jornal do Brasil”:

TEIXEIRA, Bento. **Prosopopéia**. 1601. Disponível em <http://www.cce.ufsc/~nupill/literatura/prosopopeia.html>. Acesso em: 09 de setembro de 2008.

VAREJÃO FILHO, Lucilo (Org.). **Mário Sette**: romances rurais. Recife: Editora do Organizador, 2005, v. 6 (Coleção velhos mestres do romance pernambucano).

-----, **Mário Sette**: romances urbanos do romance pernambucano.. Recife: Editora do Organizador, 2005, v.5 (Coleção velhos mestres).

VIEIRA, Antonio. **Sermões**: problemas sociais e políticos no Brasil. 10. ed. São Paulo: Cultrix, [1995?].

2. Crítico-teórico

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial**: 1500 a 1800. 7. ed. rev. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988. (Reconquista do Brasil. 2. série, v. 119).

-----, Introdução. In: GANDAVO, P. de M. **Tratado da terra do Brasil; História da província Santa Cruz**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980 (Reconquista do Brasil; nova série, v.10), p.13-18.

ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 3.ed. Recife, FJN; Massangana, São Paulo: Cortez, 2006.

ALMEIDA, José Maurício Gomes de. **A tradição regionalista no romance brasileiro** (1857-1945). Rio de Janeiro: TopBooks, 1999.

ALMEIDA, Lilian Pestre de. Os Filhos da cana. In: ARAGÃO, Maria Lúcia Poggi de; MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **América, ficção e utopias**. v. 1 Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1994, p.77-89.

ALMEIDA, Magdalena Maria de. **Mário Sette**: o retratista da palavra. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2000.

AMORA, Antonio Soares. Missionário dos Escravos. In: VIEIRA, Antonio. **Sermões**: problemas sociais e políticos no Brasil. 10. ed. São Paulo: Cultrix, [1995?], p.53-55.

ATAÍDE, Tristão de. **Revista do Brasil**. Jun/1921.

AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. **Modernismo e Regionalismo: os anos 20 em Pernambuco**. 2.ed. João Pessoa/ Recife: UFPB/ editora Universitária; UFPE/ Editora Universitária, 1996.

BARONAS, Roberto; GREGOLIN, Maria do Rosário (Orgs.). **Análise do discurso: as materialidades do sentido**. 2. ed. São Paulo: Claraluz, 2003.

BOSI, Alfredo. Do antigo Estado à máquina mercante. In: -----. **Dialética da colonização**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.94-118.

-----, Vieira ou a cruz da desigualdade. In: -----. **Dialética da colonização**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 119-148.

-----, Antonil ou as lágrimas da mercadoria. In: -----. **Dialética da colonização**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 140-175.

-----, **História concisa da literatura brasileira**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1980.

CAMPOS, Raymundo. **Grandezas do Brasil no tempo de Antonil (1681-1716)**. São Paulo: Atual, 1996.

CANABRAVA, Alice P. João Antonio Andreoni e sua obra. In: ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Com várias notícias curiosas do modo de fazer o açúcar, plantar e beneficiar o tabaco, tirar ouro das minas e descobrir as da prata e dos grandes emolumentos que esta conquista da América Meridional dá ao reino de Portugal com estes e outros gêneros e contratos reais. São Paulo: Nacional, 1967.

CANDIDO, Antonio. **O Romantismo no Brasil**. São Paulo: Humanitas; FFLCH/USP, 2002.

-----, A literatura e a formação do homem. In: -----, **Textos de intervenção**. São Paulo: Duas Cidades: 34, 2002, p. 77-92.

-----, **Iniciação à literatura brasileira: resumo para principiantes**. 3. ed. São Paulo: Edusp: Humanitas, 1999.

-----, O direito à literatura. In: **Vários escritos**. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995, p.21-49.

-----, **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. 7. ed. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Itatiaia, 1993, v. 1-2.

-----, Literatura e subdesenvolvimento; Literatura de dois gumes; A revolução de 1930 e a cultura. In: -----, **A educação pela noite & outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1989, p. 140-162; 163-180; 181-198.

-----, Literatura e cultura de 1900 a 1945. In: -----, **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária**. 7. ed. São Paulo: Nacional, 1985, p. 109-138.

----- et alli. A personagem do romance. In: -----, **A personagem da ficção**. São Paulo: Perspectiva, 1981, p.51-80..

CAPIBA, **Maria Betânia**. Disponível em: <http://capiba.lettras.terra.com.br/letras/272227>. Acesso em 30 de agosto de 2008.

CASTELLO, José Aderaldo. Antecedentes imediatos da criação literária de José Lins do Rego: A contribuição de Mário Sette; o ciclo da cana de açúcar; o ciclo do cangaço, misticismo e seca. In: -----, **José Lins do Rego: Nordeste e modernismo**. 2.ed. João Pessoa: UFPB, 2001, p.53-56; 99-124; 125-175.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

CHIAPPINNI, Lúgia. Do beco ao belo: dez teses sobre o regionalismo na literatura. Estudos históricos, Rio de Janeiro, v.8, n.15, 1995. p. 153-159.

-----, Velha praga?. Regionalismo literário brasileiro. In: PIZARRO, Ana (Org.). **América Latina: palavra, literatura e cultura**. São Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, 1994, p.665-702.

D'ANDREA, Moema Selma. *Senhora de engenho*: primeira fábula da ficção regionalista na década de 20. In: -----, **A tradição re (descoberta)**: Gilberto Freyre e a literatura regionalista. Campinas: UNICAMP, 1992.

-----, A metáfora do açúcar ou a confraternização regionalista. In: -----, **Presença literária**. João Pessoa, ano II, n.6, dez/84 a março/85. p.9-19.

FARIAS, Sônia Lúcia Ramalho de. **O Sertão de José Lins do Rego e Ariano Suassuna**: espaço regional, messianismo e cangaço. Recife: UFPE: Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE, 2006.

FILGUEIRAS, Fernando. O cabedal das virtudes: André João Antonil, a continuidade e a mudança no pensamento jesuíta do Brasil Setecentista. In: -----, **Revista Intellectus**. Ano 04.v.1. 2005.

FREYRE, Fernando de Mello. O movimento regionalista e tradicionalista e a seu modo também modernista: algumas considerações. **Ciências & Trópicos**. Fundação Joaquim Nabuco, Recife, vol.5.n.2., jul/ dez. 1977. p. 175-188.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro, Record. 1987.

-----, O caráter nacional brasileiro no século XX. **Ciências & Trópicos** Fundação Joaquim Nabuco, Recife, jan/jul. 1985. p.7-13.

-----, **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. Rio de Janeiro: J. Olympio; Recife: Câmara dos Deputados: Governo do estado de Pernambuco: Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, 1981.

-----, Novo mundo nos trópicos. Tradução de Olívio Montenegro e Luis de Miranda Corrêa. São Paulo: Nacional/ USP, [1971].

-----, **Manifesto regionalista**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais/ MEC, 1967.

GALVÃO, Walnice Nogueira. Insidiosa presença. In: -----, **Saco de gatos**: ensaios críticos. São Paulo: Duas Cidades, 1976, p. 35-41.

GARCIA, Rodolfo. Introdução In: CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José (Org.) **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GOMES, Heloisa Toller. *Menino de engenho*: a memória das perdas. In: ROCHA, João Cezar de Castro (Org.). **Nenhum Brasil existe**: pequena enciclopédia. Rio de Janeiro: TOPBOOKS: UERJ, 2003.

-----, **O negro e o romantismo brasileiro**. São Paulo: Atual, 1988.

-----, **O poder rural na ficção**: ensaios. São Paulo: Ática, 1981.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOORNAERT, Eduardo et alli. **Historia da igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo. Petrópolis: Vozes, 1979, v.1.

INOJOSA, Joaquim. **O movimento modernista em Pernambuco**. Rio de Janeiro: Gráfica Tupy, 1969.

-----, Renascimento literário. **A União**. 13/14 ago. 1921.

JOFFILY, Bernardo (Org.). **Isto É Brasil, 500 anos**. Atlas Histórico. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1998.

LAFETÁ, João Luiz. O mundo à revelia. In: RAMOS, Graciliano. **São Bernardo**. 49. ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.

LEITE, Dante Moreira. Grandeza e miséria dos sertões. In: **O caráter nacional brasileiro**: história de uma ideologia. 5. ed. São Paulo: Ática, 1992, p. 202-215.

LIMA, Luiz Costa. A versão solar do patriarcalismo: Casa-Grande e Senzala. In: **A aguarrás do tempo**. Estudos sobre a narrativa. Rio de Janeiro: Rocco, 1989, p.187-237.

-----, A reificação de Paulo Honório. In: **Por que literatura?** Petrópolis: Vozes, 1969. p. 49-70.

LOBATO, Monteiro. **Revista do Brasil**, abril. 1921. n. 64.

LUKÁCS, Georg. **A teoria do romance**: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica. Tradução de José Mariani de Macedo. São Paulo: Duas Cidades; Ed.34, 2000.

-----, **Introdução a uma estética marxista**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konde. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MADEIRA, Mauro de Albuquerque. Vieira e a escravidão; Antonil e o quinto do ouro. In: -----, **Letrados, fidalgos e contratadores de tributos**. Brasília: Coopermídia, Unafisco/Sindifisco, 1993, p. 55-65; p.67-70.

MARIANI, Bethania. **Colonização lingüística**: línguas, política e religião no Brasil: (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América: (século XVIII). São Paulo: Pontes, 2004.

MENDONÇA, Wilma Martins de. Memórias de nós: da nossa ancestralidade indígena. In: SCHNEIDER, Liane; MACHADO, Charliton (Org.) **Mulheres no Brasil**: resistência, lutas e conquistas. João Pessoa: UFPB, 2006, p.101-120.

-----, **Memórias de nós**: o discurso possível e o silêncio dos Tupinambá nos relatos de viagem do século XVI. 2002. Tese (Doutorado em Teoria Literária) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, p. 139-161.

-----, **Memórias do cárcere**: cativo manifesto, cativo simulado. João Pessoa: 1993. Dissertação. (Mestrado em Literatura Brasileira). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1993.

-----, Literatura e conflito em *Os Sertões*. In: BRONZEADO, Sônia Lúcia Ramalho de Farias (Org.). **Caderno de textos**: regionalismo e literatura. João Pessoa, PB: CPGL/CCHL/UFPB, 1990. (II Série, n. 3).

MORENO FRAGINALS, Manuel. **O engenho**: complexo sócio-econômico açucareiro cubano. Tradução de Sônia Rangel e Rosemary C. Abílio. São Paulo: HUCITEC; UNESP, 1987.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da Cultura Brasileira - 1933-1974**: pontos de partida para uma revisão histórica. 6. ed. São Paulo: Ática, 1990.

PAES, José Paulo. **Os melhores poemas**: seleção de Davi Arrigucci Jr. 5. ed. São Paulo: Global, 2003.

PEREIRA, Lúcia Miguel. Três romancistas regionalistas: Franklin Távora, Taunay e Domingos Olympio. In: -----, **A leitora e seus personagens**: seleta de textos publicados em periódicos (1931-1943). Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1992.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Vira e mexe nacionalismo**: paradoxos do nacionalismo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PERRUCCI, Gadiel. **A república das usinas**: um estudo de história social e econômica do NE (1889-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PIRES, Antônio Donizeti Pires. Coivaras, palimpsestos & novas lavouras. Disponível em: http://www.uel.br/pos/letras/terraroja/g_pdf/vol5/v5_5.pdf - acesso em 20 de junho de 2009, p.62-76.

REZENDE, Antonio Paulo. Prefácio. In: ALMEIDA, Magdalena Maria de. **Mário Sette**: o retratista da palavra. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2000, p.17-19.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RIBEIRO, Cristina Betioli. Franklin Távora: um norte para o romance brasileiro. Disponível em <http://caminhosdoromance.iel.unicamp.br>. Acesso em 09 de setembro de 2008.

SANTIAGO, Silviano. **Vale quanto pesa**: ensaios sobre questões político-culturais. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

-----, **Uma literatura nos trópicos**: ensaios sobre dependência cultural. São Paulo: Perspectiva: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1978.

SAYERS, Raymond S. O negro rural: João Antonio Andreoni e Nuno Marques Pereira. In: **O negro na literatura brasileira**. Tradução de Antonio Houassais. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1988.

SCHWARTZ, S. B. A historiografia recente da escravidão brasileira. In: -----, **Escravos, roceiros e rebeldes**. Trad. Jussara Simões. São Paulo: EDUSC, 2001, p.24-88.

-----, Trabalho e cultura: vida nos engenhos e vida dos escravos. In: -----, **Escravos, roceiros e rebeldes**. Tradução de Jussara Simões. São Paulo: EDUSC, 2001, p.89-121.

-----, O Brasil colonial, C. 1580-1750: as grandes lavouras e as periferias. In: BETHELL, Leslie (Org.) **História da América Latina**: a América Latina colonial. v.II. Tradução Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes. São Paulo: USP; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 1999, p. 339-421.

-----, **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARZ, Roberto. Dialética da colonização. **Novos Estudos**. n.36. São Paulo: CEBRAP, 1993.

-----. **Que horas são?:** ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

-----. **O pai de família e outros estudos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SETTE, Hilton. A história deste livro. In: SETTE, Mário. **Senhora de engenho**. Recife: ASA Pernambuco, 1986, p.7-11.

SILVA, Janice Theodoro. André João Antonil: Cultura e opulência do Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). **Introdução ao Brasil**: um banquete no trópico. 3. ed. São Paulo: SENAC, 2001, p. 55-73.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Brasil**: radiografia de um modelo. 3.ed. Petrópolis, Vozes, 1977.

-----. **História da literatura brasileira**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SOUZA BARROS, M. **A década vinte em Pernambuco**. Rio de Janeiro: Paralelo, 1969.

SOUZA, Francisca Zuleide Duarte de. **Leituras Luso-Brasileiras**. Recife: Cia. Pacífica, 2002.

SOUZA, Laura de Mello e. **Inferno Atlântico**: demonologia e colonização: séculos XVI-XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SÜSSEKIND, Flora. **Tal Brasil, Qual Romance?:** uma ideologia estética e sua história: o naturalismo. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

VAINFAS, Ronaldo. Deus contra Palmares. Representações senhoriais e idéias jesuíticas. In: GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José (Org.). **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.60-80.

VENTURA, Roberto. Saudades do engenho. In: **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

WISNIK, José Miguel. Introdução. In: MATOS, Gregório de. **Poemas escolhidos**. São Paulo: Cultrix, [1997].

XAVIER, Elódia. **Declínio do patriarcado**: a família no imaginário feminino. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1998.

ZANLOCHI, Terezinha. **Mulheres na Igreja de Cristo**. São Paulo: EDUSC, 2001.